



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**QUADROS DE AÇÃO COLETIVA E REDES SOCIAIS DIGITAIS: o caso**  
do João Pessoa Avante.

**ÁTILA ANDRADE DE CARVALHO**

**JOÃO PESSOA – PB**  
**2017**

**ÁTILA ANDRADE DE CARVALHO**

**QUADROS DE AÇÃO COLETIVA E REDES SOCIAIS DIGITAIS: o caso  
do João Pessoa Avante.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros.

**JOÃO PESSOA – PB  
2017**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

C331q Carvalho, Atila Andrade de.

QUADROS DE AÇÃO COLETIVA E REDES SOCIAIS DIGITAIS: o caso do João Pessoa Avante. / Atila Andrade de Carvalho. - João Pessoa, 2017.

179 f. : il.

Orientação: Rogério de Souza Medeiros.

Coorientação: Marcelo Burgos Pimentel Santos.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Quadros de ação coletiva. 2. Internet. 3. Movimentos sociais. 4. Facebook. 5. Postagem. I. Medeiros, Rogério de Souza. II. Santos, Marcelo Burgos Pimentel. III. Título.

UFPB/BC

**ÁTILA ANDRADE DE CARVALHO**

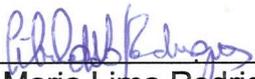
**Quadros de ação coletiva e Redes sociais digitais: o caso do João Pessoa Avante.**

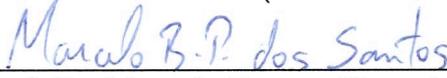
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, para a obtenção do título de doutor em Sociologia.

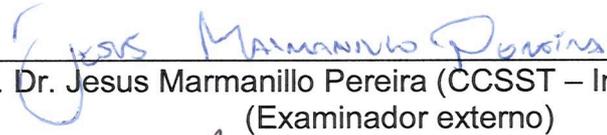
Orientador: Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros.

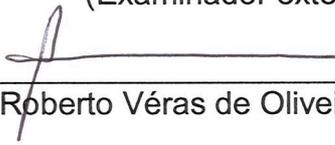
Aprovado em 31 de MARÇO de 2017

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Cibele Maria Lima Rodrigues (FUNDAJ)  
(Examinador externo)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marcelo Burgos Pimentel dos Santos (DCS – UFPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Jesus Marmanillo Pereira (CCSST – Imperatriz –UFMA)  
(Examinador externo)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira (PPGS – UFPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros (PPGS – UFPB)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGG), à CAPES e à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por terem me dado a oportunidade para que esta tese fosse realizada.

Ao orientador, Rogério Medeiros, pela parceria acadêmica e pela convivência afetiva, fundamentais para a construção desta tese.

Ao co-orientador, Marcelo Burgos, pelas contribuições acadêmicas e pela disponibilidade em ajudar na pesquisa.

Aos amigos, em especial Arthur, Claudiovan, Clareanna, Paulo, George e Fernanda, pela camaradagem e amizade sincera.

Agradeço à minha mãe, Maria Ney, ao meu pai, Antônio Carvalho, e a minhas irmãs, Ariana e Allana, pelo apoio e carinho nas horas difíceis.

E a todas as pessoas que não citei, pelas quais guardo profundo afeto.

## LISTA DE SIGLAS

ANCOP: Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa.  
ANEL: Assembleia Nacional dos Estudantes Livres  
AJP: Avante João Pessoa  
DCE: Diretório Central de Estudantes  
FEPAC: Federação Paraibana das Associações de Comunidades  
MPL: Movimento Passe Livre.  
I.M.C: Interação Mútua com Contestação  
I.M.S: Interação Mútua sem Contestação.  
I.R: Interação Reativa  
JPA: João Pessoa Avante  
PDC: Projeto de Decreto Legislativo  
PIB: Produto Interno Bruto  
PT: Partido Trabalhista Brasileiro.  
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.  
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira.  
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade  
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados  
PC do B: Partido Comunista do Brasil.  
UJC: União da Juventude Comunista  
UJR: União da Juventude Rebelião  
UJS: União da Juventude Socialismo  
UFPB: Universidade Federal da Paraíba  
UPES: União Pessoaense dos Estudantes Secundaristas  
TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Postagem sobre maioria penal - dia 22: JPA II.....	69
Ilustração 2 - Postagem sobre maioria penal - dia 23: JPA II.....	70
Ilustração 3 - Manifestante.....	83
Ilustração 4 - 1º Twitter DCE, 2011.....	88
Ilustração 5 - 1º Twitter DCE, 2010.....	88
Ilustração 6 - 2º Twitter DCE, 2010.....	89
Ilustração 7 - 2º Twitter DCE, 2011.....	89
Ilustração 8 - 1º Twitter ContraoamentoJP, 2011.....	90
Ilustração 9 - Twitter ativista JPA.....	93
Ilustração 10 - Postagem Facebook JPA IV.....	94
Ilustração 11 - MPL – SP, 2013.....	97
Ilustração 12 - Compartilhamento postagem AJP: Debate Passe Livre.....	132
Ilustração 13 - Compartilhamento postagem AJP: Assembleia Popular.....	134
Ilustração 14 - Compartilhamento postagem AJP: 2º Assembleia Popular.....	135
Ilustração 15 - Chamada do JPA II.....	142
Ilustração 16 - Nota sobre reunião de organização do evento JPA II.....	145
Ilustração 17 - Chamada do JPA III.....	150 - 151
Ilustração 18 - Chamada do JPA IV.....	157 - 158

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de postagem por evento.....	108
Gráfico 2 - Distribuição de confirmações por evento.....	109
Gráfico 3 - Distribuição de postagens JPA II.....	138
Gráfico 4 - Tipo de postagem por características das mensagens JPA II.....	139
Gráfico 5 - Distribuição de postagens JPA III.....	147
Gráfico 6 - Tipo de postagem por características das mensagens JPA III.....	148
Gráfico 7 - Distribuição de postagens JPA IV.....	154
Gráfico 8 - Tipo de postagem por características das mensagens JPA IV.....	155
Gráfico 9 - Distribuição do compartilhamento de mensagens por evento.....	161
Gráfico 10 – Tipo de postagem por características das mensagens.....	162
Gráfico 11 – Distribuição das interações.....	163
Gráfico 12 – Distribuição de comentários.....	164

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Evolução do uso da Internet no Brasil: 2014 – 2015.....	75
Quadro 2 - Evolução da frequência de uso da internet: 2014-2015.....	76
Quadro 3 - Internet, participação e movimento sociais.....	78
Quadro 4 - Redes sociais e opinião.....	78
Quadro 5 - Internet e informação sobre movimentos sociais.....	79
Quadro 6 - Renda e apoio aos protestos 2013.....	100
Quadro 7 - Renda, protestos e expectativas em relação ao futuro do Brasil.....	101
Quadro 8 - Projeção da autoridade de três empresas jornalísticas nos atos em São Paulo.....	107
Quadro 9 - Tipos de laços e interações sociais.....	126
Quadro 10 - Número de postagem por dia JPA II.....	137
Quadro 11 - Número de postagem por dia JPA III.....	146-147
Quadro 12 - Número de postagem por dia JPA IV.....	153
Quadro 13 - Dias e número de comentários com contestação.....	165
Quadro 14 - Dias e número de comentários sem contestação.....	165
Quadro 15 - Tipo de interações discursivas por evento.....	166

## Resumo

Este trabalho buscou, em primeiro plano, analisar o papel das redes sociais digitais, em particular o Facebook nas Jornadas de Junho de 2013, enquanto esfera de ação coletiva, observando o impacto da participação online dos indivíduos na construção de eventos de mobilização na cidade de João Pessoa-PB. Para tanto, foi realizada a mesoanálise de três eventos no Facebook, denominados João Pessoa Avante II, III e IV, levando em conta o contexto sociopolítico em que emergem as manifestações, além das postagens dos participantes dos eventos online, junto com as chamadas dos eventos. O estudo teve como base a sociologia político em especial ligado à teoria dos novos movimentos sociais, refletindo criticamente a teoria dos quadros de ação coletiva, em relação ao conceito de confronto político. A pesquisa foi orientada por uma perspectiva interacionista com ênfase no confronto das interpretações, priorizando as interações discursivas entre os participantes online dos eventos no Facebook e a forma de alinhamento com as interpretações dos movimentos sociais na rua, caracterizando assim um estudo do tipo relacional no campo da sociologia política. O estudo, em um segundo plano, buscou observar os limites da aplicação do conceito de quadros de ação coletivo voltado à análise da mobilização social no universo das redes sociais digitais.

Palavras – chave: Quadros de ação coletiva, Movimentos sociais, Postagem, Internet e Facebook.

## Abstract

This academic work sought, in the first place, to analyze the role of digital social networks, in particular Facebook at the June 2013 public protests, as a sphere of collective action, noting the impact of online participation of individuals in the construction of mobilization events in the city of João Pessoa-PB. For that, a meso-analysis of three events on Facebook, named João Pessoa Avante II, III and IV, was carried out, taking into account the sociopolitical context in which the manifestations emerge, as well as the postings of the participants of the online events, together with the events calls . The study was based on political sociology in particular linked to the theory of new social movements, reflecting critically the theory of collective action frameworks, in relation to the concept of political confrontation. The research was oriented by an interactionist perspective with emphasis on the confrontation of interpretations, prioritizing the discursive interactions between the online participants of the events on Facebook and the way of alignment with the interpretations of the social movements in the street, characterizing a study of the relational type in the field of political sociology. The study, in a second plan, sought to observe the limits of the application of the concept of collective action frameworks focused on the analysis of social mobilization in the universe of digital social networks.

Keywords: Collective action frameworks, Social movements, Posting, Internet and Facebook.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1º A AÇÃO DE CONTESTAÇÃO E INTERNET.....</b>	<b>25</b>
1.1 Ação Coletiva na internet.....	28
1.2 A rede é o seu uso.....	34
1.3 Sobre o conceito quadros de ação e mobilização social.....	39
1.4 A relação entre confronto político e o cenário social.....	48
<b>2º TICs E O ADMIRÁVEL MUNDO NOVO.....</b>	<b>51</b>
2.1 INTERNET: Teia de complexidade social.....	58
2.1.1 Cultura cibernética: Compartilhando o social.....	64
2.1.2 Horizontalidade: Promessa de fuga do Mass media.....	70
2.2 A Internet no Brasil: Penetrabilidade no cotidiano.....	75
2.2.1 Mobilização social e o papel da internet no Brasil.....	78
<b>3º COMPREENDENDO OS EVENTOS JOÃO PESSOA AVANTE: ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL E METODOLÓGICO.....</b>	<b>80</b>
3.1 Antecedentes.....	80
3.1.1 O Movimento Passe Livre.....	84
3.1.2 Movimento de Luta pelo Transporte em João Pessoa.....	87
3.2 O cenário das Jornadas de Junho.....	95
3.2.1 Características das Jornadas de Junho 2013.....	104
3.3 Os Eventos João Pessoa Avante II, III e IV.....	108
3.4 Notas metodológicas: João Pessoa Avante II, III, IV.....	110
3.4.1 João Pessoa Avante: Mapeamento dos eventos no Facebook.....	116
3.4.2 Critérios de análise da interação discursiva.....	118

3.4.3	Por uma classificação relacional das postagens para estudo dos quadros de ação em redes sociais digitais.....	121
4°.	JOÃO PESSOA AVANTE II, III e IV.....	128
4.1	Ponto de partida da ação narrativa.....	128
4.2	Os eventos João Pessoa Avante II, III e IV.....	129
4.2.1	João Pessoa Avante II.....	137
4.2.2	João Pessoa Avante III.....	146
4.2.3	João Pessoa Avante IV.....	153
4.3	O quadro <i>mobilidade urbana</i> e os eventos João Pessoa Avante II, III e IV.....	160
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172

## INTRODUÇÃO.

O presente trabalho tem sua origem em uma inquietação pessoal, que foi ganhando novos contornos ao longo do doutorado. Tal inquietação partiu dos primeiros contatos com movimentos sociais e a sua forma de gestação da comunicação para um público externo, tendo em conta o tipo de visibilidade alcançada pelas instituições no cenário da pesquisa de mestrado em Sociologia.

Após pesquisa realizada junto a duas redes de organizações da sociedade civil na cidade de João Pessoa, que são o *Fórum de ONGs/AIDS da Paraíba e a Articulação AIDS Paraíba*, percebeu-se que algumas das organizações utilizavam do ciberespaço para ampliar o número de possíveis parceiros, bem como para propagar suas ações. Assim, a internet era utilizada como um instrumento para a divulgação das suas ideias. Porém indaguei a respeito do papel que a internet poderia desempenhar no campo político e cultural, além de uma simples ferramenta de divulgação. A partir daí passei a observar o modo como às mídias sociais são apropriadas enquanto meios de articulação e mobilização por indivíduos e movimentos sociais no Brasil.

Em 2011, um fato chamou atenção. Em São Paulo após a repressão da polícia militar à *Marcha da Maconha*, no dia 21 de maio de 2011, alguns coletivos e pessoas reuniram-se e chamaram uma manifestação, intitulada *Marcha da Liberdade*. Algumas pessoas, após a *Marcha da Maconha* começaram a postar mensagens no ciberespaço através dos blogs, Twitter e Facebook<sup>1</sup>. O que tomou forma como mobilização de rua sete dias depois, reunindo cerca de cinco mil pessoas, próximo ao Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP<sup>2</sup>. Pode-se observar em um trecho retirado na página da marcha no Facebook<sup>3</sup> o modo como os organizadores definem-se.

---

<sup>1</sup> Um blog, segundo o site infopédia é uma página da internet que funciona como uma espécie de diário que pode conter textos, imagens, músicas e vídeos, organizados de forma cronológica e que geralmente têm hiperligações para outras páginas da internet. Para mais informações ver <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/blogue>. Acessado em 27 de março de 2017. Segundo Recuero (2009) Twitter é um site baseado na linguagem de microblogging no qual a pessoas podem enviar mensagens com até 140 caracteres. O site é estruturado em seguidores e pessoas a seguir.

<sup>2</sup> Informações disponíveis nos Seguintes links: <http://www.marchadaliberdade.org>. Acessado em 05 de março de 2012.

<sup>3</sup> Para mais informações ver: <https://www.Facebook.com/notes/marcha-da-liberdade/manifesto-da-marchadaliberdade/106179239476351>. Acessado em 08 de setembro de 2016.

Não somos uma organização. Não somos um partido. Não somos virtuais. Somos uma rede. Somos REAIS. Conectados, abertos, interdependentes, transversais, digitais e de carne e osso. Não temos cartilhas. Não temos armas, nem ódio. Não respondemos à autoridade. Respondemos aos nossos sonhos, nossas consciências e corações. Temos poucas certezas. E uma crença: de que a liberdade é uma obra em eterna construção. (Marcha da liberdade, Facebook, 2011).

Assim, os organizadores se apresentavam como representativos de uma pluralidade de sujeitos, reunidos sobre uma demanda: a liberdade de pensar e agir. Uma demanda que demarcava um *nós*, plural do ponto de vista dos tipos de organizações sociais envolvidas em uma ação de protesto, que iam de coletivos feministas, entidades classistas a organizações que lutavam pela legalização da maconha, mas que também contou com a participação de indivíduos sem ligação com algum tipo de organização social, como sindicatos, partidos, organizações não governamentais entre outras.

Posteriormente, a primeira manifestação em São Paulo, houve a criação da *Marcha da Liberdade* enquanto um site fixo e espaço nas redes sociais digitais. No dia de 18 de junho de 2011, foram marcadas novas mobilizações, agora em âmbito nacional, em mais de 16 estados Brasileiros. Um movimento social que utilizava as tecnologias da Informação, e em particular a internet, como repertório de ação não era uma novidade no cenário urbano contemporâneo no século XXI.

Posteriormente no Brasil, uma série de manifestações iniciadas no primeiro semestre de 2013, com a temática, inicialmente, centrada no aumento da tarifa do transporte público, foi agregando uma série de novas demandas e, no seu auge nos dias 19 e 20 de junho, contou com cerca de um milhão de participantes em mais de 300 cidades em todo país<sup>4</sup>. Um elemento em comum a essas mobilizações é o uso da internet, em especial redes sociais digitais, para a organização dos eventos de rua e a divulgação das suas ações.

Redes e mídias sociais como o Facebook, Twitter e o Youtube, foram utilizadas como veículos de mobilização e/ou acompanhamento das manifestações que, por vezes,

---

<sup>4</sup> Para mais informações ver: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protostos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>. Acessado em 02 de fevereiro de 2015.

aconteciam simultaneamente em lugares diversos. A amplitude das mobilizações nas Jornadas de junho de 2013 demonstrou o poder da interação por meio da internet com a troca de experiência entre as diversas páginas e comunidades e mesmo com os atores que fazem parte dela. O mesmo indivíduo pode “confirmar” sua presença em diversos atos pelo país, de modo que, ao se fazer presente na página, e por vezes, ausente na rua, estabelece expectativas coletivas com relação ao que apoiar e como apoiar. Assim combinando atos de rua e mobilização via internet, os organizadores de uma ação coletiva têm a possibilidade de mobilizar recursos e intenções para a sustentação de uma ação de contestação com vista a um objetivo. A clareza com que são demarcados os objetivos e suas ações pode atrair ou repelir apoiadores, bem como a forma de organização da tomada de decisão e das demandas. A clareza dos objetivos, a combinação de ações coletivas e a organização das decisões e das demandas estão em processo de disputa nas Jornadas de Junho de 2013.

Observa-se que os protestos foram marcados por uma complexa relação entre setores sociais diversos, indo dos movimentos sociais a setores organizados da sociedade civil, a exemplo dos sindicatos, ONGs e organizações estudantis. Havia ainda partidos políticos, bem como a adesão grupos políticos como anarquistas e fascistas, observando grande adesão de atores individuais sem ligação com movimentos sociais ou organizações da sociedade civil. No campo da ação coletiva, houve grande destaque de um tipo tática de ação direta de confronto, que são os *Black blocs*<sup>5</sup> e de uma tática de convocação social, que foi a criação de eventos de mobilização social via rede social digital.

Os protestos de rua, quando observados a partir dos eventos criados no Facebook, apontavam para uma disputa de espaço pelas demandas nas mobilizações, implicando uma adesão ao protesto de modo não submisso à demanda central, que era a *redução da tarifa* em um primeiro momento das Jornadas de Junho de 2013. O slogan “Não é por centavos é por direitos” traz implícita a forma como outras demandas vão disputando espaço frente à redução da tarifa e ao passe livre<sup>6</sup>. Por exemplo, as disputas apontam que uma pretensa horizontalidade na organização dos eventos pelo *Movimento Passe Livre em João Pessoa*

---

<sup>5</sup> Segundo Alves da Silva et al (2014), *Black bloc* seria uma tática de ação direta, formada por um grupo de afinidade em geral anarquista, feministas, anticapitalistas e outros, que se vestem de preto e utilizam máscaras como meio de garantir o anonimato das pessoas. O grupo tem uma organização flexível, temporária e não hierárquica. Segundo Alves da Silva et al (2014), os primeiros registros de atuação *Black bloc*, são da década de 1980 na Alemanha aparecendo em meio ao movimento *Autonem*. Esse movimento organizava uma série de ocupações levanta as bandeiras anti-guerra, anti-energia nuclear e contra o neonazismo.

<sup>6</sup> A demanda *passe livre* é definida pelo *Movimento Passe Livre* nacional como a implementação da gratuidade do transporte coletivo urbano para todo o conjunto da população. Para mais informações ver: <http://tarifazero.org/mpl/>. Acessado em 26 de março de 2017.

(MPL-JP) foi absorvida por uma controvérsia, já que a demarcação das demandas apresentada no Facebook e os tipos de ações, como definição de horário e trajeto de manifestação, seriam decididos somente por meio da assembleia presencial, acontecendo a sua maioria no Campus I da UFPB (CABRAL, 2014). Porém, tal tipo de organização não implica que os participantes dos eventos no Facebook não exerceram pressão ao propor pautas e ações para as manifestações de rua.

Os slogans relacionados à pauta redução da tarifa, a exemplo “*por uma vida sem catracas*”, “*passse livre já*” e “*Se a tarifa não baixar a cidade vai parar*” compartilharam os espaços das ruas e da internet ao longo das mobilizações nas Jornadas de Junho, com uma série de outros slogans, que deixam visível a multiplicidade de demandas nas manifestações, como exemplo: “*Saúde padrão FIFA*”, “*Abaixo a PEC 37*”, “*Educação padrão FIFA*”, “*Abaixo o ato médico*”, “*Desculpe o transtorno, estamos mudando o país*” e “*Abaixo a cura gay*”<sup>7</sup>. Os slogans sugerem disputas por espaço entre as pautas após a ampliação das mobilizações por todo o país.

A disputa em torno das demandas estaria diretamente relacionada à escolha do repertório de ação coletiva, que é a mobilização social via redes sociais digitais. A noção de repertório de ação coletiva retoma os meios e o mecanismo de participação política em um conjunto social que varia no tempo e no espaço e remonta a relação entre opositores (ALONSO, 2012) (TILLY, 1978,). Tarrow (2009) coloca que Charles Tilly define *repertório de ação coletiva* como a maneira como os atores agem em conjunto na busca de um interesse comum, envolvendo rotinas que podem ser aprendidas e compartilhadas por meio de um processo de escolha estratégica da ação coletiva, tendo em vista uma demanda. O uso dos repertórios está relacionado à habilidade de organização dos interesses, bem como à criatividade dos atores para adaptá-lo a situações diversas, Assim, há uma tensão entre as rotinas de utilização e a inovação dos usos. Tais repertórios estão constrangidos pelas transformações estruturais e culturais ao longo do tempo, a exemplo da evolução dos meios de comunicação e sua relação com estruturas econômicas e políticas, e ainda no campo

---

<sup>7</sup> A PEC 37/2011 era um projeto de emenda constitucional que regulava a competência da investigação criminal somente a esfera policial em seus diferentes. Foi apresentada na câmara em 08 de junho de 2011, indo à votação no plenário no dia 25 de junho de 2013, sendo arquivada com 430 votos não, 9 votos sim e 2 abstenção. O que ficou conhecido como “Cura gay” é Projeto de Decreto Legislativo 234/11 que tinha como finalidade de estabelecer normas aos psicólogos como proceder em relação a orientação sexual. Foi apresentado em 02 de junho de 2011, sendo arquivado em 02 de julho de 2013 sem ir à votação.

cultural a transformação dos usos, tendo em vista os meios de comunicação pelos atores sociais no seu cotidiano.

Os repertórios estão relacionados às interações de confronto e suas rotinas de ação. A dinâmica do confronto político está relacionada ao contexto socio-histórico e ao seu desdobramento cotidiano, bem como à sustentação do conflito propiciada pelo repertório, e ainda somado ao fato do comportamento das demandas junto aos repertórios e a sua influência junto aos participantes dos eventos.

Na observação de uma dinâmica de ação coletiva, Charles Tilly (1978, 2009, 2010), expressa a busca da síntese entre as transformações estruturais que dão base ao confronto político e o processo de interação política de indivíduos em eventos de protesto, e que tem no conceito de repertório de mobilização uma ferramenta analítica. A noção de repertório é utilizada aqui para observar a estrutura relacional nos eventos da internet escolhidos.

A sociologia política de Charles Tilly tem o conflito como base para pensar as estruturas sociais e sua contingência a partir de um quadro histórico de longa duração. O conflito se institui como confronto político baseado em demandas que emergem na interação entre grupos. No artigo “*Para mapear o confronto político (2009)*”, escrito junto com McAdam e Tarrow, Tilly dá uma mostra do caráter relacional da sua agenda de pesquisa, demonstrando o entrelaçamento das ideias de conflito, interação e estratégias dos quais os atores sociais tomam parte.

O confronto político tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas. As reivindicações vão desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações através de palavras de ordem e manifestos revolucionários. O confronto, portanto, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva. (MCADAM, TARROW e TILLY, 2009, p. 11-12).

Entender como se configuram as posições em confronto, suas demandas, grupos sociais, as estratégias de ação e seus elementos contingentes são fundamentais para a compreensão do processo político que envolve as mobilizações sociais. Na teoria do *processo*

*político* (MCADAM, TARROW e TILLY, 2009), o sucesso da mobilização está relacionado ao modo de articulação das ações em estratégias ou em repertórios de ação coletiva, que, por sua vez, são o modo de expressão dos descontentamentos, tendo em vista a realização de uma demanda em um contexto social e histórico (BRINGEL, 2012).

Charles Tilly (1978, 2010) delimita a interação de confronto como uma relação entre opositores, que se dá entre autoridades (onde ao menos uma delas é estatal) e seus opositores. Pippa Norris (2002) argumenta que, no desenvolver dos repertórios de ação coletiva por parte dos organizadores da ação coletiva, se tem uma utilização diversificada da internet, no que tange a uma mobilização, como a realização de lobbys via email como mecanismo de pressão política, construção de redes de organizações e a possibilidade de associações entre atores, convocação de sujeitos e recrutamento de apoiadores e ainda o uso de boletins informativos eletrônicos para promover ideias e alertar sobre ações táticas e ações dos opositores.

Nas Jornadas de Junho 2013, há um mix de formas de atuação dos atores promovida por conta do suporte estrutural da internet. A utilização dos eventos no Facebook serviu para o recrutamento de participantes, bem como instrumento de alinhamento de ideias e promoção de pressão sobre os opositores. Houve ainda utilização da transmissão ao vivo dos eventos via internet como forma de pressão e oposição às narrativas de veículos de comunicação de massa, a exemplo da Rede de televisão Globo.

Os processos de interpretações de significados que se desenrolaram nas Jornadas de junho de 2013, trazem implícitas as formas de negociações e disputa em torno da ação coletiva.

O objetivo do presente estudo é analisar o papel das redes sociais digitais, em particular o Facebook, enquanto esfera de ação coletiva, observando o impacto da participação *online* dos indivíduos na construção de mobilizações sociais contemporâneos, em particular na cidade de João Pessoa-PB em junho e julho de 2013. A análise da pesquisa passa pela análise da relação entre os movimentos sociais e os atores individuais.

A partir de um estudo de caso de três eventos denominados *João Pessoa Avante (JPA) II, III e IV*, buscou-se compreender de que modo a participação em uma rede social digital possibilita interações que levam a uma mobilização de rua, buscando explorar os possíveis aspectos sociopolíticos a partir de uma literatura de ação coletiva e da sociologia

política. O evento *João Pessoa Avante I* havia sido apagado no momento da coleta dos dados e por esse motivo não foi utilizado na presente pesquisa. Os eventos destacados para o estudo de caso se enquadram nas chamadas *Jornadas de Junho de 2013*, observado da premissa de uma ação coletiva de confronto que possibilita uma interação sustentada (TARROW, 2009) através de uma rede de ações interconectadas e difusa de sentidos e interações (CASTELLS, 2003). Os eventos aqui estudados aconteceram entre os dias 21 de junho e 11 de julho de 2013. Esses eventos foram convocados por uma frente de lutas que primeiramente se denominou Avante João Pessoa (AJP) e ,posteriormente, MPL-JP, porém sem ter um caráter de organização formal como abordou Cabral (2014), mas uma organização de caráter situacionista gerada por força de uma oportunidade política ligada à questão da *mobilidade urbana*, que tem no aumento da tarifa o estopim da ação de confronto.

Analisamos a partir do enfoque da sociologia política, refletindo criticamente a teoria dos quadros de ação coletiva, desenvolvidas por Snow e Benford (1986, 2000), relacionando com as contribuições de Tarrow (2009) e Tilly (1978,2009, 2010) sobre os processos de confronto político.

A ideia de *quadros* nas ciências sociais tem sua raiz histórica no *Interacionismo simbólico* de Herbert Blumer e Goffman (2012), com posterior influência dos trabalhos de Charles Tilly (1978,2009, 2010), tendo em Snow e Benford (1986, 2000), seus principais pilares reflexivos na contemporaneidade. A ideia de quadros de ação coletiva consiste em uma concepção pragmática de cultura ou de processos de formação de significado, que são constituídos na interação entre sujeitos de um grupo ou organização social. O aspecto político relevante do enquadramento é que cada quadro de ação gera consequências práticas distintas.

A ideia de *quadros* tem sua primeira configuração sistemática, enquanto teoria nas ciências sociais, na sociologia de Goffman. A perspectiva presente na obra “*Os Quadros da Experiência Social*” (2012) parte do entendimento de como indivíduos, em situações de interação social, dão significado às relações e ao ambiente ao redor. Essa noção de *enquadramento* remete assim a uma visão sociocognitiva. Os indivíduos confiam em quadros de interpretação para dar sentido ao seu mundo, estabelecendo um processo enquadramentos da experiência social, no qual a dinâmica básica envolve observar, compreender e explicar fatos, para dar sentido à própria ação, fazendo assim que construam atitudes frente à realidade em suas diversas dimensões.

O conceito dos quadros de ação coletiva de Snow e Benford (1986, 2000) observa o dinamismo sociopolítico e a ressonância dos enquadramentos interpretativos em determinando contexto histórico, exercitando a correlação entre o plano conceitual e a dimensão ontológica, tendo o cuidado com os apriorismos descritivistas que possam reduzir a capilaridade das observações empíricas a um paradigma sistêmico aplicável a qualquer realidade. As reflexões de Snow e Benford (1986, 2000) e as observações de Tarrow (2009) apontam para os quadros de ação a partir de uma lógica processual e construtivista, no quais o Framework detém uma lógica.

It entails agency in the sense that what is evolving is the work of social movement organizations or movement activists. And it is contentious in the sense that it involves the generation of interpretive frames that not only differ from existing ones but that may also challenge them. The resultant products of this framing activity are referred to as “collective action frames” (SNOW & BENFORD, 2000, p.614)<sup>8</sup>

Os estudos sobre os *quadros de ação coletiva* observam que um mesmo movimento, ao enquadrar a sua questão de luta numa perspectiva mais ampla ou mais restrita, tem consequências distintas e diferentes em termos de conseguir apoiadores, membros e legitimidade. O modo como um quadro de ação coletiva se estabelece em um dando contexto sociopolítico, revela os níveis de polarização e abertura de um conjunto de ações e significados operados por um movimento, que acarreta no modo de adesão e na amplitude de uma consequência prática. O estudo de *quadros* coloca que a estratégia discursiva nunca está descolada de uma consequência prática. Assim, o modo como o discurso se alinha por meio dos processos de interação revela a dinâmica de um quadro coletivo de ação na internet, onde, por exemplo, sujeitos podem aderir a um evento de protesto sem haver identidade ou empatia com a demanda central, por conta de ter maior afinidade com uma demanda secundária alinhada à demanda central ou por conta de propor um novo entendimento sobre o que se protestar e, ainda, há pessoas que podem entrar em uma página para ridicularizar a(s) pauta(s).

---

<sup>8</sup> Tradução minha. “*Implica agência, no sentido de que o que está em evolução é o trabalho de organizações de movimentos sociais ou ativistas. E é controversa no sentido que envolve a geração de quadros de interpretação que não só diferem a partir dos já existentes, mas que também pode desafia-los. O produto resultante desta atividade de enquadramento é referido como “quadro de ação coletiva” (SNOW & BENFORD, 2000, p.614)*”

O desenho metodológico busca, por meio da análise documental das postagens nos eventos, criar uma base analítica que permita discutir sobre a construção dos quadros coletivos existentes em três eventos de mobilização via internet para protestos de rua, tendo em vista observar os múltiplos temas vistos nas postagens e como dão base para um protesto, ou uma coalizão entre sujeitos, por vezes em dissenso, a ponto de estabelecer uma manifestação em comum. Buscamos, assim, uma descrição exaustiva dos dados da mobilização extraídos nas redes sociais digitais.

A sistemática apresentada no desenho metodológico se volta à internet na busca do processo de enquadramento, tendo em vista os diversos tipos de postagens e interações (individuais), para o delineamento dos quadros de ação (coletivo), Isto é, agora que essa massa de sujeitos (individuais e organizações coletivos com baixo acesso a recursos) tem, aparentemente, o poder de dar visibilidade política as suas narrativas, a fim de constituir um contrapoder/resistência ou reafirmar o *establishment* econômico e/ou político, quais as suas relevâncias no confronto político?

As redes sociais digitais são vistas aqui como um algo incorporado à vida cotidiana e locais estratégicos para a organização de uma mobilização, em que os sujeitos interagem por meio de perfis se alinhando ou não as demandas presente em um evento, tendo em vista a sustentação dos quadros para a promoção da ação de protesto. Desse modo as redes sociais digitais são um repertório de ação coletiva, utilizado como meio de participação política por organizações e indivíduos no qual o *enquadramento* está baseado no compartilhamento de sentidos e códigos, estabelecidos pela interação entre sujeitos numa série de disputas não planejadas em diferentes níveis discursivos.

No nível macro, o coletivo constrói o quadro projeto que auxilia na consolidação das manifestações, demarcando as injustiças e suas demandas, juntamente com os repertórios de ação coletivos, para, enfim, agir diante de um quadro de oportunidade política, um exemplo é o *MPL* que tem como quadro de demarcação de ação sociopolítica, a luta pelo transporte público coletivo de qualidade no meio urbano<sup>9</sup>, adotando a rotina do protesto de rua, que envolve algumas táticas como pular a catraca e ocupar os terminais de integração a fim de construir uma conduta de protesto que possibilita a manutenção enquanto movimento social.

---

<sup>9</sup> Ver mais em <http://www.mpl.org.br/>. Acessado em 06 de março de 2015.

Nesse primeiro nível, a interpretação criada pela organização dos eventos não está livre da pressão dos participantes, pois a todo o momento diferentes grupos em interação nas Jornadas de Junho de 2013, oferecem uma espécie de interpretação alternativa acerca do problema. Essas interpretações alternativas podem alterar os objetivos, bem como o tipo de tática a ser adotados e ainda na passagem de um contexto de aumento para um de suspensão dos aumentos de tarifas em algumas cidades, houve um constrangimento à ação coletiva, no que tange à relevância das demandas ligadas ao tema *mobilidade urbana*, fazendo com que as *demandas adjacentes* tomassem maior importância ao fim de junho de 2013. No mês seguinte o que se nota é um enfraquecimento das manifestações nas quais a *mobilidade urbana* ainda era o foco.

Um aspecto interessante das Jornadas de Junho é que os movimentos sociais ligados à melhoria da *mobilidade urbana alinham* as suas demandas - redução da tarifa e passe livre - a uma série de outras demandas que são colocadas pelos participantes que aderem a convocação dos atos. Esse processo de alinhamento é crucial para a manutenção da visibilidade das demandas passe livre e redução da tarifa.

Houve outras tensões em relação à ação de protesto como a utilização de diferentes repertórios de rua que resultaram em tensão, como a oposição entre a ação violenta (deprecação e enfrentamento com policiais) e a ação pacífica (utilização de cartazes, entrega de flores aos policiais e sentar no chão como forma de inibir a violência).

Nos eventos de junho e julho de 2013, o papel dos Movimentos Sociais ligados à luta pelo transporte<sup>10</sup> foi (re) interpretado sobre diversas luzes em relação ao contexto. Em um primeiro momento, a luz dos grandes veículos de comunicação, os movimentos foram vistos como um conjunto de ações coletivas sem um direcionamento político coerente, tendo como perspectiva questionar as motivações do protesto, mostrando as primeiras mobilizações como algo vazio de uma agenda político e dotado de uma violência desnecessária. Refletindo essa condição de conflito a partir das análises de Noris (2002) e Della Porta e Diani (2006) sobre os protestos enquanto mecanismo de participação política, observa-se que há um

---

<sup>10</sup> Em São Paulo e Florianópolis o *MPL* aparece como o interlocutor chave das demandas pela redução da tarifa. Em Porto Alegre as ações foram iniciadas pelo Bloco de luta pelo transporte público, uma frente que congrega tanto organizações como ativistas individuais e foi criado em 2012. Em Natal os protestos foram chamados pelo movimento *Revolta do Busão*, que foi em criado em 2012. Em João Pessoa o movimento foi iniciado por uma frente de ativistas e movimentos que se autodenominou de *MPL-JP*, mas que não contém nenhuma ligação formal com a organização *MPL* (CABRAL, 2014).

questionamento por parte da grande mídia sobre a validade do protesto encabeçada pelos movimentos enquanto forma de ação coletiva e participação política.

A mobilização de sujeitos desenvolve-se em dois níveis nas Jornadas. No primeiro nível, a narrativa organizada pelos movimentos sociais criou um quadro-projeto, que se reconfigurou a partir do desenvolvimento do protesto (COSTA-MOURA, 2014), (ORTELLADO, PARRA, RHATTO, 2013). Em um primeiro momento faz-se necessário os grupos universalizarem os *quadros de ação coletiva* para a construção da mobilização social, agenciando sentidos que dariam base à ação de protesto. Em um segundo nível, os indivíduos propõem e articulam diferentes interpretações no interior dos eventos nas redes sociais digitais.

A presente investigação articula-se em dois níveis de observação e análise sistemática dos dados. Em um primeiro nível, volta-se à análise das descrições dos eventos presentes nas suas respectivas páginas do Facebook, tendo em vista o observar o comportamento das demandas ligadas a *mobilidade urbana*. No segundo nível, buscamos as postagens realizadas pelo diversos perfis nas páginas, observando o parâmetro da interação discursiva por meio de comentários em uma postagem, tendo em vista que os quadros se manifestam tanto como bordões, vídeos, discussões e reportagens.

O primeiro capítulo debate o referencial teórico relativo à ação coletiva, tomando como conceito central a categoria quadros de ação coletiva e a noção de repertório de ação coletiva, observando seus usos e limitações ao objeto de pesquisa.

O segundo capítulo debate a dinâmica estrutural e interacionista das redes sociais digitais, abordando desde a formação das redes de computadores aos processos sociais que rodeiam as relações de contestação na internet.

O terceiro capítulo abordou o cenário das mobilizações das Jornadas de junho de 2013 e o desenho metodológico, abordando as técnicas de coleta de dados, as limitações da presente pesquisa, os critérios de sistematização dos dados.

O quarto capítulo traz a análise dos dados e as considerações críticas, à luz do conceito de quadros de ação coletiva no que tange ao exame das mobilizações sociais, observando as características de cada evento e uma análise comparativa entre os três eventos, a fim de observar a dinâmica das mobilizações.

As considerações finais trazem uma breve reflexão sobre o enquadramento de ação coletiva nos eventos na internet e o tipo de penetrabilidade no contexto estudado.

## 1. Ação de contestação e a Internet.

A internet oferece uma nova dinâmica para ação de protesto, influenciando na maneira como a sociedade civil e os movimentos sociais gerenciam suas ações. No presente capítulo, abordaremos o processo de mobilização, observando a ideia de repertórios de ação coletiva como instrumento auxiliar a noção de quadros de ação coletiva no desenvolvimento do presente trabalho.

No que tange à ação de contestação, os termos movimentos sociais e ação coletiva são tomados como sinônimos sem nenhum tipo de variação analítica. Melucci (1996) lembra que a literatura ao abordar os movimentos sociais, faz referência às organizações da sociedade civil como uma espécie de personagem com papel distinto e coeso, colocando-os em uma espécie de camisa de força analítica. Os movimentos sociais são um campo de estudo marcado por relações fragmentadas e heterogêneas, “que internamente contêm uma multiplicidade de significados, formas de ação e modos de organização diferenciados e, que muitas vezes, consomem grande parte de suas energias no esforço de unir essas diferenças”<sup>11</sup> (MELUCCI, 1996, p 13). A advertência do autor lembra que a noção de movimento social tanto pode ser identificada com tipos organizados em formas institucionais e também como formas de comportamentos coletivos sustentados numa relação de contestação, a exemplo dos eventos de protesto.

Melucci (1996) sugere que a ação coletiva tem um aspecto de indeterminação, devido à variedade de sentidos que assume no tempo e no espaço. Nunes (2013) sugere, que independente da variação, a mobilização coletiva é fundamento ontológico para se falar de movimentos sociais e ação coletiva, e também sobre o conceito de confronto político proposto por Tilly, MaCdam e Tarrow (2009).

No presente trabalho, adotamos a perspectiva de confronto como forma de abordar a ação coletiva e as interações sociais que a caracterizam. A finalidade do trabalho é observar as tensões internas entre os participantes no processo de mobilização via internet. A perspectiva adotada tem alguns limites em relação à ideia de confronto e as suas variações.

---

<sup>11</sup> Tradução minha. “...which internally contain a multitude of differentiated meanings, forms of action, and modes of organization, and which often consume a large part of their energies in the effort to bind such differences together”.

Snow e Benford (2000) abordam o confronto enquanto uma relação que é parte constituinte de processos de ação coletiva. O confronto se manifesta quando parte dos atores envolvidos na política de significação da realidade, não conseguem impor a própria versão da realidade ao restante do grupo, ocorrendo assim o chamado *contested processes*. Tal processo nada mais é que uma oposição de ideias que gera um serie de conflito(s) no campo dos significados. É por meio desses processos que surgem os *contra-quadros*. Três são os desafios que surgem nesse processo: “contra-enquadramento por parte dos oponentes do movimento, dos observadores e dos meios de comunicação; Disputas de quadros dentro de movimentos; E a dialética entre quadros e eventos” (SNOW & BENFORD, 2000, p, 625)<sup>12</sup>.

No presente trabalho, a esfera de maior destaque em análise são as disputas internas, não na relação entre AJP e MPL-JP, mas nas relações entre participantes dos eventos no Facebook, observando o comportamento dos quadros de ação coletiva a partir dos processos de interação discursiva. Assim, a perspectiva de confronto aqui trabalhada resguarda no processo discursivo seu campo de análise.

Discursive processes refer to the talk and conversations— the speech acts—and written communications of movement members that occur primarily in the context of, or in relation to, movement activities. Collective action frames are generated by two basic interactive, discursive processes: frame articulation and frame amplification or punctuation. Frame articulation involves the connection and alignment of events and experiences so that they hang together in a relatively unified and compelling fashion. Slices of observed, experienced, and/or recorded “reality” are assembled, collated, and packaged. What gives the resultant collective action frame its novelty is not so much the originality or newness of its ideational elements, but the manner in which they are spliced together and articulated, such that a new angle of vision, vantage point, and/or interpretation is provided.(SNOW e BENFORD, 2000, p.624).<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Tradução minha. “counterframing by movement opponents, bystanders, and the media; frame disputes within movements; and the dialectic between frames and events”.

<sup>13</sup> Tradução minha. “Os processos discursivos referem-se à conversa e às conversões - aos atos de fala - e às comunicações escritas dos membros do movimento que ocorrem principalmente no contexto das atividades de movimento ou em relação a elas. Os quadros de ação coletiva são gerados por dois processos básicos interativos e discursivos: articulação de quadros e amplificação de quadros ou pontuação. O quadro de articulação envolve a conexão e alinhamento de eventos e experiências para que eles perdurar juntos de uma forma relativamente unificada e atrativa. Fatias de "realidade" observada, experienciada e / ou gravada são montadas, agrupadas e embaladas. O que dá à moldura da ação coletiva no qual sua novidade não é tanto a originalidade ou novidade de seus elementos ideacionais, mas a maneira pela qual eles são articulados e articulados, de modo que um novo ângulo de visão, ponto de vista e / ou interpretação é fornecido.”

Primeiro, se observou o confronto a partir das interações nos eventos de protesto. Assim, o repertório de ação coletiva, que é um evento em rede social digital, implica em interações discursivas que colocam em tensão as interpretações em torno das demandas nos eventos.

O segundo aspecto é que a lógica do confronto, comum à literatura sobre movimentos sociais e ação coletiva, se baseia em uma dinâmica de confronto (Estado x Sociedade), porém nas mobilizações do segundo semestre de 2013, observou-se demandas que apontavam para uma variação na relação Estado versus Sociedade. Outros atores tomaram parte dos protestos de rua, estabelecendo outras dinâmicas de confronto. O que também foi observado nas interações discursivas no Facebook. Alguns exemplos são: passe livre (O estado e os empresários x setores da sociedade civil ); homofobia e machismo (setores liberais x setores conservadores em relação ao comportamento); apartidarismo (distanciamento das ideologias partidárias); antipartidarismo (negação de qualquer forma de representação política partidária); questionamento da “velha mídia” (disputa pelo direcionamento interpretativo e dissolução da centralidade da “TV” como produtora de sentido, um exemplo foi a ascensão dos mídias livristas ).

Um terceiro aspecto é que se observou o confronto a partir *quadros de ação coletiva e repertório de ação coletiva* em importâncias diferentes, mas regido por aspectos comuns. Ambos os conceitos versam sobre a mobilização e as intencionalidades que resguardam as relações de protesto. Porém o primeiro é utilizado numa dimensão interacionista, o que permite observar o comportamento dos participantes em suas relações cotidianas e no presente caso, nas postagens e suas respostas, levando em conta um ambiente tomado por uma dimensão individualista, mas que resguarda elementos coletivos. O conceito de *quadros de ação coletiva* possibilita realizar a transição entre o individual e o coletivo, a partir da interação discursiva. O conceito de *repertório de ação coletiva* resguarda uma dinâmica estrutural, centrada no contexto histórico, tendo em vista os usos dados pelos sujeitos em uma realidade social. Dessa forma, é um conceito baseado na apreensão das rotinas das ações coletivas e seus constrangimentos, bem como suas inovações no que se refere ao uso dado pelos atores sociais.

Em relação às inovações, o uso de redes sociais digitais como mecanismo de mobilização tem sua limitação no desenvolvimento de sua estrutura técnica. Um exemplo está

na melhoria da banda de velocidade da internet e o desenvolvimento de tecnologias digitais que permitiram aos atores sociais utilizarem a transmissão ao vivo como ferramenta de protesto, bem como o desenvolvimento de canais de relacionamento online entre pessoas, permitindo novos meios de interações sociais.

*Quadro de ação coletiva e repertório de ação coletiva* são conceitos relacionais, ou seja, observam objetos em seus processos, logo, quando abordamos os eventos JPA II, III e IV via Facebook, buscamos estabelecer quais processos de ação coletiva ocorrem na rede social digital, tendo consciência que tais processos podem variar conforme o tempo-espaço e a perspectiva teórica. O conceito de *repertório de ação coletiva* será utilizado como instrumento auxiliar do conceito *quadros de ação coletiva*, no que tange a observar os confrontos internos nos eventos do Facebook.

### **1.1. Ação Coletiva na internet.**

O ciberativismo é fruto de um novo contexto de ativismo vinculado à infraestrutura tecnológica digital, que surgiu no último quarto do século 20, e acaba criando um novo espaço de mobilização e ação coletiva.

Quanto à autonomia dos sujeitos na utilização das mídias sociais, tal processo é resultante de uma complexa conexão entre esferas sociais e estruturas tecnológicas, baseadas no compartilhamento e na geração de conteúdo através de mecanismos como comentários, postagem de áudio e imagens (AUTON E MALINI, 2013), (LEMOS, 2005), (LEMOS e LÉVY, 2010), possibilitou uma multidão produtora e difusora de conteúdo, entretenimento, artístico e político. A difusão de conteúdo gerado pela apropriação social da internet possibilitou uma crescente interação subjetiva entre atores, muitas vezes, sem laços sociais preexistentes, possibilitando novos mecanismos de participação política e social.

A maior liberdade de produção de informação pode levar a uma maior participação política via internet. Um exemplo seria o fenômeno conhecido como *netroots*, ativismo político de “raiz”, que é organizado com as NTICs, constituindo-se enquanto modelo de incorporação dos usos dessas novas tecnologias pela democracia representativa. Ou seja, diferente do que ocorria no século anterior, o ativismo político hoje realiza-se *na e pela* mídia, na *ágora virtual*, em vez da *ágora*

*concreta* das cidades, transformando os mecanismos da ação política (ARAUJO, PENTEADO E SANTOS, 2009, p. 161).

A ação de atores coletivos e individuais via redes virtuais, são práticas que dão uma nova dinâmica ao campo da ação coletiva nos anos de 1990. O ciberativismo em realidade é um tipo de ação sociopolítico, presente nos processos de reconfiguração do Ciberespaço, desde a criação do protocolo internet em 1984. Segundo Antoun e Malini (2013), esse tipo de ativismo auxiliaria posteriormente na constituição do que viria a ser internet na década de 1990 (CASTELLS, 2013).

O cenário descrito tem como efeito direito, para a construção de mobilizações, o aumento da complexidade estratégica de reger uma multidão que, por vezes, aparentam ter intenções e ideias distintas, gerando novas dificuldades para coordenação de ações coletivas.

A conectividade dos atores possibilita uma nova dinâmica de cooperação por sujeitos, que podem ter diferentes entendimentos do uso da internet, bem como níveis diferentes de domínio da ferramenta. Com maior presença a partir do fim século XX, o ciberativismo alterou as formas de ação coletiva e de luta contra-hegemônica. Para demonstrar as transformações citadas vejam os exemplos a seguir.

Em meados dos anos de 1990, alguns grupos começaram a utilizar a Internet para mobilizar e construir visões de mundo, possibilitando novas experiências de ação coletiva. Um exemplo do uso político da internet por parte dos movimentos sociais é o realizado pelo movimento zapatista na região de Chiapas - México, sendo visto como o “(...) primeiro movimento de guerrilha informacional (CASTELLS, 2008.p.101)”.

Um segundo exemplo são os protestos antiglobalização em Seattle, Praga e Genova, com aspirações no movimento Zapatista<sup>14</sup> do fim do século XX. Tais protestos são representativos da articulação de significados, grupos e ações contra-hegemônicas com o auxílio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Di Giovanni (2007) chama a atenção para esses movimentos que têm como marca política a mobilização de diferentes grupos e setores com afiliações ideológicas diversificadas, tendo a capacidade de trabalhar a unidade coletiva em vista da construção pragmática de uma ação coletiva.

---

<sup>14</sup> Ver mais em <http://www.daysofdissent.org.uk/global.htm>, Acessado em 02 de fevereiro de 2015.

Em outro momento, assiste-se, na segunda década do século XXI, ao levante de novos protestos, com características vistas nos protestos antiglobalização, colocando uma série de demandas ao sistema político e econômico em diversos países pelo globo, a exemplo das manifestações denominadas de *Primavera Árabe*, iniciadas no final de 2010 em países do mundo árabe ou mesmo os protestos como a ocupação do distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York em 2011, o *Occupy Wall Street*. Mobilizações em que atores conectados em redes digitais se associaram a uma demanda, na qual a “*rede é o ser*” com suas fragmentações e afluências em um contexto global marcado por tecnologias da informação (CASTELLS, 2013).

O movimento antiglobalização e a Batalha de Seattle, no final dos anos 1990, marcam esta nova forma de ação coletiva que passou a utilizar a comunicação digital como elemento mobilizador e organizador das manifestações. Com a popularização de dispositivos móveis conectados em rede— como celulares — e das mídias sociais digitais, principalmente a partir da primeira década deste século, a evolução desta nova forma de manifestação atinge seu patamar mais bem delineado com as grandes ondas de protestos no início desta década, como a Primavera Árabe nos países do Oriente Médio, o Occupy Wall Street nos EUA, o Movimento 3M na Espanha e a Revolução das Panelas na Islândia (INTERVOZES, 2014, p.13-14).

Assim, as redes sociais digitais e as mídias sociais vão além do suporte material para ação coletiva, são antes um espaço com arquitetura particular, que dão base às trocas simbólicas entre sujeitos alinhados em uma mobilização de protesto, sendo capaz de influenciar diretamente o conteúdo e as práticas dos atores em interação, por conta da recursividade das conexões entre os usuários das mídias sociais (MALINI E ANTOUN, 2013).

Las TIC han creado una nueva lógica espacial: los flujos frente a los lugares: Una lógica que cobra sentido en un mundo globalizado, donde mercados, sociedades y culturas se vinculan através de una comunicación a gran escala, a su vez ligada a las relaciones de interdependencia entre los países. En este contexto, las TIC se han convertido en herramienta fundamental de contrapoder, ya que han permitido la creación de un modelo globalizado alternativo. Dicho modelo respondería a una propuesta “desde abajo” de nuevos movimientos sociales [NMS] convocación

global, pero no excluyente de lo particular; es decir, que asimilan lo local como nodos operativos de una red universal.(BARBA e BLANCO. 2011, p159)<sup>15</sup>.

A internet é utilizada cada vez mais por movimentos sociais e revela a importância da gestão da informação em uma sociedade permeada por diversas redes de sociabilidade e repertórios distintos de ação coletiva (CASTELLS, 2008; TARROW, 2009). Desse modo, o estudo sistemático aqui apresentado sobre a relação entre protestos e redes sociais digitais cumpre um papel importante para a ampliação do conhecimento existente acerca dos (re) arranjos contemporâneas da ação coletiva.

Inúmeros elementos podem ser relacionados à internet, enquanto campo de ação coletiva, desde a circulação e produção de novas formas de mercadorias e a ainda como campo de manifestação política e cultural. Enquanto campo de ação coletiva o tipo de ressonância de uma mensagem é de suma importância para a efetividade dos objetivos propostos.

O presente trabalho ao refletir sobre as redes sociais digitais, enquanto campo de ação coletiva de protesto, parte da seguinte proposição: A formação de uma interpretação coesa como base para uma ação coletiva de protesto, que tem como espaço principal de mobilização de pessoas e articulação de ideias uma rede social digital, tem latente em torno da demanda principal uma série de demandas secundárias, que podem ou não se alinhar ao significado do tema central de uma mobilização. Nesse sentido, o nível de abertura e visibilidade de um evento em uma rede pode potencializar a adesão, bem como fazer circular temas que transitam entre o global e o local. Desse modo, a internet pode proporcionar que a ação coletiva carregue significados que vão além do local, no que se trata de aglutinar ação política e ideológica para a realização de uma vontade coletiva. Assim expande-se o conflito interno no sentido de agregação de uma multidão que quer ter voz.

Na internet, emergiram novas experiências de ação coletiva, constituindo articulação política entre atores coletivos e individuais, a partir da flexibilidade do tempo e do

---

<sup>15</sup> Tradução minha. *“As TIC criara uma nova lógica espacial: Os fluxos frente aos lugares: Uma lógica cobra sentido em um mundo globalizado, onde os mercados, sociedades e culturas estão ligados usando uma comunicação em larga escala, por sua vez ligada às relações de interdependência entre os países. Neste contexto, as TIC tornaram-se uma ferramenta essencial de contrapoder, porque eles têm permitido a criação de um modelo global alternativa. Tal modelo poderia responder a uma proposta "dos de baixo" de novos movimentos sociais [NMS], uma convocação global, mas não se limitando ao particular; ou seja, eles estão assimilando o local como nodos operativos de uma rede universal.”*

espaço (LÉVY, 1999 e CASTELLS, 2008), no qual as ações e interpretações dos sujeitos conectados são postas a prova por meio da articulação de ideias e objetivos diferentes por vezes em conflito ou não. Desse modo expandem-se os tipos de ações coletivas em uma relação de confronto político, a exemplo dos twittaços<sup>16</sup>. A flexibilidade do espaço permitiu aos atores interagirem com pessoas diferentes em lugares diversos e múltiplos, enquanto a flexibilização do tempo permitiu maior disponibilidade da informação, bem como a sua distribuição e alcance.

A dimensão do virtual articula a potência do “*devenir a ser*” com a dimensão do que “*é*” a sociedade, compreendendo a interação homem-máquina, e criando novas práticas sociopolíticas. Assim Lévy aposta em um conjunto de práticas sociais que ampliem a dimensão política com o seu conjunto de projeções sobre uma Ciberpolítica, que tem como base a “*transparência*” e um “*devenir a ser*” da Democracia, juntamente com um já “*é*” do Ciberespaço, um lugar onde muitos interagem com muitos, no qual o local ressignifica o global e vice - versa. No Ciberespaço, a vida privada adquire uma nova dimensão em relação ao espaço público, onde uma diversidade informacional e de reconfigurações dos saberes está em processo com a liberação do polo emissor de conteúdo e ampliação das interações sociais para além das limitações geográficas (LÉVY, 2010).

Se a arquitetura da Internet influencia as interações sociais nas sociedades contemporâneas, as diversas formas de interação social também influenciam no constante processo de (re)desenho da sua arquitetura, no qual sites de rede sociais digitais, como o Facebook, são parte de uma dialética, que opera tanto no nível da subjetividade, como da ação concreta dos sujeitos, passando pela estrutura material e econômica da sociedade (CASTELLS, 2013; ANTOUN e MALINI, 2013). Essa dialética é dotada de novos contornos à ação coletiva de grupos, agregando indivíduos em mobilizações, em que as formas institucionais consolidadas, como partidos, sindicatos e associações, não são mais os únicos caminhos políticos possíveis de engajamento em ações coletivas.

Charles Tilly (2009, 2010), observou uma transformação sócio-histórica do confronto político no fim do século XX, que possibilitou novas formas de atuação política e

---

<sup>16</sup> Twittaço é uma série de mensagens (tweets) sobre um assunto específico, geralmente usando uma hashtag. Uma hashtag seria uma palavra usada para resumir uma causa e vem acompanhada do símbolo #. Para informações ver: [http://www.greenpeace.org.br/hubfs/Campanhas/Desmatamento\\_Zero/toolkit/pdf/Como\\_fazer\\_um\\_twitaco.pdf?\\_=1473080063194](http://www.greenpeace.org.br/hubfs/Campanhas/Desmatamento_Zero/toolkit/pdf/Como_fazer_um_twitaco.pdf?_=1473080063194). Acessado em 31 de março de 2017.

coletiva. Essa transformação constituiu-se a partir do maior potencial de participação política da multidão via desenvolvimento dos meios de comunicação. Os ciberprotestos seriam um exemplo de um novo tipo de participação nas democracias modernas.

Ressalta-se, pois, importância das redes sociais digitais enquanto espaço de participação política e social dos atores, seja de forma coletiva ou individual. Ressalta-se, ainda, a importância dos estudos sobre ação coletiva nas redes sociais digitais, tendo em vista explorar novas experiências de mobilização social ligadas a protestos de natureza política.

A análise sociológica aqui voltada à investigação das redes sociais digitais, leva em conta o modo de interação dos atores e a arquitetura da rede digital Facebook, tendo em vista as formas de mobilização latentes à realização da solidariedade entre os atores sociais, bem como a (auto) coordenação dos recursos entre eles. Castells (2013) observa que a (auto) coordenação envolve, por vezes, núcleos ou zonas de afinidade e identidades que se estabelecem também por contraste, ganhando e perdendo conexões, ora gravitando, ou não, próximo às outras zonas de influência. A capacidade de articular uma mobilização plural está relacionada à ressonância social de ator ou atores em relação a uma zona de ação (a exemplo do *MPL em relação ao tema qualidade do transporte e passe livre*) e a capacidade de estabelecer as suas interpretações para a construção da ação coletiva (ALONSO 2009; FOWERAKER 1995; TARROW 2009; GOHN 2010).

Os meios de comunicação de massa configuram o nosso cotidiano, sendo um elemento importante de disputa pela definição de identidades individuais e coletivas que perpassam tanto a esfera privada quanto pública. Isto porque a esfera privada tornou-se também um espaço de disputa e mobilização de conflitos. Os fluxos comunicativos que perpassam as esferas públicas devem permitir que os indivíduos que delas façam parte sejam capazes de reconhecer problemas, avaliar possibilidades e argumentar, na busca de consensos ou não, pautados pelas informações disponíveis (PEREIRA, 2011, p.3-4).

Há nas redes sociais digitais um elemento inovador de mobilização social. As mídias sociais mais do que meios/instrumentos são espaços de mobilização e articulação político-social, contendo seus próprios mecanismos de trocas subjetivas, imateriais e de interação entre os atores, baseada na lógica do compartilhamento e auto (repro) produção de

conteúdo por meio das relações que se estabelecem (CASTELLS, 2013; ANTOUN E MALINI, 2013).

O ciberespaço, enquanto campo de ação política, está marcado por demandas e práticas organizadas pelo fluxo da multidão em sua distinção interna de sujeitos e vontades. Assim, podemos entender a relação entre ciberespaço e movimentos sociais como um campo de estudo permeado por múltiplos tipos de interações sociais, o que confere densidade sociológica ao objeto de estudo escolhido e importância heurística às reflexões levantadas.

## 1.2. A rede é o seu uso.

O conceito de *rede social* na internet recebe algumas denominações na literatura acadêmica, que são utilizadas como sinônimos, a exemplo de site de redes sociais (RECUERO, 2009; AGUIAR, 2007), redes sociais virtuais ou digitais (TAVARES, 2015). As diferentes nomenclaturas não resguardam abismos conceituais e observam características sistematizadas a partir do estudo de Boyd e Ellison (2007).

We define social network sites as web-based services that allow individuals to (1) construct a public or semi-public profile within a bounded system, (2) articulate a list of other users with whom they share a connection, and (3) view and traverse their list of connections and those made by others within the system. The nature and nomenclature of these connections may vary from site to site. While we use the term “social network site” to describe this phenomenon, the term “social networking sites” also appears in public discourse, and the two terms are often used interchangeably. We chose not to employ the term “networking” for two reasons: emphasis and scope. “Networking” emphasizes relationship initiation, often between strangers. While networking is possible on these sites, it is not the primary practice on many of them, nor is it what differentiates them from other forms of computer-mediated communication (CMC). (BOYD & ELLISON, 2007, p.211)<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Tradução minha. “Definimos sites de redes sociais como serviços baseados na web que permitem aos indivíduos (1) construir um perfil público ou semi-público dentro de um sistema limitado, (2) articular uma lista de outros usuários com quem compartilham uma conexão e (3) visualizar e percorrer sua lista de conexões e as feitas por outros dentro do sistema. A natureza e a nomenclatura destas ligações podem variar de local para

Os autores constroem uma classificação genérica que tem como base a descrição de características específicas das redes sociais na internet, que são à construção de perfil, conectividade e publicidade da rede. Recuero (2009) argumenta que a literatura acadêmica tende a caracterizar um site de rede social digital como a expressão midiática de uma rede social cotidiana, no qual os sujeitos tendem a transporta laços sociais preexistentes no espaço físico e construídos cotidianamente ao longo da vida.

A diferenciação em relação ao conceito de *rede social* se faz por força de dois aspectos. O primeiro é a mediação da interação por computadores e seus softwares, por meio dos quais os atores realizam as trocas comunicativas. Recuero (2009) argumenta que as trocas podem ser sincrônicas, quando simulam trocas em tempo real, e assincrônicas, quando é possível um usuário interagir, através do seu perfil com outro perfil, sem que este usuário esteja conectado. A interação tecnmediada tem o aspecto da desterritorializada à medida que a limitação geográfica passa a ser um fator não determinante. Sendo esse o segundo aspecto, no qual a interação e a manutenção dos laços não estão alicerçados nos encontros físicos face a face, pois a área de contanto passa a ser o ciberespaço, no qual pessoas em diferentes espaços geográficos e fusos horários passam a interagir de modo instantâneo ou não. (AGUIAR, 2007; RECUERO, 2009; TAVARES, 2015).

Lévy (1999) argumenta que a interação entre pessoas em diferentes espaços e temporalidade não é novidade. A comunicação por meio de cartas e telefonia, já havia dotado a sociedade dessas relações, porém é a partir do ciberespaço que se torna realidade a cooperação simultânea em diferentes espaços, com a coordenação de ações e subjetividades de modo a gerar algo em comum.

Aguiar (2007), ao argumentar sobre as particularidades das redes sociais digitais atuais, coloca que as redes têm, por vezes, uma arquitetura amparada na individualidade, carregando uma série de interesses econômicos que dão base a tal estruturação. Para a autora haveria uma diferenciação entre as primeiras experiências de redes sociais digitais e as atuais.

---

*local. Embora usemos o termo "site de rede social" para descrever esse fenômeno, o termo "sites de redes sociais" também aparece no discurso público, e os dois termos são frequentemente usados de forma intercambiável. Optamos por não empregar o termo "networking" por duas razões: ênfase e escopo. "Networking" enfatiza a iniciação de relacionamento, muitas vezes entre estranhos. Embora a rede seja possível nesses sites, não é a prática principal em muitos deles, nem é o que os diferencia de outras formas de comunicação mediada por computador (CMC)."*

As experiências pioneiras de redes sociais online baseadas na cooperação, no intercâmbio de experiências e no compartilhamento de recursos (sobretudo software e informações especializadas) foram as comunidades de interesse temático formadas a partir das interações nos BBSes – Bulletin Board Systems e *newsgroups* da Usenet. Ambos propiciavam a interação entre estranhos anônimos, aproximados por interesses e necessidades afins. A lógica da generosidade e da “cultura” da dádiva fortalecia os vínculos entre os participantes mais ativos, que passavam a interagir também offline, em encontros presenciais periódicos [...] Já os sites de relacionamentos autodenominados “redes sociais” fazem, de certa forma, o percurso inverso: criam uma plataforma informatizada inicialmente para encontro virtual de pessoas que se conhecem na vida real, que passam a interagir preferencialmente ou exclusivamente online. O ambiente é criado e desenvolvido por motivações comerciais, a partir de “tendências” de comportamento social e subculturas identificadas por pesquisas de mercado, ou seja, tendo como foco o indivíduo atomizado na condição de consumidor (atual ou potencial) e não de cidadão ou de *commons* (quem compartilha). (AGUIAR, 2007, p.10)

A autora observa que as redes sociais digitais atuais são orientadas para serem redes egocentradas, que usam a coleta de dados dos seus usuários, de modo a influenciar o fluxo comunicativo entre os usuários, tendo em vista o tempo do uso da rede. Um bom exemplo é a recente mudança do algoritmo<sup>18</sup> do Facebook, no qual a empresa passou a privilegiar o conteúdo produzido dentro do próprio site, com o intuito de manter o usuário mais tempo conectado a rede<sup>19</sup>e, assim, gerar mais receita a partir da utilização da rede pelo o usuário.

As sistematizações conceituais sobre redes sociais na internet observam o uso de dados pelos sujeitos, que resultam em tipos diversos de laços sociais, em especial destacamos três tipos: a) laços relacionais, que se caracterizam pela reciprocidade baseada na interação ativa entre sujeitos; b) laços associativos, através dos quais sujeitos pertencem a um ou mais grupos em comum sem, no entanto ter alguma interação entre eles; c) laços multiplexos, caracterizados pela manutenção dos laços sociais tanto no ciberespaço quanto fora dele

---

<sup>18</sup> Na computação algoritmo é uma sequência de instruções que permite realizar uma série de operações tendo em vista resolver um problema. Por exemplo, para executar o comando abaixar e levantar há uma série de instruções que permitem realizar a operação. Para mais informações ver: <http://equipe.nce.ufrj.br/adriano/algoritmos/apostila/algoritmos.htm>. Acessado em 30 de março de 2017.

<sup>19</sup> Para mais informações ver: [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/10/tecnologia/1465549365\\_706398.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/10/tecnologia/1465549365_706398.html). Acessado em 09 de julho de 2016.

(RECUERO, 2009; TAVARES, 2015). Adota-se a presente classificação de laços sociais em rede sociais digitais, tendo em vista que a dimensão relacional é a característica marcante do objeto de estudo, observando a interação interna aos eventos, sem observar a rede de relações que os participantes de um evento de mobilização via rede social digital podem mobilizar em outros espaços na internet e nos espaços físicos.

A presente reflexão sobre redes sociais digitais tem o intuito tencionar o conceito de rede social relacionado à internet, que tem como ponto de partida, por vezes, abordagens descritivas que não observam além das iniciativas individuais, calcadas em descrições baseadas em atributos e generalizações como a que vem a seguir.

Podemos compreender o conceito de rede social, portanto, como um conjunto de pessoas organizadas num determinado espaço (físico ou virtual), em razão de algum motivo que os mantenham em contato. Os sites de rede social, portanto, são os espaços estruturados próprios para a construção dessas redes sociais no ciberespaço. Dos mais rudimentares aos mais ricos em ferramentas de compartilhamento, esses sites existem praticamente desde a origem da internet (enquanto fóruns e chats) e tem se desenvolvido sob diversas formas. (ARAUJO, SILVEIRA FILHO & SILVA, 2011. p. 6).

Esse tipo de concepção transmite uma lógica de descrição neutra centrada nos aspectos da formação de um tipo de rede primeiramente como um conjunto de indivíduos que utilizam de ferramentas para se conectar a partir de uma virtualidade, estando implícita aí uma lógica de separação entre mundos. O risco desse tipo de concepção sobre rede ou ciberespaço é tomar a solidariedade e a horizontalidade das relações como forças *a priori* daquele espaço. Ribeiro (2000), a partir da sua argumentação sobre ciberativismo, coloca que essa neutralidade *a priori* propagada por algumas análises entusiastas sobre o potencial emancipador ou centrada no seu caráter utilitário para ampliar as interações e a solidariedade social, desconsidera o profundo recorte de poder em que ela está ancorada.

O discurso hiperbólico concebe o potencial do ciberespaço de tal maneira que chega a constituir uma visão celebratória das interações, assumindo uma postura acrítica, conforme ilustra a seguinte citação:

Filhos tanto do globalismo como da era dos computadores vêm a si mesmos como criadores de um novo mundo, uma situação mediada pela alta tecnologia, onde o acesso à rede é ao mesmo tempo uma espécie de libertação pós – moderna e o experimentar de novos meios democráticos que capacitam os mais fracos a inundarem o sistema mundial com informação colocando em cheque, assim, os abusos dos poderosos (RIBEIRO, 2000, p. 474).

Essa inovação tecnológica está ligada a uma série de expectativas dos atores sociais, ganhando ampla dimensão nas relações sociais cotidianas, pois o ciberespaço, enquanto espaço de convergência de subjetividades, projetos coletivos e de outras mídias, está repleto de interações sociais que podem ser *desconectadas e (re) conectadas a todo instante*.

As redes sociais digitais são vistas no presente estudo como fluxo de significados, ações e produção imaterial que tem no agenciamento de múltiplas dimensões sociais a intensidade da sua configuração presente. Novos encadeamentos de produção imaterial, simbólicas e de práticas sociais e políticas, podem acrescentar novos contornos a sua forma polimorfa. O polimorfo que reflete a multiplicidade que por sua vez não se realiza em uma forma definitiva.

Ao analisarmos as Jornadas de Junho de 2013, se vê que a multiplicidade dos quadros de ação se constitui por via de fluxos de significados e práxis que tem múltiplas dimensões (política, material, social, semiótica entre tantas). Ao escolhermos observar o aspecto do confronto político por via interação em redes sociais digitais, estamos escolhendo olhar para um ponto desse *fluxo de ação coletiva*, tendo em vista que o importante são as demandas aqui destacadas e modo como elas se conectam para dá direcionamento político aos eventos.

Escolhemos, assim, olhar para uma região a partir de um contexto histórico, observando a intensidade dos fluxos políticos e suas variações buscando um recorte, que é o Facebook, tendo como sentido construir uma espécie de mapa analítico das *Jornadas de Junho de 2013* na cidade de João Pessoa.

### 1.3. Sobre o conceito de quadros de ação e mobilização social.

Para a construção analítica, propomos uma abordagem a partir do conceito dos *quadros de ação coletiva*. Tal categoria é uma concepção pragmática e relacional de cultura, que observa os processos de formação de significado na interação, tendo em vista a composição de um conjunto de ações coletivas, nesse caso relacionado ao confronto político.

Do ponto de vista da estratégia política, o modo como é dado o enquadramento tem como resultante a emergência de repertórios distintos de ação coletiva, que, por sua vez, influenciam na dinâmica do evento de protesto. Observaram-se os quadros de ação como esquemas interpretativos que possibilitam a contingência estratégica dos sentidos sociais, tendo em vista construir a base comum para uma densa interação social, que tem seus protagonistas, antagonistas e observadores, com a criação de símbolos, vocabulários e práticas específicas.

Frames help to render events or occurrences meaningful and thereby function to organize experience and guide action. Collective action frames also perform this interpretive function by simplifying and condensing aspects of the “world out there,” but in ways that are “intended to mobilize potential adherents and constituents, to garner bystander support, and to demobilize antagonists” (Snow & Benford 1988:198). Thus, collective action frames are action-oriented sets of beliefs and meanings that inspire and legitimate the activities and campaigns of a social movement organization (SMO). (SNOW & BENFORD, 1988, p 198 apud SNOW & BENFORD, 2000, p.614)<sup>20</sup>

À literatura aponta que à medida que esse conjunto de crenças e significados diminui, a sua ressonância ou se tornam incapazes de organizar a experiência e orientarem a ação, ou passa a ocorrer uma tentativa de reconfiguração da importância dos quadros junto com a tentativa de manutenção da interação social que é a mobilização de protesto. Assim o

---

<sup>20</sup> Tradução minha. “Os quadros ajudam a dar significado aos eventos ou ocorrências e, portanto, funcionam para organizar a experiência e orientar a ação. Os quadros de ação coletiva também desempenham essa função interpretativa simplificando e condensando aspectos do “mundo lá fora”, mas de forma “destinada a mobilizar potenciais aderentes e constituintes, a angariar apoio e demobilizar antagonistas” (Snow & Benford 1988: 198). Assim, os quadros de ação coletiva são conjuntos de crenças e significados orientados para a ação que inspiram e legitimam as atividades e campanhas de uma organização de movimentos sociais (SMO)”.

conceito de quadro de ação versa sobre a importância de significação e organização dos problemas a serem enfrentados.

Refletindo a partir de Snow e Benford (1986, 2000) e Tarrow (2009), a constituição e permanência de um quadro de ação estão diretamente relacionadas ao seu poder de abrangência interpretativa, flexibilidade de inclusão e ressonância sociopolítica em um contexto sociocultural. A densidade de um *quadro de ação coletiva* está relacionada ao seu escopo político e social, que, por sua vez, possibilita a sua hegemonia em uma mobilização coletiva e parece está diretamente relacionada às oportunidades políticas, desse modo, em uma perspectiva simples, e que surgem os *quadros principais*. (SNOW e BENFORD, 1986, 2000; GONÇALVES DIAS, 2010; NUNES, 2011; TARROW, 2009).

Segundo Tarrow (2009), a ideia de *oportunidade política* tem sua raiz no pensamento de Charles Tilly, que, em um primeiro momento argumentava sobre uma estrutura sociopolítica externa aos atores sociais, que tinham suas ações influenciadas por ela, com suas restrições. Ao retomar esse conceito, o autor o define da seguinte maneira:

Entendo oportunidades políticas como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais – da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político. Entendo as restrições políticas como fatores – tal como a repressão, mas também algo semelhante à capacidade das autoridades de colocar barreiras sólidas aos insurgentes – que desencorajam o confronto. [...] Como resultado, o termo “estrutura de oportunidades políticas” não deveria ser entendido como um modelo invariável que produz, inevitavelmente, movimentos sociais, mas como um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político, colocando em movimento uma cadeia causal que pode levar a uma interação sustentada com autoridades e, portanto, a movimentos sociais (TARROW, 2009, p. 38-39).

Assim, o conceito de *oportunidades políticas* versa sobre os recursos acessíveis aos atores, que lhes permitem participar do *confronto político*. O conceito observa ainda o tipo de restrição e incentivos que os atores têm para participar do *confronto político*. Quando observado o tipo de restrição e incentivos para a realização de um *confronto político*, o conceito de quadros de ação coletiva aborda os mecanismos que dão coesão a uma ação coletiva.

Há três mecanismos de construção do enquadramento que dão densidade social aos quadros de ação coletiva, colocando-se como fundamento estruturante assim:

[...] o enquadramento diagnóstico, onde se apresenta uma nova interpretação dos assuntos ou eventos, com a intenção de mobilizar à ação; o enquadramento prognóstico, apresentando uma solução ao problema diagnosticado; o enquadramento motivacional, em que se tenta prover uma razão ou motivo para agir conjuntamente. Vários estudos empíricos subsequentes identificaram e analisaram vários tipos de enquadramento prognóstico que movimentos sociais específicos construíram e efetivaram, concluindo que, em geral, os movimentos tendem a identificar vítimas de um tipo de injustiça e amplificar simbolicamente essa vitimização (NUNES, 2011, p.9).

A ideia de quadros de ação em Snow e Benford (1986, 2000) resguarda uma visão hermenêutica sobre mobilização social, que gira em torno da interação social enquanto processo de organização da ação política de confronto, tendo em vista a disputa das subjetividades. Nessa visão, o quadro de ação contém uma base relacional e um caráter situacionista, podendo ser influenciado pelo desenvolvimento histórico de um discurso de protesto que resguarda diferentes interpretações e atores envolvidos, a exemplo do discurso sobre *mobilidade urbana* que envolve a redução da tarifa. Para a consolidação de uma ação coletiva é necessário estar atento as formas de alinhamento dos quadros de ação coletiva.

By frame alignment, we refer to the linkage of individual and SMO interpretive orientations, such that some set of individual interests, values and beliefs and SMO activities, goals, and ideology are congruent and complementary. (SNOW & BENFORD, 1986, p.464).<sup>21</sup>

Desse modo, o tipo de configuração do protesto está relacionado ao modo como se alinham as interpretações dadas a uma demanda política e social, possibilitando um diagnóstico e prognóstico em comum. Entender a dinâmica de alinhamento das interpretações dos atores é fundamento analítico de observação do processo de enquadramento da ação. Para

---

<sup>21</sup> Tradução minha. “Por alinhamento de quadros, nós nos referimos à vinculação de orientações interpretativas individuais e dos MOS (Movimento Sociais), de tal forma que algum conjunto de interesses, valores e crenças individuais e as atividades, objetivos e ideologia dos MOS (Movimentos Sociais) são congruentes e complementares.”

Snow e Benford (1986) há quatro processos por meio dos quais pode ocorrer o processo de alinhamento de quadros.

The four processes include: (a) frame bridging, (b) frame amplification, (c) frame extension, and (d) frame transformation. [...] The underlying premise is that frame alignment, of one variety or another, is a necessary condition for movement participation, whatever its nature or intensity, and that it is typically an interactional accomplishment SNOW & BENFORD, 1986, p. 467)<sup>22</sup>

Segundo Snow e Benford (1986), por *ponte entre quadros*, entende-se o processo de ligação de duas ou mais ideologias coerentes, estruturalmente desconectadas, sobre um mesmo problema. A *amplificação do quadro* significa o processo de esclarecimento e revigoramento de um quadro interpretativo relacionado a um problema. A *extensão do quadro* significa amplificação dos valores e sistemas ideacionais por parte dos movimentos sociais, com a finalidade de promover a ligação entre os valores dos indivíduos e os grupos que apoiam o movimento social. E por fim, a *transformação do quadro* ocorre quando os valores e ações promovidas pelos movimentos sociais não encontram boa ressonância em meio aos seus pretensos apoiadores, por ir contra os valores e ideologia dos sujeitos, fazendo com que o movimento social tenha que realinhar suas ideias e ações. Observados as formas de alinhamento e o conceito de quadros de ação proposta por Snow e Benford (1986, 2000), partiremos para o esclarecimento do conceito de *repertório de ação coletiva* e a ideia de *confronto político* em Charles Tilly.

O conceito de repertório é fundamental para entender a dinâmica das contendas em Tilly, sendo uma das suas mais importantes contribuições para o estudo da sociologia política em relação à ação coletiva. Essa noção tem em *From Mobilization to Revolution* (1978) a sua primeira forma sistemática, ganhando novos contornos ao longo do desenvolvimento da teoria do processo político.

A noção de repertório acabou se consolidando dentro das teorias das ações coletivas, sendo utilizada para observar a evidência de que a

---

<sup>22</sup> Tradução minha. “Os quatro processos incluem: (a) ponte entre quadros, (b) amplificação do quadro, (c) extensão do quadro, e (d) transformação do quadro. [...] A premissa subjacente é que o alinhamento de quadros, de uma variedade ou de outra, é uma condição necessária para a participação do movimento, qualquer que seja sua natureza ou intensidade, e que é tipicamente uma realização interacional.”

produção de demandas se concentra em uma quantidade limitada de formas, que se repetem com variações mínimas e constituem a coleção (ou repertório) dentro das quais os potenciais atores selecionam de maneira mais ou menos deliberada. (BRINGEL, 2012, p. 46).

A teoria do confronto político é um arranjo analítico de base histórica, sua construção epistêmica traz as transformações ou deslocamentos das formas de ação coletiva, tendo em vista a estrutura de oportunidades políticas às quais os atores sociais estão vinculados. O conceito de estrutura de oportunidades políticas é base para entender os processos constitutivos da ação coletiva. Nesse conceito o modo de produção das demandas está relacionado à configuração sócio-histórico de uma sociedade nas esferas econômicas, política e cultural, sendo esse o nó reflexivo para pensar ação coletiva, interação social e o processo de enquadramento envolvido em eventos de protesto em redes sociais digitais, pensando em particular as *Jornadas de Junho de 2013* em sua dimensão regional.

É necessário problematizar o uso da noção de *repertório de ação coletiva* no presente texto. Norris (2002) Della Porta e Diani (2006) e Tarrow (2009) falam de repertórios, observando aspectos comuns, tendo em vista que as variações no termo não remetem a usos diferenciados, que podem ser chamados de *repertórios de ação política*, repertórios de contestação ou confronto e ainda repertórios de ação coletiva. Os autores refletem a partir de Charles Tilly que tem no processo de contestação política a base para ideia de *repertório de ação coletiva*, logo o conflito é a base da ação coletiva. A ação coletiva de protesto é vista como uma forma de participação política. Tal ação é uma forma de interação social que consiste na disputa e/ou no consenso de ideias na relação entre Estado e seus opositores ou entre opositores. Medeiros (2013) coloca que a base da teoria de Charles Tilly estrutura-se em quatro pilares.

'Group interests' account for the losses and gains for the group, as defined through interaction with other groups. 'Organization' refers to the combination between people's attachment to a group and the networks they are able to form within and beyond the group, so that interaction among people of similar status produces a higher degree of organization. 'Mobilization' is explained as a result of the resources the group already controls and those expected to be acquired through a process of collective action. 'Opportunities' refer to the characteristics of the political system

that can *obstruct or facilitate, prohibit or encourage* collective action. (MEDEIROS, 2009, p. 6).<sup>23</sup>

Nesse quadro teórico, o conceito de *repertório de ação coletiva* se estabelece como uma espécie de conceito de base estrutural e relacional, no qual as disputas no âmbito externo da ação coletiva organizada (relação entre opositores) influenciam na adoção do tipo de repertório de ação coletiva (protesto, greve, boicotes e etc.), bem como as disputas internas orientam o modo como os seus mecanismos seriam executados ao longo do evento contestação (marchas pacíficas, gritos de guerra, depredação e etc.). Coacci (2012) coloca que os repertórios de ação coletiva são definidos por algumas características.

De modo geral, o repertório de ação seria como uma caixa de ferramentas em que os movimentos sociais poderiam acessar e escolher, dentre as diversas formas conhecidas de ação coletiva, aquelas que desejam utilizar em um determinado momento. As principais características dos repertórios de ação seriam: (1) especificidade histórica e geográfica; (2) autonomia; (3) abrangência nacional; (4) modularidade; (5) contestação; (6) intencionalidade; e (7) produção de identidades coletivas. (COACCI, 2012, p.3).

Em relação à variação no tempo e no espaço, a utilização da internet como mecanismo de mobilização só é possível graças ao desenvolvimento da comunicação no século XX e XXI, ou seja, é um repertório contemporâneo e que ganha utilidades diferentes no Brasil ou na China<sup>24</sup>, por exemplo, na questão do acesso e filtros de controle, em que a

---

<sup>23</sup> Tradução minha. “*Os interesses do grupo contabilizam as perdas e os ganhos para o grupo, tal como definidos através da interação com outros grupos. "Organização" refere-se à combinação entre o apego das pessoas a um grupo e as redes que elas são capazes de formar dentro e fora do grupo, de modo que a interação entre pessoas de status semelhante produz um maior grau de organização. A "mobilização" é explicada como resultado dos recursos que o grupo já controla e aqueles que se espera que sejam adquiridos através de um processo de ação coletiva. As "oportunidades" referem-se às características do sistema político que podem obstruir ou facilitar, proibir ou encorajar a ação colectiva.*”

<sup>24</sup> O caso dos protestos em Xiamen em 2007 e Guangzhou em 2008, no qual uma série de mobilizações contra a implementação de um fabrica de produtos químicos na primeira cidade fez com o que a fábrica fosse transferida para a segunda que também contestou a vinda da fabrica. Em ambas o uso da internet foi preponderante para iniciar e sustentar o movimento de contestação. Os blogs nos dois contextos publicaram uma série de conteúdos denunciando o problema e pessoas das cidades compartilharam amplamente conteúdo dos blogs como uma série de opiniões pessoais que iam contra a implantação da fábrica. (TILLY e WOOD, 2010). Nas duas cidades o uso da internet conseguiu irromper a censura imposta pelo estado e o uso da internet móvel foi um dos fatores que deram visibilidade as manifestações, no qual os mesmo repertórios foram utilizados tendo como finalidade barrar a implantação da fabrica dentro do perímetro urbano. (TILLY e WOOD, 2010).

conjuntura político é um fator que gera diferentes oportunidades de uso. Porém pode resguardar semelhanças a exemplo do papel das *Jornadas de Junho* no Brasil em 2013 e nos *Ocuppy* nos EUA, em 2011, ao utilizar a internet como canal de organização e de contestação do establishment político e econômico, mesmo com pano de fundos e atores diferentes nos dois contextos, o que demonstra que o tempo e o espaço da ação coletiva podem variar, mas repertórios similares podem ser utilizados com finalidades diferentes. O tipo de autonomia de um repertório está relacionado ao tipo de oportunidade política e seus atores.

No Brasil em 2013 os episódios de protesto aqui relatados foram iniciados a partir da reivindicação contra o aumento da tarifa do transporte público em algumas cidades, e que demandas como a oposição a PEC 37, Cura gay e demandas por melhorias dos serviços públicos foram geradas por força de oportunidades políticas geradas pela interação entre o Estado e a sociedade civil no plano nacional.

Observou-se a partir da presente pesquisa que houveram tensões relacionadas aos repertórios de ação tendo impacto direto na autonomia. Tensões que foram vistas na utilização das redes sociais pelos atores que divergiam da utilização do espaço tendo impacto direto no tipo de autonomia. Alguns atores queriam utilizar o espaço das redes sociais digitais como espaço de debate e inclusão das demandas enquanto outras como espaço de mobilização sem inclusão. Houve ainda discordância em relação aos mecanismos que deveriam ser utilizados (Marcha pacífica x depredação). Essas tensões implicam na autonomia dos repertórios tanto do nível da escolha, ou seja, os quais os critérios de escolha e o respeito à escolha que atores terão a ação pretendida, como no nível de participação dos atores em um repertório de ação. Ainda quando vistos do ponto vista da abrangência, os protestos possuíam certa autonomia no plano regional havendo muitas vezes a ocorrência de vários protestos simultâneos pelo país sem que houvesse uma coordenação nacional ou algum tipo de cooperação entre os vários organizadores locais.

Outro aspecto singular dos repertórios de ação coletiva é a modularidade. Della Porta e Diani (2006) apontam que a modularidade possibilita que o repertório seja utilizado por uma variedade de sujeitos em variadas situações, sendo essa uma das características dos *repertórios* modernos, já que, em sociedades tradicionais, *os repertórios* eram específicos e diretos sendo reflexo de uma sociedade com um baixo nível de comunicação, hierarquizada, com baixa diferenciação e organizada em torno de comunidades. Um exemplo de

modularidade se dá na criação de eventos nas redes sociais digitais que podem ser utilizados para a mobilização de eventos protestos políticos de rua, bem como a organização de protestos virtuais, como Twittaços em prol de uma demanda.

Coacci (2012) argumenta que os protestos como espaços de contestação, foram além da perspectiva clássica que tomam o Estado como alvo ou mediador, tendo em conta uma relação de confronto que se dá entre *demandantes* e *demandados*, em que a interação se orienta pelas intenções de persuadir, facilitar, barganhar e coagir. Coacci (2012) coloca que a literatura contemporânea expandiu a noção de contestação ao colocar que os movimentos sociais miram em sistemas de autoridades, como estruturas educacionais, exército, religião e outros. Nesse sentido, é interessante notar que Tilly, McAdam e Tarrow (2009), ao analisarem a esfera da contestação,<sup>25</sup> colocam a presença do Estado, enquanto gestor dos meios de coerção, como um dos elementos que definem a interação.

No presente caso de estudo, os temas que se desenvolveram a partir da análise dos eventos JPA II, III e IV, apontam o Estado como o principal *demandado*, sendo seguido por *demandados* alinhados, a exemplo dos partidos políticos e empresas de ônibus. No conjunto dos três eventos aqui observados e dos critérios de relevância tomados para a análise dos temas, os *demandados* alinhados variam em sua importância ao longo dos protestos em João Pessoa, tendo visibilidade ou não para a observação do comportamento das interpretações.

A intencionalidade resguarda uma dimensão estratégica e racional em uma relação de contestação, que varia conforme a situação, composição social e conjuntura sociopolítica (COACCI, 2012) (DELLA PORTA e DIANI, 2006). A observação da intencionalidade contida na interação visa mapear os mecanismos de ação presentes no processo político, tendo em vista as rotinas que os derivam e o modo como evoluem no tempo e no espaço.

---

<sup>25</sup> No artigo *PARA MAPEAR O CONFRONTO POLÍTICO*, McAdam, Tarrow e Tilly propõem uma agenda de pesquisa que visa construir uma síntese em relação ao campo da ação política de contestação em diferentes níveis. No plano epistêmico os autores propõem Confronto político como uma síntese para além das ideias de *Movimentos sociais, revoluções e ações coletivas* que tem o intuito de investigar a política institucional e a mudança social histórica em aspectos mais amplos do confronto político nas sociedades. No plano das interações de confronto os autores colocam a importância de “ficar atentos às variações no contexto e aos seus efeitos hipotéticos sobre a dinâmica da ação coletiva” (McAdam et al, 2009, p16) .

Norris (2002), Della Porta e Diani (2006) destacam que o protesto é uma forma não convencional de participação política e que sua análise está relacionada às transformações históricas no processo político da sociedade. As transformações estruturais políticas e econômicas ao longo do século XX e XXI geraram uma série de oportunidades no que tange ao funcionamento das relações de protestos. A internet, como lembrando por Coacci (2012) e Norris (2002) possibilita a redução dos custos de mobilização, possibilitando novas formas a antigas ações (como a petição online) e mesmo a interação entre formas antigas e novas formas (protestos de rua convocados via internet), estando diretamente relacionada ao uso social enquanto mecanismo de mobilização e o tipo de penetração que tem em uma conjuntura sócio-histórica, o que, por sua vez, delimita sua força enquanto campo de ação de coletiva.

Os elementos observados demonstram que a escolha de um tipo de ação ou tática adotado para a mobilização de sujeitos tem como consequência direta a criação de algum tipo de solidariedade. A ideia de tática, como uma espécie de mecanismo de aproximação simbólica entre sujeitos e movimentos, aproxima-se da noção de *ação modular* vista em Tarrow (2009), que descreve uma ação que possui certa rotina e que, quando conhecidas as suas vantagens estratégicas, pode ser utilizada para “unir pessoas com objetivos diferentes e ser difundida para vários tipos de confronto com autoridades” (TARROW, 2009, p.50). Tal união pode dar base à criação de uma identidade coletiva como fundamento de sustentação de um confronto político, à medida que pessoas compartilhem de valores, interesses e histórias de vida, criando uma espécie de sentimento de pertencimento que pode se compartilhado entre grupos sociais distintos, o que não vem a significar uma relação homogênea tendo, por vezes, uma existência baseada na coexistência de coletividades distintas, ou seja, uma relação sustentada na negociação das tensões (DELLA PORTA e DIANI, 2006) (MELUCCI, 1996).

As rotinas estabelecem não só os repertórios, mas também os tipos de atitudes dos atores nas interações, porém essas rotinas estão condicionadas às negociações das tensões que estão em jogo no cotidiano das interações. Tais atitudes sem colocam em rota de choque a depender da pauta. Como exemplo, há o posicionamento antipartidarista, que foi um ponto de tensão entre alguns atores em vários eventos pelo país e, ainda, houve a tensão entre os manifestantes pacíficos em contraste a grupos que usavam a depredação como tática de ação

política. Na cidade de João Pessoa, gritava-se no protesto do dia 20 o refrão “Sem violência” ao sinal de qualquer exaltação por parte dos atores<sup>26</sup>.

Nos eventos observados, a construção da identidade coletiva não é um aspecto de destaque na nossa pesquisa. O que se pode inferir, a partir da observação dos dados, é que a interação está ancorada na dimensão da necessidade de participar dos atos de protestos, nos quais as pessoas compartilham do repertório de ação, que é o protesto de rua, mas que carrega uma série de tensões do tipo: Quais posturas devem ser adotadas nos protestos? A pluralidade dos temas deve ser tolerada? Os eventos no Facebook devem ser locais de deliberação ou de agregação e sugestão de pautas?

Em João Pessoa, dois tipos de táticas de ação são comuns nos protestos de rua contra o aumento da tarifa: Uma é ocupar o terminal de integração, bem como protestar na praça dos três poderes. A segunda é o ato de pular a catraca dos ônibus a fim de demonstrar revolta com o aumento da tarifa e da qualidade do transporte.

Um fato interessante é que, na primeira manifestação, grande parte dos sujeitos presentes no ato seguiu pela Avenida Epitácio Pessoa. No ato seguinte, parte das pessoas que eram moderadoras das páginas dos eventos JPA II e III adotaram a estratégia de só revelar o percurso do ato no dia da mobilização, já que no JPA IV, a rota foi previamente estabelecida. Essa estratégia tinha o sentido da não dispersão. O interessante é notar que a ação de ocupar a integração sofreu resistência numa manifestação cujo sentido maior era o ato de protestar independente da bandeira. Assim a Avenida Epitácio Pessoa se tornou o cenário com maior destaque por conta das inúmeras pessoas e bandeiras, sendo o ato de tornar visível a própria demanda o principal objetivo. Apesar de a rua ser vista como um espaço de intensa expressão da individualidade, quando observado as redes sociais digitais, notam-se que há pontos de convergência ou demandas com maior visibilidade a qual atores individuais se alinham, a exemplo *da redução da tarifa* ou da PEC 37.

#### **1.4. A relação entre confronto político e o cenário social.**

---

<sup>26</sup> Para mais informações sobre a tensão existente no plano interno das ações coletivas nas jornadas de Junho ver <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/mpl-ataca-pauta-conservadora-em-protestos-e-aceita-partidos-em-ato.htm?cmpid=ctw-cotidiano-news>. Acessado em 18 de janeiro de 2017.

Os diferentes *repertórios de ação coletiva* alinhados aos *quadros de ação coletiva*, relacionados aos protestos em João Pessoa e seus respectivos confrontos políticos, dimensionam a presente apreciação analítica das formas de mobilização aqui vistas em relação aos protestos contemporâneos.

O cenário social, observado da luneta dos conflitos sociais, traz os indícios das demandas que dão a tônica das mobilizações, sejam por movimentos sociais já estabelecidos, ou por outros grupos da sociedade civil – sindicatos, ONGs, conselhos de classe - estando revestido de interpretações que orientam os objetivos, bem como a capacidade de adensamento dos atores. Por sua vez, esse conjunto de fatores sofre influência direta das condições macroestruturais da sociedade, condições essas advindas da dita sociedade da informação.

O contexto histórico é a peça chave de entendimento das ações coletivas em um dado contexto social, por meio do qual se pode observar como os atores constroem ações de mobilização e a dotam de sentido, pois nele pode se procurar as raízes dos problemas sociais que se tornaram pautas de reivindicações a partir dos quais os sujeitos agem. Além disso, há as condições materiais existentes em um dado contexto histórico (SNOW & BENFORD, 1986, 2000; TARROW 2009; GOHN, 2010; SCHERER-WARREN, 2006, 2007; ALVAREZ, DAGNINO e ESCOBAR, 2000, TILLY, 1978, 2010).

O desenvolvimento de uma economia global, com densas redes de comunicação empresarial e social, em que o fluxo de troca é baseado em bens imateriais e materiais alicerçados na conectividade de empresas, instituições governamentais, atores coletivos e individuais, o que possibilitou redes de comunicação densas de muitos para muitos, permitindo uma diminuição dos custos da manutenção para uma mobilização social, admitindo coalizões interativas para além do espaço geográfico em comum (Convivência) entre atores diversos, ampliando a capacidade de mobilização de recursos, bem como a criação de oportunidades pelos atores sociais e políticos para outros atores (MALINI E ANTOUN, 2013; RIBEIRO, 2000; CASTELLS, 2001, 2013).

A conectividade dos indivíduos, grupos e máquinas dotaram a ação coletiva de um potencial de mobilização política alicerçada em horizontalidades: Interpretativa, políticas, objetivos e ações modulares. Uma mobilização de “Muito para Muitos”, que coloca desafios relacionados à fundamentação interpretativa e contenciosa da realidade pelos atores: os tipos de laços estabelecidos entre os atores individuais, entre os atores individuais e institucionais e

entre atores institucionais (CASTELLS 2013: MALINI e ANTOUN, 2013: TARROW, 2009: TILLY, 1978, 2010).

A aplicação do conceito de confronto político (TILLY, 1978, 2010: ALONSO 2012) no estudo da mobilização das Jornadas de Junho de 2013, deve conduzir a discussão sociológica observando o comportamento dos quadros de ação coletiva, observando as práticas de interação adotadas pelos atores por meio dos seus perfis na rede Facebook, considerando o grau de relevância dos temas que circulam pelas páginas dos eventos e a capacidade de agenciamento que as páginas carregam.

Los movimientos de información se han convertido en un componente indispensable de la reproducción económica en su conjunto. En esta dirección, el acceso a la información y comunicación debe entenderse como un servicio básico de primera necesidad para los ciudadanos y las organizaciones sociales, y no como una mercancía con valor en el mercado. El modelo de organización en red, a partir del cual se estructuran las principales actividades de la sociedad de la información, también es un modelo referencial para los movimientos y redes sociales de resistencia y oposición al proceso de globalización neoliberal. En este escenario global y con la base tecnológica de Internet, las redes sociales de resistencia emplean de manera innovadora las redes informáticas, la política informativa y las formas organizativas en red (LAGO e MAROTIAS, 2006, s.p)<sup>27</sup>.

Assim, temos em vista a articulação entre sujeitos para uma ação de protesto, ressaltando a operacionalidade dos temas que se sobressaem nas páginas dos eventos. Para isso, escolhemos como objeto empírico as páginas do JPA II, III e IV no Facebook, partindo da premissa de que os eventos, nessa rede social digital, possibilitaram uma interação sustentada (TARROW, 2009) através de uma rede de ações interconectadas e difusas de sentidos e interações (CASTELLS, 2013).

---

<sup>27</sup> Tradução minha. “Os movimentos da informação tornaram-se um componente indispensável da reprodução econômica como um todo. Neste sentido, o acesso à informação e comunicação deve ser entendido como um serviço básico para os cidadãos e as organizações sociais, e não como uma mercadoria com valor de mercado. O modelo de organização em rede, através do qual os princípios atividades da sociedade da informação estão estruturados, é também um modelo de referência para os movimentos sociais e redes de resistência e oposição ao processo de globalização neoliberal. Neste cenário global baseado na tecnologia da Internet, as redes sociais de resistência empregam de maneira inovadora as redes de computadores, a política de informação e formas de organização em rede.”

## 2. TICs E O ADMIRÁVEL MUNDO NOVO.

No mundo contemporâneo, as discussões sobre as tecnologias da informação estão relacionadas a temas, que vão desde o processo de reprodução do capital até os impactos nas interações entre os indivíduos. As chamadas TICs tomam parte da sociedade, enquanto tecido constitutivo de novas dinâmicas sociais.

A noção de TICs que ressaltamos no presente trabalho carrega alguns aspectos básicos, como a maior possibilidade de instrumentalização dos conteúdos comunicativos, maior horizontalidade das relações, tendência à comunicação em rede e digitalização dos conteúdos (SILVA, 2013). Alguns exemplos de TICs são os celulares, computadores pessoais e internet.

As TICs em sua dimensão técnico-científica se caracterizam como um conjunto de técnicas e dispositivos que se integram na instrumentalização, transmissão e processamento da informação, permeando varias áreas do conhecimento humano, conectando-as a fim de que interajam (CASTELLS, 2005; WERTHEIM, 2000). Um exemplo são os avanços na área da informática que possibilitaram um modelo de decodificação do genoma humano, contribuindo assim para o avanço do conhecimento no campo da genética<sup>28</sup>.

Silva (2013) argumenta que as TICs, para além de sua dimensão técnica, são objetos de consumo que se integraram ao processo de socialização de diferentes formas, indo do lazer a ferramentas de capacitação para atividade econômica, a exemplo do desenvolvimento de uma ferramenta digital chamada “SAP Rural Sourcing Management”, que auxilia pequenos produtores na gestão e comercialização da produção agrícola em países como Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gana, Moçambique e Uganda<sup>29</sup>.

Castells (2001) indica que são três os processos ocorridos no último quarto de século XX, que dão base às transformações da sociedade: A flexibilização do capital e do comércio global, a liberdade individual e comunicativa como fundamento das relações sociais

---

<sup>28</sup> Para mais informações ver <http://super.abril.com.br/ciencia/o-mapa-da-vida>, acessado em 25 de junho de 2016.

<sup>29</sup> Para mais informações ver <https://www.itu.int/net4/wsis/forum/2016/Agenda/Session/173/true>, acessado em 25 de junho de 2016.

e, por fim, o desenvolvimento tecnológico das telecomunicações, construindo grandes redes de informação pelo globo. A observação histórica desses processos revela que a anunciada *sociedade da informação* ou *informacional* (CASTELLS, 2005), é marcada por tensões do tipo: diferença de acesso às TICs, domínio tecnológico de nações e apropriação privada de tecnologias desenvolvidas na esfera do neoliberalismo no Estado.

Segundo Castells (2005) e Werthein (2000), a ascensão das TICs é marcada por uma conjuntura político-econômica, ao fim da década de 1980, de promoção do neoliberalismo econômico, marcado pela flexibilização do mercado de trabalho em escala global, aumento do volume de recursos e transações financeiras transnacionais, desconcentração espacial da atividade produtiva e aumento da interdependência econômica entre os países. Os Estados de bem-estar social europeu e norte-americanos sofreram desmonte e os Estados do hemisfério sul passam pelo processo de desregulamentação e privatização em setores da economia, a exemplo do Brasil com a privatização das Telecomunicações no Governo Fernando Herinque Cardoso na década de 1990. Os Estados nacionais passam a orientar o conjunto das políticas públicas para o mercado de capital. Nesse cenário, as TICs como fonte de inovação social tem impacto direto na esfera da produção capitalista.

No capitalismo industrial tradicional, a valorização se baseia num conjunto de relações sociais e institucionais fundamentais, como mercado, salário e Estado, relações essas voltadas para a realização de um objetivo principal: conduzir o trabalho homogêneo ao capital, em lugares fixos, concentrados e por tempo determinado. Hoje, a informatização da indústria e o crescente domínio da produção de serviços tornam desnecessária a concentração das atividades. Em muitos casos, a produção em escala deixa de ser vantajosa. Ademais, não é mais o trabalho que é conduzido ao capital, mas, sim, o capital, emancipado graças às TICs das limitações espaço-temporais, é que vai livremente ao encontro do trabalho para constituir, *ad hoc*, redes de valorização. (ALMEIDA et al., 2010, p.78)

As TICs tomam parte da cadeia de produção e reprodução do capital, expandido por meio de uma maior flexibilização do espaço-tempo, permitindo um trânsito de mercadorias, consumo e produção sem precedentes em velocidade e fluxo. As TICs são

elementos determinantes na consolidação dos mercados transnacionais e suas hierarquias, característica marcante do cenário neoliberal global (ALMEIDA et al., 2010).

As TICs são frutos do desenvolvimento tecnológico no século XX que dá base a dita *sociedade da informação*. Segundo Castells (2005), a partir das décadas de 1960 e 1970, o desenvolvimento no campo da microeletrônica, informática e telecomunicações, bem como a expansão dos meios de comunicação e o surgimento de redes de comunicação interativa, como a internet, colocaram a Informação como protagonista na presente organização social. Assim, a sociedade contemporânea seria marcada por um novo paradigma técnico-econômico onde a produção, processamento e transmissão da informação se constituem como a base produtiva da economia global, no qual as características marcantes seriam a Informação como insumo principal, alta penetrabilidade social das novas tecnologias, flexibilização dos processos organizacionais, crescente convergência tecnológica em uma integração sistêmica de campos de saberes e, por último, o predomínio da lógica de redes.

Jorge Werthein (2000), em sua análise sobre o surgimento de uma *sociedade da informação*, argumenta que esse novo arranjo social e econômico é gestado dentro de um desafio de inclusão de grandes massas empobrecidas, distribuídas dentro de um mesmo território nacional e ainda entre os Estados-Nação que detém peso diferente na economia global. Outro aspecto importante é o papel de setores do Estado que contribuíram para o desenvolvimento de tecnologias que, posteriormente, foram largamente utilizadas pelo setor privado em seu processo de produção e acumulação, a exemplo dos investimentos das Forças Armadas Americanas no desenvolvimento da microeletrônica e de redes de comunicação como a internet, a partir da segunda metade do século XX. Werthein (2000) argumenta que a ascensão de uma *sociedade da informação* não se faz por força de um “Evolucionismo tecnológico”, mas por um conjunto de fatores socioeconômicos e disputas, que envolve diferenças estruturais no campo tecnologia entre os países do globo e que possibilitou, por exemplo, o domínio da infraestrutura das nações europeias em relação aos países africanos no início do século XXI.

A conexão internacional dos países em desenvolvimento e até da Europa está extremamente concentrada em poucos pontos de acesso. Como não há a exigência de que os operadores desses pontos de acesso partilhem os custos do circuito completo (até o ponto de acesso internacional e retorno ao ponto de origem), os provedores de serviços de Internet nos países em desenvolvimento devem, na

maioria das vezes, pagar pelos custos totais das ligações nos dois sentidos, o que encarece o serviço e restringe suas possibilidades de expansão. (QUÉAU, 1999, apud, WERTHEIN, 2000, p.76).

É evidente o desnivelamento nas condições estruturais em diversos países ao fim do século XX e início do século XXI, aliado ao domínio da conectividade por força do poder econômico, criaram dificuldades para a inclusão de sujeitos na *Sociedade da Informação* (CASTELLS, 2005). Silva (2013) argumenta que, com o passar dos anos, as diferenças infraestruturais das nações não se desfizeram, de modo que o acesso por parte dos sujeitos continua desigual. A pesquisa do ano de 2015 sobre as TICs, promovida pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) demonstra que, no continente Europeu, 82,1% dos domicílios tem acesso à internet, enquanto na África o percentual de domicílios com acesso é de 10,7%. No que tange à assinatura de banda larga móvel na Europa e, nas Américas, a cada 100 habitantes, 78 pessoas utilizam o serviço, enquanto na África, o número se reduz para 17,4 pessoas<sup>30</sup>.

No Brasil, a diferença de acesso à internet também é relevante por região e cidade. Na última pesquisa sobre *Inclusão Digital*, realizada pela Fundação Getúlio Vargas em 2012, os dados demonstram, por exemplo, que em São Caetano (SP), 74% dos domicílios tinham acesso a computador com internet, enquanto em Aroeiras (PI) o índice era zero. No ranking por estado, o Distrito Federal era o 1º lugar com 58,69% dos domicílios com internet, enquanto o Maranhão, em último lugar, o índice era de 10,98% dos domicílios. Observou-se uma disparidade de penetração social em relação ao acesso a internet por região em níveis globais e locais. Essa disparidade, segundo observam Castells (2005), Wertheim (2000) e Silva (2013), tem analogia com o nível de infraestrutura das telecomunicações que, por sua vez, está condicionada ao nível de riqueza de uma região.

A *sociedade da informação* é abarcada de uma complexidade de relações históricas e socioeconômicas, que foram apresentadas aqui sucintamente, de modo a permitir a visualização do contexto de ascensão das TICs e o seu entrelaçamento com as sociedades contemporâneas. Nesse cenário, a internet ganha destaque por sua penetrabilidade no

---

<sup>30</sup>Para mais informações ver <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2015.pdf>, acessado em 27 de junho de 2016. O link oferece uma série de estatísticas que demonstram as diferenças de acesso, preço e estrutura por regiões do mundo.

cotidiano das relações sociais. O desenvolvimento tecnológico das redes de informação ampliou o poder de conexão pessoal na contemporaneidade, dando uma maior flexibilidade de atuação às relações sociais de modo que a interação entre atores sociais, possa em alguma medida, estar para além do espaço físico de encontro, como a praça, a sala de aula ou a casa.

Nesse panorama geral até aqui apresentado, as TICs estabelecem um fluxo de sentidos desterritorializados, que ocorre em paralelo a ações cotidianas nos espaços sociais e geográficos, e que possibilitam enquadrar um lugar físico ou uma ação em um conjunto de interpretações a partir de um recorte externo, ou seja, valendo-se de interpretações a partir das informações dadas sobre algo sem, no entanto, ter alguma ligação física a priori com o lugar. Tal perspectiva não implica a cisão do mundo em duas dimensões irreconciliáveis, propõe antes que o virtual e o físico estão entrelaçados no que concerne à realidade social (LEMOS, 1999), (LEMOS e LÉVY, 2010). Tal premissa, sobre o processo de construção de uma computação social, versa sobre o potencial político empoderador por via da comunicação em rede, relacionando à integração dos suportes midiáticos a uma maior interação entre atores produtores de informação, leva-nos a observar a comunicação ubíqua da internet como fomentador das interações simbólicas que transitam entre o global e o local.

A criação de um evento numa rede social digital como Facebook surge como mais um repertório de ação coletiva, repertório esse que tem sua experiência baseada na publicação e republicação de conteúdo por parte dos usuários, bem como a expansão da sua base de participantes por meio do ato de convidar alguém para se juntar ao evento. Assim, é um tipo de espaço que permite as pessoas conhecer as demandas do protesto e propor novas, requerendo um baixo custo na mobilização de recursos para a sua criação e sustentação. Deve se observar que um evento criado no Facebook pode ser tanto um canal de mobilização que visa ao protesto na rua como no ciberespaço, de modo que qualquer pessoa com acesso a rede pode confirmar participação em um evento e compartilhá-lo, mesmo estando em outro estado ou país, dando o caráter de desterritorialidade ao evento de mobilização, mas o ato de protestar observado aqui teve lugar e dia para acontecer.

A mobilização via redes sociais digitais possibilita estabelecer paralelos interpretativos entre acontecimentos distintos, por exemplo, entre que aconteceu na Praça Tahir em 2011<sup>31</sup>, passando pelos Occupy nos Estados Unidos em 2011-2012 e o que

---

<sup>31</sup> Em 25 de janeiro de 2011 era iniciada uma série de manifestações no Egito que poria fim ao governo de Hosni Mubarak. Castells (2013) aponta que uma série de situações levaram a esse levante. Em anos anteriores (2005 e

aconteceu em grandes centros urbanos brasileiros em 2013. Um senso comum que se afirma a partir desses paralelos é que as redes sociais digitais são plataformas de liberdade política e ações coletivas, que possibilitavam romper com o establishment comunicativo à medida que viabiliza a expansão das redes de significados. Porém a *Primavera Árabe* e as *Jornadas de Junho de 2013* foram frutos de conjunturas sócio-políticas diversas com constrangimentos contextuais e ações diferentes.

O fato de haver uma estrutura comunicativa em comum - redes sociais digitais – e ainda o uso das mesmas rotinas de ação, a exemplo do envio de convites para um evento através de perfis e utilização de imagens para informar e mobilizar pessoas, fez com que alguns analistas associassem os protestos a uma espécie de grande ruptura sistêmica por vim, uma espécie de grande ciclo global de protestos. Em relação a esse tipo de análise, Melucci (1996) chama atenção para a reprodução do senso comum, que é observar a realidade coletiva como uma coisa unificada e prontamente existente, em que o ponto de vista do pesquisador acaba determinando o conteúdo da análise. Assim, a pesquisa sobre a ação coletiva de protesto deve ter cuidado ao pensar em termos de totalidade histórica, para não enviesar numa perspectiva que determina um ciclo de protesto como um pré-configuração de um movimento revolucionário.

Ao passar do tempo observou-se que as diferentes manifestações na presente década não têm uma unidade estrutural *revolucionária* como pano de fundo. Se em alguns eventos como na *Primavera Árabe* exigia-se uma mudança nos regimes de governo, nos *Occupy* havia forte revolta contra o capital financeiro e seu poder sobre o cotidiano das pessoas nos Estados Unidos. Ainda no Brasil, as mobilizações surgem em diferentes cidades contra o aumento da passagem e vão ganhando novo corpo à medida que outros atores tomam marcha nas mobilizações das Jornadas de Junho 2013. O elemento em comum aos eventos é a ação coletiva intrínseca as redes de comunicação e sua ubiquidade, como estratégia de enfretamento do *establishment* econômico e político em cada contexto, não criou uma rede transnacional de ação coletiva que apostasse em alguma unidade de demanda que transcendesse para o enfretamento do establishment econômico e político internacional.

---

2010) uma série de protestos contra fraudes eleitorais, juntamente com protesto pelos direitos das mulheres em 2005 e ainda houve em 2008 uma série de conflitos por conta da greve de trabalhadores da fábrica de tecido Mahalla-al-kubra. Este último evento deu origem ao Movimento da juventude 6 de Abril, que mantinha um grupo no Facebook que a época chegou a ter 70 mil seguidores. Junto a esses fatos anteriores houve uma série de dramatizações, como a morte Khaled Said e a criação da página no Facebook Somos Todos Khaled Said (<https://www.Facebook.com/elshaheed.co.uk/>) juntamente com uma série de imolações em protesto contra o aumento do preço da comida.

A ideia de comunicação ubíqua pressupõe uma ampla interação entre sujeitos e máquinas de modo que as ações cotidianas passam a estar entrelaçados a informática e seus códigos. A ubiquidade é uma característica do mundo globalizado, no qual as esferas políticas, econômicas e culturais estão ligadas por meio de uma estrutura de comunicação em grande escala, que por sua vez é alimentada pelas conexões geopolíticas entre os países e atores sociais, relacionando o local com o global (LEMOS e LEVY, 2010). Essa comunicação possibilita aos atores individuais e coletivos assumirem um tipo de posição em uma mobilização social, atuando enquanto produtores de valores e significados que dão base à ação coletiva.

Envolvendo-se na produção de mensagens nos meios de comunicação de massa e desenvolvendo redes autônomas de comunicação horizontal, os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para as suas vidas com as matérias-primas de seu sofrimento, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças. (CASTELLS, 2013, p.14).

Esses cidadãos constroem narrativas que tomam um novo alcance e ressonância na internet. Cidadania é entendida aqui nos termos propostos por Marques e Nogueira (2012), como um processo no qual os indivíduos se tornam portadores da palavra no espaço público, demarcando injustiças, construindo reivindicações de modo a interferir nas delimitações das leis e normas. Somando a essa perspectiva de cidadania, diríamos que o sujeito passa a ter um maior poder de agenciamento político na realidade social indo além de sujeito defensor de direitos consagrados por via da norma jurídica, mas realizador de ações que não só pressionam o Estado pela manutenção e ampliação de direitos, como também podem pressionar partes da sociedade civil para uma mudança de entendimento sobre algum tema. Nesse sentido um exemplo de luta contra as opressões identitária, é o realizado pelo movimento LGBT no qual a partir da identificação dos processos de depreciação das identidades LGBT, se passa para a desconstrução dos estereótipos cotidianos, em que os ativistas passam a serem agenciadores de sentido e situações de interação.

O cidadão que toma parte de uma ação coletiva, de longa ou de curta duração, utiliza a internet tanto como fonte de apropriação de informação como local de visibilidade das próprias ideias, unindo-se ou não, a outros sujeitos que compartilhem do mesmo

entendimento sobre um assunto e que podem interferir, ou não, na construção e realização de um quadro de ação coletiva.

## **2.1. INTERNET: Teia de complexidade social.**

Castells (2001, 2005, 2013), há algum tempo vem refletindo sobre a relação entre as TICs e a organização social, de modo a pensar os novos arranjos sociais e políticos, tendo em vista a criação, e a reformulação de antigos encadeamentos sociais e subjetividades, trazendo como desdobramento a complexificação das relações sociais e das ações coletivas. Nessa lógica, destaca-se entre as TICs, a internet pela dimensão que toma na presente sociedade em seus níveis globais, nacionais e locais.

Internet es el tejido de nuestras vidas. Si la tecnología de información es el equivalente histórico de lo que supuso la electricidad en la era industrial, en nuestra era podríamos comparar a 'Internet con la red eléctrica y el motor eléctrico, dada su capacidad para distribuir el poder de la información por todos los ámbitos de la actividad humana. Es más, al igual que las nuevas tecnologías de generación y distribución de energía permitieron que la fábrica y la gran empresa se establecieran como las bases organizativas de la sociedad industrial. Internet constituye actualmente, la base tecnológica de la forma organizativa que caracteriza a la era de La información: la red.(CASTELLS, 2001, p.15)

A internet tem como base de surgimento uma rede técnica de suporte militar denominada ARPANET, criada em 1968 pela Advanced Research Projects Agency (ARPA)<sup>32</sup>, ligada ao Departamento de Defesa Americano. A rede foi criada em meio ao contexto da Guerra Fria e surge como um projeto gestado em uma ambiente acadêmico-militar, tendo como intuito primário o desenvolvimento de uma computação interativa entre os diversos centros de informática e grupos de investigação da ARPA. Porém, ao longo da década de 1970 a ARPANET, vai ganhando novo desenho com a colaboração entre vários

---

<sup>32</sup> Cesar (2013) coloca que a agência ARPA foi criada no período da Guerra Fria em resposta aos avanços científicos da União Soviética, com o discurso de reestabelecer o poder técnico-científico norte-americano, desenvolvendo pesquisa de alto impacto. O fato que motivou a criação da agência militar de desenvolvimento foi o lançamento da SPUTNIK em 1957.

pesquisadores de universidades americanas, como Stanford e Massachusetts Institute of Technology (CASTELLS, 2003, CARVALHO, 2006). Em 1983 a rede passou a ser denominada de ARPA-INTERNET, convertendo-se em uma ferramenta de pesquisa. Em 1984, a National Science Foundation constrói uma rede própria denominada NSFNET e, em 1988, passa a acessar a ARPA-INTERNET. Em 1990, a ARPANET é desmontada. Posteriormente, redes privadas e públicas foram sendo conectadas, dando base à Internet de acesso público. Paralelo a esse processo na década de 1980, houve a ampliação do papel computador que passou do ambiente corporativo para o lar, proporcionando uma nova esfera de reprodução de softwares (CESAR, 2013).

Na década de 1990, o processo de desregulamentação do mercado das telecomunicações possibilitou a expansão da infraestrutura da Internet, mediante a entrada de capital privado. Segundo Espírito Santo (2013), a expansão da internet possibilitou uma rede de comunicação eficiente e fácil de ser utilizado no campo dos negócios que, por sua vez com o aprofundamento do neoliberalismo econômico na década de 1990, ampliou o campo de negócios das empresas e do capital internacional. Assim a internet se apresentava como uma ferramenta efetiva de controle que permitia coordenar atividades de uma cadeia produtiva em diversas partes do planeta. Segundo Castells (1999), surge daí um modelo de empresa-rede online, a exemplo da Dell que coordenava suas atividades via esse modelo no início do século XXI.

De hecho, algunos analistas consideran que el verdadero pionero del modelo de empresa-red on line es Dell, el mayor productor mundial de ordenadores portátiles. Dell también está basado en un sitio web bien diseñado y actualizado en tiempo real, que los clientes utilizan para diseñarse ellos mismos el ordenador que quieren, sirviéndose de diversas opciones. En 2000, Dell procesó el 90% de sus pedidos on line. Al igual que Cisco, Dell también externaliza la mayor parte de su producción, constituyendo una red global de fabricantes conectados por Internet.(CASTELLS, 2003, p.89)

O entrelaçamento da internet com a economia de mercado foi um dos fatores que permitiram a expansão da rede, à medida que se tornou peça chave no processo de produção capitalista. A internet torna-se, pois, um campo de produção de bens e riquezas, absorvendo parte do capital financeiro gerado na fase neoliberal do capitalismo ocidental.

Ao longo das últimas quatro décadas, a internet tornou-se uma teia de complexidade social, com seus fluxos comunicativos e disputas econômicas e políticas que influenciaram o seu desenvolvimento técnico-científico e enquanto setor produtivo da economia global. Essa teia passou desde a construção de amplas redes de compartilhamento peer-to-peer,<sup>33</sup> ao erguimento de grande conglomerados de comunicação digital, a exemplo do Google e Facebook, bem como auxiliando no desenvolvimento de Softwares. Um exemplo que ilustra tal complexidade é o *Movimento Software Livre*, que tem sua origem nos Estados Unidos<sup>34</sup>. O movimento teve como base a cooperação por distintos indivíduos e empresas que utilizavam a internet com o intuito de desenvolver e distribuir softwares que não seriam resguardados por leis de direitos autorais, permitindo aos usuários, modificarem, copiarem e distribuírem os programas como bem entendessem (EVANGELISTA, 2014).

A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia. A história da Internet fornece-nos amplas evidências de que os utilizadores, particularmente os primeiros milhares, foram, em grande medida, os produtores dessa tecnologia. (CASTELLS, 2005, p.17).

Quando analisamos os casos aqui levantados, observamos que a forma de utilização dada pela sociedade à tecnologia é resguardada por constrangimentos e disputas sociais e econômicas em contextos e conjunturas diversas. Assim, os usos sociais das

---

<sup>33</sup> “O sistema peer-to-peer permite a comunicação instantânea entre vários usuários sem a necessidade de um servidor central onde os arquivos são armazenados. Todos os computadores funcionam como “servidor”. O tracker (programa que permite a comunicação entre computadores) cria um índice dos locais onde os arquivos são encontrados, formando algo como um catálogo de endereços com todos os computadores compartilhando um mesmo arquivo. O protocolo de transmissão de dados, chamado de torrent, é o meio por onde os arquivos são transferidos de um computador para outro. Quanto mais computadores conectados, maior a velocidade de download do usuário.”(CESAR, 2013, p.13)

<sup>34</sup> O movimento tem seu um marco simbólico na ação de Richard M. Stallman, então programador do MIT, havia tido problemas com uma impressora a laser em seu laboratório no qual suas reiteradas tentativas sem sucesso de obtenção do código-fonte e sua frequente recusa em assinar acordos de uso de softwares privado, o fizeram deixar o AI lab e fundar o projeto GNU, posteriormente criando a Free Software Foundation em 1985. O Movimento Software Livre é composto por programadores, funcionários de governos, desenvolvedores, estudantes, ciberativistas e empresas (EVANGELISTA,2014). Um exemplo de Software livre é o sistema operacional Linux. Para ver mais exemplos de software livre ver <https://www.oficinadanet.com.br/post/11012-quais-sao-os-softwares-livres-mais-utilizados>, acessado em 04 de julho de2016.

tecnologias da informação e comunicação são sensíveis às pressões estruturais da esfera econômica e legal.

A internet está cada vez mais entrelaçada ao cotidiano social. Ao final de 2016<sup>35</sup>, aproximadamente 50,1% da população mundial utilizavam a internet. No Brasil, em 2016, 67,5% da população fazia uso da internet. Em uma série histórica que vai do ano 2000 até 2016, o crescimento da utilização é de 2.682,2%<sup>36</sup>. Essa tecnologia tem impacto direto na sociabilidade de milhões de sujeitos, sendo fonte substancial de informação e conhecimento diário.

A internet conta com uma série de disputas de cunho comercial e político entre os atores e se constitui em um ponto de articulação de setores diversos da sociedade e seus interesses. Nessa relação, temos o exemplo de empresas da indústria do entretenimento, que acionam o aparato jurídico dos Estados Nacionais para o controle do conteúdo produzido, em contraposição aos sites de compartilhamento ilegal de conteúdo, quem tem o intuito de alimentar o livre compartilhamento de dados, a exemplo do caso do Piratebay<sup>37</sup>. Em 9 dezembro de 2014, na cidade de Estocolmo na Suécia, os servidores que indexavam o conteúdo distribuído entre os usuários foram apreendidos por conta de processos de direitos autorais movidos por empresas de entretenimento. O site foi retirado do ar e, no mesmo dia, à noite, clones do site haviam sido colocados no ar, pois o conteúdo indexado se encontrava distribuído por datacenters em outros lugares pelo mundo. Esse caso serve como ilustração para demonstrar como a indústria do entretenimento atua para barrar a distribuição ilegal de conteúdo, porém, ao promover tal ato, não observou o poder de distribuição e armazenamento promovido pela arquitetura da rede e seus apoiadores. Fechar o site de compartilhamento de arquivos não alterou o fluxo de troca de informação, pelo contrário, gerou nova demanda de espaços de compartilhamento de arquivos, que logo surgiram por força de uma estrutura descentralizada de armazenamento e distribuição da informação.

Observa-se que a dinâmica de uma economia digital tem dado base a novas disputas de poder em relação ao controle do fluxo de informação na rede em meio ao processo

---

<sup>35</sup> Para mais informações ver <http://www.internetworldstats.com/stats.htm>. Acessado em 13 de dezembro de 2016.

<sup>36</sup> Para mais informações ver <http://www.internetworldstats.com/top20.htm>. Acessado em 13 de dezembro de 2016.

<sup>37</sup> Ver mais em: [HTTPS://tecnoblog.net/170959/the-pirate-bay-offline-policia-sueca/](https://tecnoblog.net/170959/the-pirate-bay-offline-policia-sueca/) acessado em 09 de março de 2015. <http://www.tecmundo.com.br/fotografia-e-design/78375-industria-fonografica-aposta-streaming-reerguer.htm> Acessado em 09 de maio de 2015.

político que gera mecanismos como o marco civil da internet no Brasil<sup>38</sup>. Outro elemento que pode ser dado como exemplo nesse intrincado processo político é o fator Wikileaks<sup>39</sup>.

Em novembro de 2010, o *site* Wikileaks vazou milhares de telegramas secretos da embaixada norte-americana, expondo suas ações militares no Oriente Médio. O *site*, antes visto com bons olhos pelo Pentágono, por revelar documentos secretos de diversos países do mundo, desvelou as estratégias malfadadas das principais guerras em que os Estados Unidos estiveram envolvidos. De fato, o Wikileaks não estava praticando qualquer ação ilegal, apenas divulgando material recebido por um informante, assim com um veículo de imprensa o poderia fazer amparado pela Lei da Imprensa. Ainda assim, uma série de ações foi deflagrada, baseada não na ilegalidade do *site* ou do conteúdo distribuído, mas no convencimento dos fornecedores de tecnologia e na pressão exercida pelas autoridades sobre eles. A primeira medida adotada foi a suspensão do domínio, obrigando o *site* do Wikileaks a mudar de endereço inúmeras vezes. Logo depois, a empresa Amazon, que disponibilizava os servidores para guarda dos documentos, encerrou o contrato com o *site*. Em seguida, o sistema PayPal e as operadoras Visa e MasterCard fecharam as contas de doações ao *site*, prejudicando ou até mesmo inviabilizando fundos de financiamento do Wikileaks. (LEAL et al, 2014, p.150-151).

O exemplo dado demonstra como o processo político estatal se alinha com o interesse corporativo em prol do controle do fluxo de informação. Leal et al (2014), no Artigo “*As políticas globais de governança e regulamentação da privacidade na internet*”, discutem como a instituição de sistemas de regras, legislações e regulações transnacionais, assim como acordos comerciais vias instituições internacionais funcionam enquanto mecanismos de

---

<sup>38</sup> O Marco civil da internet entrou em vigência em 23 de abril de 2014. A lei 12.965, teve como uma dos principais eixos de discussão a relação entre privacidade, liberdade e neutralidade da rede. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm). Acessado em 27 de novembro de 2016.

<sup>39</sup> O site foi fundado em 2006 por Julian Assenge. Para mais informações <https://wikileaks.org/>. Acessado em 27 de novembro de 2016. O Wikileaks já revelou uma série de documentos demonstrando atividades de espionagem envolvendo o governo americano, bem como envolvendo empresas. Talvez o caso mais famoso seja da espionagem da NSA (National Security Agency) revelado em 2013, no qual o analista de sistema Edward Snowden revelou a existência de uma rede global de espionagem e vigilância. Para mais informações ver <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/snowden/quem-e-snowden.html>. Acessado em 29 de novembro de 2016.

controle do fluxo econômico e de informação, influenciando na dinâmica das interações na internet. Um aspecto que chama a atenção no texto é a discussão sobre a neutralidade.

Em suma, essa neutralidade consiste na capacidade de os pacotes da rede terem iguais condições de tratamento nos diversos pontos da rede que perpassam. O arranjo técnico projeta uma não discriminação de tipos de pacotes de dados, o que garantiria a igualdade de condições de toda a informação da rede circular sem barreiras preestabelecidas. (LEAL et al, 2014, p.150-151).

A neutralidade versa sobre a liberdade e a privacidade. As autoras chamam atenção para o entrelaçamento entre a infraestrutura técnico-econômica e a estrutura provedora de conteúdo, no qual neutralidade da rede consistiria na separação das duas camadas a fim de evitar o controle do conteúdo em nível infraestrutural (LEAL et al, 2014). Desse modo o princípio da neutralidade versa, principalmente na economia da informação, sobre meios de garantir o *equilíbrio* no compartilhamento da informação frente o poderio econômico e político.

Dentro da perspectiva histórica aqui apresentada, percebemos que houve e há uma série de interesses estratégicos e corporativos na formatação da rede internet, bem como uma série de usos que por vezes desafiam os interesses maiores e também influenciam na formatação da rede. Versar sobre a formação da rede global e o processo em que está entrelaçada faz-se necessário a fim de dar corpo a uma série de relações matérias e imatérias, fugindo de abstrações que pensam a internet como um espaço social de liberdade comunicativa ou que falam de uma rede mundial de computadores como fruto de um processo unitário de evolução técnica e social para além dos processos político-econômicos.

A rede envolve e envolve múltiplas disputas em esferas culturais, políticas e econômica e é nesse ambiente sociotécnico que as organizações sociais e as mobilizações de protesto têm procurado dar visibilidade ou compartilhar das suas causas (delimitando quadros de ação de coletiva) em busca de apoiadores para uma ação coletiva de confronto. No caso aqui estudado, tal confronto envolve o Estado como principal mediador e demandado, mas, ainda, envolve outros demandados como empresas de ônibus, partidos políticos e empresas de comunicação.

### 2.1.1. Cultura cibernética: Compartilhando o social.

A ação de compartilhar dados e informações envolve diferentes nuances no que a tange à interação humana no ciberespaço<sup>40</sup>. Essas interações envolvem desde o ato de compartilhar notícias em suas redes, passando pela circulação ilegal de conteúdos, até a forma como os algoritmos de uma rede social digital influenciam na visibilidade e distribuição do conteúdo gerado pelos atores<sup>41</sup>. O processo de compartilhar via internet, ainda, possibilitou a criação de grandes repositórios digitais de conteúdo, como a Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações no Brasil<sup>42</sup>.

Furini (2015), no artigo “*Cultura de compartilhamento: as transformações da comunicação através das novas tecnologias*”, debate o compartilhamento como base de uma *cibercultura*, observando os usos sociais e o impacto na vida cotidiana. No artigo, a ideia de *cibercultura* seria um conjunto de práticas que atuam como mediadores da vida cotidiana e que teriam como base o processo de compartilhar, que vai desde a troca ou distribuição de informações, ao ato de colaborar na construção de espaços virtuais, softwares e outros artefatos culturais e tecnológicos.

Castells (1999, 2001, 2005) e Lévy (1999) observam que a *cibercultura* não é uma cultura hermética e restrita ao ambiente cibernético, seria, antes, parte constituinte de uma cultura ocidental. Os dois autores enfatizam o aspecto colaborativo da *cibercultura*, enquanto espaço dialógico de construção do comum. O *compartilhamento*, do ponto de vista da *cibercultura*, assume a qualidade de ação colaborativa, porém sem ser sinônimo de

---

<sup>40</sup> Tomamos a premissa de Lévy (1999) como entendimento do espaço da internet. O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999, p.17).

<sup>41</sup> Um exemplo é a o modo como os algoritmos do Facebook passaram em 2016 a priorizar o conteúdo produzido por pessoas ao invés de notícias. Para mais informações ver <https://feed.itsrio.org/o-algoritmo-do-facebook-e-seus-tr%C3%AAs-paradoxos-445cbd3585f7#.rxm0ddw0p>. Acessado em 4 de dezembro de 2016. Os algoritmos são capazes de observar a preferência dos usuários da rede e assim direcionar notícias. Nós Estados Unidos cerca de metade da população adulta usa o Facebook para se informar. Para mais informações ver <http://www.journalism.org/2016/05/26/news-use-across-social-media-platforms-2016/>. Acessado em 5 de dezembro de 2016.

<sup>42</sup> A biblioteca é na verdade um grande portal de conteúdo que busca reunir tese e dissertações produzidas no Brasil e por brasileiros no exterior. Foi criada Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no ano de 2002. Para mais informações ver <http://bdt.ibict.br/vufind/>, acessado em 4 de julho de 2016.

equidade, ou seja, a ação de colaborar não pressupõe que as pessoas tenham o mesmo papel ou peso na cooperação.

Pierre Lévy (1999, 2004) aposta numa ideia chamada inteligência coletiva para falar sobre questões relacionadas a uma cultura do compartilhamento. A inteligência coletiva resguarda sua base na inteligência repartida em todas as partes e valorizada constantemente por meio da coordenação contínua de inteligências individuais, buscando a mobilização efetiva e constante das competências em seus diferentes níveis.

¿Qué es la inteligencia colectiva? Es una inteligencia repartida en todas partes, valorizada constantemente, coordinada en tiempo real, que conduce a una movilización efectiva de las competencias. Agregamos a nuestra definición esta Idea indispensable: el fundamento y el objetivo de la inteligencia colectiva es el reconocimiento y el enriquecimiento mutuo de las personas, y no el culto de comunidades fetichizadas o hipostasiadas (LEVY, 2004, s.p).<sup>43</sup>

A ideia de *inteligência coletiva* tem um aporte estrutural, estando relacionada a uma dimensão ética – cultural do modo de ação humana. A inteligência coletiva seria uma grande base de conhecimento centrado no poder relacional dos sujeitos, em que cada ser é parte de um grande repositório de conhecimento. Assim, uma cultura do compartilhamento, pensada a partir da ideia de *inteligência coletiva*, estabelece-se por força do seu caráter relacional e horizontal na perspectiva de Pierre Lévy (1999, 2004).

A noção de compartilhamento está também relacionados à circulação dos bens culturais e dados digitalizados.

Pode-se definir o fenômeno do compartilhamento de arquivos como uma prática social de distribuição livre e gratuita de bens culturais - no que faz referência não apenas a entretenimento e arte, mas também à produção dos círculos acadêmicos -, viabilizada por meio de uma infraestrutura tecnológica que depende da Internet para seu funcionamento. Em outras palavras, trata-se da reprodução e consequente distribuição de arquivos de computador contendo dados referentes a uma pluralidade

---

<sup>43</sup> Tradução minha: “O que é inteligência coletiva? É uma inteligência distribuída por toda parte, constantemente valorizada, coordenada em tempo real, levando a uma efetiva mobilização de competências. Nós adicionamos à nossa definição desta ideia essencial: a base e o objetivo da inteligência coletiva são o reconhecimento e enriquecimento mútuo das pessoas, e não o culto de comunidades fetichizadas ou hipostasiadas.”

de bens culturais (livros, filmes, música, etc.) em formato digital, independentemente de permissão para reproduzi-los e distribuí-los, feita a título gratuito, a partir de diversos meios. (Mizukami; 2007, pp. 48)

Mizukami (2007) e Cesar (2013), em suas respectivas pesquisas de mestrado, voltam-se à investigação do compartilhamento de bens culturais no âmbito da internet.

Mizukami (2007) trabalha a questão do ponto de vista dos direitos autorais sobre a distribuição de bens culturais no Brasil, observando que o compartilhamento se estabelece enquanto prática social disseminada no conjunto da sociedade, sobre o qual o ordenamento jurídico-estatal tem franca atuação.

Cesar (2013) coloca a prática da pirataria virtual como prática social e indício de um movimento social pela liberdade de informação na internet, observando o desdobramento político a partir da formação de Partidos Piratas pela Europa<sup>44</sup>. Em ambas as pesquisas, a ideia de compartilhamento abrange a esfera econômica e política. Esses autores sugerem que prática de compartilhar bens culturais e imateriais fomenta uma ação social disruptiva com modelos de troca econômica baseados na exclusividade da propriedade, na qual surgem novas dinâmicas de troca social.

Mizukami (2007) e Cesar (2013) citam o caso da indústria fonográfica norte-americana, ao fim da década de 1990, e sua luta para com a distribuição digital de conteúdo. Um dos impactos diretos no caso da indústria fonográfica foi a adoção do compartilhamento de conteúdo digital.

Outra perspectiva que apresentamos é a proposta por André Lemos (2005) que ao sugerir a re-mixagem com base de existência da *cibercultura* contemporânea, coloca a ideia de cultura do compartilhamento em um plano mais abrangente.

O princípio que rege a cibercultura é a “re-mixagem”, conjunto de práticas sociais e comunicacionais de combinações, colagens, cut-up de informação a partir das tecnologias digitais.(...) As novas tecnologias de informação e comunicação alteram

---

<sup>44</sup> Segundo Cesar (2013) o primeiro partido pirata foi fundado em 2006 na Suécia com o ideal de lutar pelo livre compartilhamento de conhecimento propiciado pelo desenvolvimento de tecnologias digitais. Há atualmente uma entidade internacional que congrega partidos piratas de 23 países, denominada de Partido Pirata Internacional. No Brasil o partido pirata foi fundado em 2007.

os processos de comunicação, de produção, de criação e de circulação de bens e serviços nesse início de século XXI trazendo uma nova configuração cultural que chamaremos aqui de “ciber-cultura-remix”. A cibercultura caracteriza-se por três “leis” fundadoras: a liberação do pólo da emissão, o princípio de conexão em rede e a reconfiguração de formatos midiáticos e práticas sociais. (LEMOS, 2005, p.1)

A lógica do remix se assentaria sobre a produção e livre circulação do conteúdo, a partir das transformações simbólicas, em que a conectividade é a base. Lemos (2005), ressalta que a cibercultura estimula em princípio o compartilhamento, a cooperação entre os sujeitos e a livre circulação dos bens imatérias. Surge daí o que o autor caracteriza como *mídia do cidadão* no qual os usuários das mídias sociais são estimulados a produzir, distribuir e remixar conteúdos digitais de todo tipo. Um exemplo é:

Um dos serviços a disposição desses “cidadãos digitais” é o “Ourmedia” de JD Lasica, onde qualquer pessoa pode publicar seu filme digital caseiro, suas música, suas fotos ou seu podcast de graça. O objetivo é estimular, através de licenças do tipo “Creative Commons”, a re-mixagem criativa de obras. (LEMOS, 2005, p.8)

O remix é apresentado como uma prática social recorrente, assim como as noções de compartilhamento apresentadas aqui. A noção do Remix se constitui como conceito de abrangência semântica, que envolve compartilhamento tanto nos níveis de livre circulação e colaboração, porém expandindo a noção para uma discussão da(s) cultura(s) cibernética(s), baseada na expansão da intersubjetividade humana, a partir da expansão de trocas simbólicas realizadas na remixagem dos bens imateriais.

Refletindo a partir de Pierre Lévy (1999, 2004), Castells (1999, 2001, 2005.), Lemos (2005), Mizukami (2007) e Cesar (2013), observamos a noção de compartilhamento enquanto prática social que tem como base dois aspectos indissociáveis. O primeiro aspecto é ação colaborativa entre sujeitos na construção de bens matérias e articulação de espaços de colaboração, o que não significa equidade. O segundo aspecto é a livre circulação dos bens imatérias, com ênfase na liberdade dos sujeitos de realizar tal circulação. Compartilhar se estabelece como uma interação social que tem como base as mídias sociais. Essa relação

carrega o potencial da horizontalidade das interações na internet. Percebemos que o ato de publicar e republicar conteúdo são a espinha dorsal do processo de compartilhar.

Nesse sentido, o compartilhamento de conteúdo está para além da esfera técnica, envolto em processos sociais que vão da dimensão econômica, passando pela política e estabelecendo-se também como uma prática cultural.

No presente estudo de caso, o compartilhamento de conteúdo envolve um tipo de repertório de ação coletiva que é a mobilização via rede social digital. A interação em um evento de mobilização via rede social digital pode ser feita por postagens com mensagens diretas (opiniões, análises ou mesmo informações sobre a manifestação e vídeo) ou indiretas (conteúdo midiático de terceiros, bem como postagem de terceiros), tendo em vista que há nos eventos a combinação de ambos os tipos de mensagens. O ato de postar algo nos eventos se constitui como ação participativa na mobilização, através do qual o sujeito toma parte no confronto político que o evento enseja, podendo propor ou não novas demandas ou ações, lembrando que as demandas compartilhadas se encontram em tensão por parte dos sujeitos participantes.

O tipo de compartilhamentos envolve diferentes tipos de mensagens que configuram zonas de agregação (Ver capítulo 2) que, aqui, foram separadas em seis zonas: I- *organização de protesto*, II- *outros protestos*, III- *mobilidade urbana*, IV- *política*, V- *temas pontuais* e uma categoria residual denominada de VI- *outros*.

A organização em zonas de agregação possibilitou observar quais temas tiveram maior compartilhamento nos eventos nas redes sociais digitais. No presente estudo, compartilhamento envolve bens imateriais; um exemplo específico são as notícias jornalísticas, seja em formato de texto ou vídeo, que são utilizados para sustentar a opinião dos participantes nas postagens, sendo assim utilizados para reforçar a importância de uma demanda ou para discordar de uma demanda apresentada ou até mesmo para propor ou avaliar uma tática de ação, a exemplo do que vestir em um protesto ou que se deve agir pacificamente ou não.

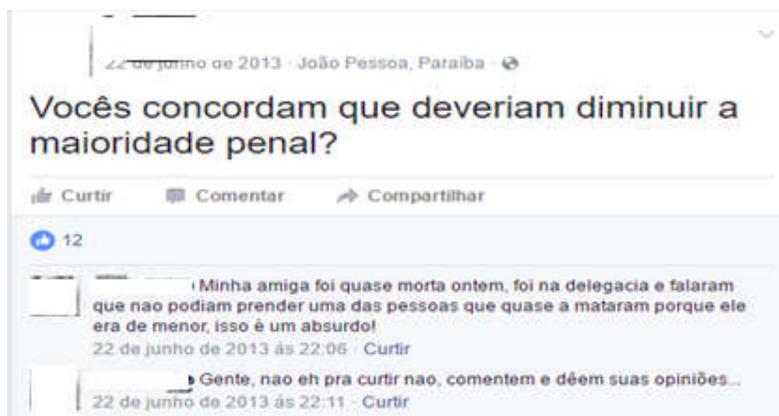
No presente estudo, compartilhar delimita a ação de produzir e tornar visíveis conteúdos que podem propor, avaliar, informar, ironizar ou ainda trazer um posicionamento político. As mensagens vinculadas ao evento envolvem a re-mixagem à medida que cruza diferentes conteúdos, como conteúdo escrito junto a notícias ou vídeos. O remix de estratégias de confronto também existe à medida que se utiliza de enquetes e petições online para

ressaltar a importância de uma demanda e auxiliando no potencial de construir um interpretação, ou seja, o remix no presente trabalho é de um processo de comunicação política.

A ação de compartilhar ainda resguarda a interação discursiva como mais um elemento do repertório de ação, que são os eventos, a dinâmica de compartilhamento é dado pelo uso; assim, a depender da dinâmica das mensagens, o comportamento dos quadros podem ser alterados ao longo dos eventos.

A ação de compartilhar é mais uma interação de confronto à medida que ela faz uma reivindicação frente a outros atores, que pode ser o questionamento da posição sobre um tema, fazendo com que haja uma demanda interna às quais outros se opõem ou ainda o espalhamento de uma mensagem que o ator concorda. Um exemplo da tensão em relação à dinâmica interna foram duas postagens feitas por duas participantes no evento JPA II sobre o tema “diminuição da maioria penal” no qual se sugere mudar o foco da manifestação para uma posição favorável. A primeira postagem do dia 22, conta com noventa e dois comentários, sendo a segunda postagem com maior número de comentários no dia, levantando um debate sobre a maioria penal e também sobre o posicionamento dos organizadores, trazendo, assim, uma demanda para o evento.

Ilustração 1 - Postagem sobre maioria penal - dia 22: JPA II



Fonte: <https://www.Facebook.com/events/462929787130698>

A postagem do dia 23, com oitenta e cinco mensagens, faz menção à necessidade de mudança de postura em relação à maioria penal, sendo a segunda postagem com maior número de comentários.

## Ilustração 2 - Postagem sobre maioridade penal - dia 23: JPA II



Fonte: <https://www.Facebook.com/events/462929787130698>

Em ambas as postagens, a ação de compartilhar uma mensagem tem o intuito de expressar uma demanda que se opõe à proposta pelos organizadores do evento. Ambas servem de exemplo de um dos tipos de uso que uma rede social digital possibilita. No presente caso, a reação à postagem coloca em cena a conectividade entre os participantes dos eventos, tendo, assim, repercussão interna. Há ainda a ação de compartilhar convites para atores fora dos eventos com o intuito de agregar participantes.

### 2.1.2 Horizontalidade: promessa de fuga da comunicação massificada.

Pierre Lévy (1999, 2004), Castells (1999, 2001, 2005) e Werthein (2000), observam a horizontalidade da interação na esfera da internet como uma relação na qual usuários podem ser ao mesmo tempo produtores, receptores e distribuidores de informação. O que possibilitou tal interação foi a liberação do polo emissor como eixo central de produção e distribuição da informação e de conteúdo. Como veremos adiante, com a internet veio a fuga do modelo de difusão centralizada da informação massiva por empresas de comunicação, como no caso da televisão.

A internet traz consigo uma interação social baseada no compartilhamento de mensagens e constante reinterpretação dos discursos, dotando os atores da capacidade em agregar ou desconstruir os significados. Descentralização da produção e circulação é a base da ideia de horizontalidade (LÉVY, 1999). A horizontalidade das interações torna as TICs, em particular a internet, um ponto de articulação de ações coletivas, graças ao seu potencial de

adensamento dos atores e capacidade de difusão de ações e informações, em que as relações e demandas estão em constante transformação. Assim torna-se campo fértil para a construção de tipos diversos de mobilizações sociais, indo de festas a protestos.

A dinâmica de interação em um veículo de comunicação está relacionada ao tipo de meio de comunicação em que está ancorada. Assim, a abordagem de um tema realizada por uma mídia tradicional não detém o mesmo tipo de tratamento de uma mídia social.

A mídia tradicional é uma fonte de informação vertical, ou seja, dos emissores para os receptores. As NTICs, por sua vez, possibilitam aos receptores serem também produtores de informações. Com isso é possível ponderar uma nova relação de forças que pode ser considerada mais horizontalizada, se comparada com a dinâmica propiciada pela mídia tradicional. (ARAUJO, PENTEADO E SANTOS, 2009, p. 161).

A ideia de horizontalidade, vista aqui a partir de Lévy (1999, 2004), Castells (1999, 2001, 2005) e Werthein (2000), pode ser relacionada à perspectiva denominada “Horizontalidade dialógica”, que se encontra no artigo de Lima e Silva (2010) intitulado, “*Segmentação, esfera pública virtual e horizontalidade dialógica da comunicação na Eras redes sociais*”. No artigo, os referidos autores, analisam por via de um estudo da rede social digital Orkut<sup>45</sup>, o que caracterizaria uma comunicação pautada na horizontalidade dialógica, sendo essa marcada pelo compartilhamento das informações, bem como a colaboração dos sujeitos na produção da informação. Os autores estabelecem como contraponto a análise de uma comunicação de massa estruturada na centralidade de um agente fomentador da informação, a exemplo do jornalismo veiculado na mídia impressa e televisiva em que a produção da informação, limita a colaboração do espectador.

Segundo Lima e Silva (2010) a centralização do processo de comunicar pelos veículos de Comunicação se concretiza como “verticalização estruturada” quando baseada numa comunicação hierarquizada e na produção de informação centrada no interesse dos grupos econômicos. Segundo Lima e Silva (2010), um caminho para incorporar a

---

<sup>45</sup> Segundo Recuero (2009), o Orkut é um site de rede social, criado em 2001 nos Estados Unidos, que funcionava através de perfis e comunidades. Em setembro de 2014 o Orkut teve suas atividades encerradas. Ver <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2016/06/ha-2-anos-orkut-anunciava-seu-fim.html>, acessado em cinco de julho de 2016.

contribuição dos espectadores, adotado pelo telejornalismo, é transformar as suas websites em uma extensão multimídia, propiciando diálogo e se utilizando das mídias sociais para obter informações extras. Um bom exemplo disso é o papel do Twitter no caso da cobertura da Morte de Osama Bin Laden pela imprensa americana. Uma série de postagens, especulando sobre a morte do terrorista, teve ampla repercussão no Twitter, que por sua vez influenciou para que os telejornais espalhassem a notícia. Uma série de tweets postados por um morador de Abbottabad no Paquistão, descrevendo uma operação militar no então vilarejo em que vivia Bin Laden, foi a origem desse fluxo de informação sobre a morte.<sup>46</sup>

Os autores transpõem as noções de *verticalização* e *horizontalidade* do pensamento de Milton Santos, em particular da Obra “*A Natureza do Espaço*” (2006). Nesse livro, ambas as noções estão relacionadas aos tipos de fluxos de ação humana nos lugares no que tange à produção de relações sociais, observando como se estabelecem as inter-relações e os processos de interdependência (vertical) e cooperação (horizontal). Ambas as noções remetem a esferas relacionais da atividade humana como o Global e o Local, Cidade e Campo, entres outros. Mais do que opostas as noções de “verticalização” e “horizontalidade” são relacionais, ou seja, são dimensionadas pelos fluxos das relações e lugares sempre levando em conta o contexto social observado. É daqui que partem Lima e Silva (2010).

A ideia de “Verticalização Estruturada” e “Horizontalidade dialógica” têm suas definições primárias ancoradas no tipo de relação estabelecida entre os sujeitos no processo de comunicação, a partir dos meios de comunicação.

A ‘verticalização’ no processo comunicacional de massa resume-se à centralização de decisões sobre o conteúdo por uma minoria forasteira e à falta de participação e de interatividade do sujeito-receptor autóctone. Aqui as palavras ambivalentes ‘forasteira’ e ‘autóctone’ determinam o status vertical. Já, em sentido inverso, o conceito de ‘horizontalidade dialógica’ é apresentado para se explicar o compartilhamento de informação, os arquivos digitais, os diálogos e as narrativas estabelecidos pelos usuários das redes sociais, uma relação in loco, mas virtual, interativa, instantânea, aberta, com instrumentos de interferência e gerência de quase todo esse processo. (LIMA E SILVA, 2010, p.197)

---

<sup>46</sup>Para melhor compreender o caso ver a análise detalhada da situação em <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/quando-os-espectadores-se-tornam-parte-do-processo/>, acessado em 08 de junho de 2016.

Um exemplo da diferença entre verticalidade e horizontalidade da produção da informação são as abordagens Jornadas de Junho de 2013, enquanto a mídia tradicional construía um discurso que enquadrava os protestos como um transtorno e, por vezes, marcados por violência, as mídias sociais ofereciam uma nova narrativa, que contestava a tutela interpretativa tentada pelos grandes conglomerados de comunicação (FERREIRA e FONTES, 2013). Um exemplo é o discurso do jornalista Arnaldo Jabor no Jornal da Globo, no dia 13 de junho de 2013<sup>47</sup>.

O que é que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso, quando a organização criminosa de São Paulo , queimou dezenas de ônibus. Não pode ser por causa de 20 centavos. A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média. Ali não havia pobres que precisassem dos vinténs. Os pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis molotóvs, que ganham muito mal. No fundo tudo é uma imensa ignorância política. É burrice misturada a um rancor sem rumo [...] A causa deve ser ausência de causa [...] (MCCARTHY, 2013).

Segundo Carlos (2015), uma série de informações e vídeos sobre as manifestações foram compartilhados no Facebook e Youtube<sup>48</sup>, tendo como base a troca de informações entre os internautas que desconstruíam a ideia de manifestação violenta. A horizontalidade das TICs possibilitou a ruptura do monopólio narrativo do jornalismo profissional das grandes empresas, enquanto discurso *verdadeiro* sobre os fatos.

Na mídia tradicional, a informação veiculada tem a verticalidade da transmissão sem grandes possibilidades de interação ou contestação da informação expressa na resignificação imediata possível pelos TICs, por isso o enquadramento feito, por exemplo, no veículo jornalístico está relacionado à sua condição estrutural, que é a mídia impressa e reside em não oferecer ferramentas de produção colaborativa da informação. Em suma, na próxima semana, a interpretação do leitor pode sair no espaço da carta do leitor no meio impresso, enquanto na Internet, os enquadramentos são imediatos e o poder de oferecer um

---

<sup>47</sup> O vídeo completo está disponível em <https://www.Youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>, acessado em 5 de julho de 2016.

<sup>48</sup> No Youtube a uma série de vídeos de manifestantes que auxiliaram a desconstruir a narrativa de “vândalos” atribuí por alguns veículos de comunicação na fase inicial dos protestos. Um exemplo é o vídeo onde pessoas gritam sem violência e a polícia de São Paulo parte para agressão. Disponível em <https://www.Youtube.com/watch?v=E13BKzwXCho>, acessado em em 5 de julho de 2016.

novo significado, desconstruindo ou reforçando a informação de modo instantâneo é uma realidade.

Como demonstrado aqui, a *horizontalidade* das interações sociais na internet vai além de qualquer arranjo técnico, estando relacionada aos usos que os sujeitos fazem delas. Esses usos estão envoltos em assimetrias de acesso à rede pelos indivíduos pelo mundo e em disputas simbólicas em torno de acontecimentos na sociedade.

A *horizontalidade* e o *compartilhamento* como dinâmicas de interação na internet resguardam caráter dialógico, enquanto práticas sociais. Porém essa relação dialógica abriga assimetrias em relação ao poder de propor demandas e os mecanismos que são mobilizados para isso. Foi observada uma tensão entre horizontalidade e verticalidade no que tange ao controle dos *quadros de ação coletiva* na presente tese. Ocorrendo assim um processo de contestação dos quadros, fazendo com que os organizadores dos eventos tenham que lidar com oposições simbólicas dentro dos eventos.

A *horizontalidade* se manifesta nos eventos estudados aqui mediante a ampla interação de atores postando conteúdo e agenciando uma série de sentidos a partir de uma dinâmica que envolve o conflito de ideias. A participação desses atores, alinhando-se ou resignificando as demandas, dão uma mostra de como os sujeitos agem a partir dos quadros de ação aqui mobilizados a partir de um repertório de ação de coletiva. No que tange à proposição dos quadros há uma sistemática tentativa de controle por parte dos organizadores, tomando os eventos como campo de recrutamento de participantes e esclarecimentos, já que o instrumento de decisão e avaliação sobre as ações e as demandas a serem adotadas nos eventos foi à assembleia presencial, tornando o evento um espaço estratégico, para o recrutamento de novos membros. Cabe observar que a presente análise começa a partir do segundo evento realizado em João Pessoa, momento esse que a euforia em relação às Jornadas de Junho em nível nacional vai diminuindo, tendo reflexo direto no número de participantes, o que demonstra que sem a ampla cobertura dos veículos tradicionais, a tarefa de recrutamento dos eventos perde força a medida que os quadros perdem ressonância, em João Pessoa, o *quadro mobilidade urbana* se mantém como predominante nos três eventos analisados.

## 2.2. A Internet no Brasil: penetrabilidade no cotidiano.

O número de internautas no Brasil e no mundo vem crescendo de forma exponencial. A Pesquisa Brasileira de Mídias dos anos de 2014 e 2015, traz a composição panorâmica do cenário de uso da internet no Brasil.

Quadro 1- Evolução do uso da Internet no Brasil: 2014 – 2015<sup>49</sup>

Ano	2014	2015
Porcentagem da População que faz uso da Internet	46%	48%
Uso diário	26%	37%
Acesso – até 25 anos	78%	79%
Acesso – Acima dos 65 anos	4%	7%
Tempo diário – Segunda a sexta –feira	03h39minh	04h59minh

Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia 2014 e 2015

A pesquisa Brasileira de Mídias de 2014 e 2015 aponta para um crescimento pouco expressivo em relação à população que utiliza a internet, porém demonstra que houve crescimento significativo, em números percentuais, em relação ao uso diário. O aumento foi na casa dos 11%, o que revela uma maior penetrabilidade da internet no cotidiano das pessoas. Um exemplo de entrelaçamento é o desenvolvimento de serviços como Home Banking, serviços imobiliários, realização de eventos acadêmicos e de entretenimento, bem

<sup>49</sup> No que tange as pesquisas divulgadas em 2014 e 2015 existem alguns diferenciais. Na pesquisa de 2014 não há questões relacionadas às razões pelas quais faz uso da internet e razões pelas quais não usa a internet. Outro elemento presente somente na pesquisa do ano de 2015 é a relação entre Governo, internet e população, observando a composição do uso da TIC para ver como os cidadãos se conectam ao governo. Não é visto na pesquisa uma diferenciação de instâncias (municipal, estadual e federal) e nem quais poderes (Executivo, legislativo e Judiciário) estão relacionados à ideia de governo. A ideia de Governo é identificada com um tom de generalidade.

como a construção de grandes portais de notícias, possibilitando que o usuário faça melhor uso tempo no dia a dia.

Na pesquisa do ano de 2015, 67% dos participantes da pesquisa falaram que utilizavam a internet para diversão e entretenimento, também 67% dos participantes afirmaram que utilizavam para se informar e acessar as notícias, 38% utilizavam para passar o tempo livre e 24% para estudar e aprender. Um exemplo do uso para o aprendizado é o programa do Governo Federal denominado Idiomas Sem Fronteiras (ISF) que conta com um curso online de línguas<sup>50</sup>.

O quadro seguinte demonstra, em dados brutos, a evolução da frequência dos usuários em relação ao porte da cidade.

Quadro 2 - Evolução da frequência de uso da internet: 2014-2015.

Frequência por porte de município.	2014	2015
Até 20 mil habitantes.	33%	38%
Entre 20 mil e 100 mil habitantes.	40%	42%
Entre 100 e 500 mil habitantes.	49%	51%
Acima de 500 mil habitantes.	57%	56%

Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia 2014 e 2015

O quadro revela crescimento do uso da internet em três segmentos e uma redução não significativa, que pode ser visto como uma estabilização do uso em cidades de grande porte. Identifica-se um uso crescente da internet relacionado ao porte da cidade. No que tange à presente pesquisa, os dados referentes aos sites revelam a importância da rede social digital Facebook.

No Brasil o Facebook é o site mais utilizado pelos usuários; de segunda a sexta feira o percentual é de 63,6%, chegando 67,1% nos fins de semana na pesquisa realizada em

<sup>50</sup> Para mais informações consultar: <http://isf.mec.gov.br/>. Acessado em 15 de maio de 2015.

2014. No ano de 2015, o Facebook foi a mídia social com maior taxa semanal de usuários com 83%, seguido pelo whatsapp, 58% e Youtube, 17%<sup>51</sup>. O aspecto importante desses dados é demonstrar a predominância no cenário brasileiro das mídias sociais, que são as redes sociais digitais baseadas na conversação e troca de informações a partir da conexão entre perfis.

Outro aspecto relevante é o crescente entrelaçamento de atividades cotidianas dos sujeitos com as redes sociais digitais. Esse entrelaçamento envolve desde compras online até postagens sobre atividades de trabalhos e lazer.

A pesquisa F/Nazca Saatchi & Saatchi<sup>52</sup> realizada em conjunto com o Datafolha em 2014 e 2015, sobre hábitos sociais e consumo na internet, traz alguns dados interessantes sobre o cenário brasileiro. Segundo a pesquisa de 2015, 46% dos entrevistados possuem o hábito de registrar suas atividades diárias por meio de algum recurso tecnológico, a exemplo de tablets e smartphones. Das pessoas que registraram suas atividades, 74% publicam os registros em redes sociais digitais, como Twitter e Facebook. Em 2014, 58% dos internautas brasileiros utilizavam a internet para pesquisar preços de produtos que queriam comprar.

Segundo o último Mapa de Inclusão Digital (2012), a Paraíba era o estado no qual 19,45 % dos domicílios contavam com um computador com internet. A cidade de João Pessoa, capital do estado, era a cidade com maior número de computadores com internet na Paraíba, com 41,51% dos domicílios. Entre as capitais brasileiras, João Pessoa era a cidade que tinha o maior número de pessoas, 46,75% dos entrevistados, que não utilizavam internet por falta de conhecimento.

---

<sup>51</sup> Em relação ao ano de 2014 a pesquisa 2015 pergunta sobre o uso de redes sociais ao invés de generalizar na categoria site. Para melhor comparação ver: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira.** – Brasília: Secom, 2014.151 p; BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira.** – Brasília: Secom, 2015.153 p. As pesquisas estão disponíveis em <http://www.secom.gov.br/>. Acessado em 13 de maio de 2015. Para ter acesso ao site Youtube é desnecessário a obtenção de uma conta, já nas redes Facebook e whatsapp é obrigatório à criação de perfil para aderir à rede.

<sup>52</sup> Pesquisa 2015: Pesquisa de cunho quantitativo realizada em locais de grande fluxo populacional, realizado em 144 municípios brasileiros, por amostragem com o total de 2.296 participantes com idade a partir de 12 anos. A coleta foi realizada entre os dias 11 e 13 de março de 2015. Pesquisa 2014: Pesquisa de cunho qualitativo, realizada em 144 municípios brasileiros, por amostragem com o total de 2.600 participantes com idade a partir de 12 anos. A coleta foi realizada entre os 9 e 11 de abril de 2014. Alguns parâmetros mudam da pesquisa de 2014 para a de 2015. Enquanto em 2014 se apontam a porcentagem de pessoas que tiveram algum impacto de uma mobilização via internet e o meio pelo as quais teve acesso, a pesquisa de 2015 disponibiliza estimativa brutas de alguns parâmetros. Pesquisa disponíveis em <http://www.fnazca.com.br/index.php/category/pesquisas/?midia=&cliente=&dataFrom=1994&dataTo=2016>.

### 2.2.1. Mobilização social e o papel da internet no Brasil.

No que se refere a algum tipo de evento de mobilização social e protestos, as mesmas pesquisas dos anos 2014 e 2015, trazem dados sobre a participação social em eventos.

Quadro 3 – Internet, participação e movimento sociais.

Ano	2011	2014
Porcentagem de entrevistados envolvidos com movimentos sociais na internet.	16%	26%

Fonte: F/Nazca Saatchi & Saatchi, datafolha. 2014.

Pode-se notar o crescimento significativo em um espaço de quatro anos de pessoas envolvidas como movimentos sociais por causa da internet.

Em 2014, a pesquisa mostrou que 38% dos internautas tiveram algum tipo de conhecimento sobre movimentos sociais por meio das redes sociais digitais. Em segundo lugar vêm sites e portais de notícias com 17% dos internautas.

Quadro 4 – Redes sociais e opinião.

Ano	2014	2015
Porcentagem de pessoas que acreditam que as redes sociais contribuem para a mudança de opinião.	51%	58%

Fonte: F/Nazca Saatchi & Saatchi, datafolha 2014 e 2015.

Como se pode perceber, as redes são capazes de influenciar no comportamento dos indivíduos. Isso se dá em principal pelo seu alto grau de penetrabilidade da vida social dos atores.

Em 2015, a pesquisa estimou que 45 milhões de brasileiros já tiveram participação em alguma mobilização social; no qual 13,7 milhões participaram só pela internet e 13,1 milhões participaram tanto na internet como na rua. Dos participantes online, sete em cada dez internautas fizeram via redes sociais digitais. E ainda, 39% dos internautas acreditam que as redes sociais contribuem para que eles participem presencialmente de mobilizações sociais.

Quadro 5 – Internet e informação sobre movimentos sociais.

Ano	2014	2015
Porcentagem de internautas que tomam conhecimento dos movimentos sociais pela internet.	54%	69%

Fonte: F/Nazca Saatchi & Saatchi, datafolha. 2015.

A internet demonstra o seu amplo potencial de divulgação de informação por força do crescente número de usuários. Dos internautas que tomaram conhecimento de movimentos sociais na internet, 75% foram por meio das redes sociais digitais. Os dados que aqui mostramos sobre o papel da internet e as mobilizações no Brasil revelam o potencial de agregação de sujeitos para a coordenação e realização de ações coletivas de protesto. Redes sociais digitais têm no momento atual intensa penetrabilidade na sociedade brasileira, em principal com o avanço da telefonia móvel no país. Em 2015, aproximadamente 87 milhões de brasileiros utilizaram o celular para se conectar.

A importância de se observar o cenário até aqui apresentado e delinear o entrelaçamento social da internet deixando clara a importância do cenário no presente estudo.

### 3. COMPREENDENDO OS EVENTOS JOÃO PESSOA AVANTE: ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL E METODOLÓGICO.

#### 3.1. Antecedentes.

Desde o processo de redemocratização, o Brasil vivenciou algumas grandes mobilizações. Das Diretas-Já em 1984, passando pelo Fora Collor em 1992<sup>53</sup>, bem como a marcha dos 100 mil em 1999 e, ainda, a Marcha da Liberdade em 2011, são exemplos de algumas das grandes mobilizações, que aconteceram no Brasil nas últimas décadas. Nesse contexto, vemos ainda mobilizações sistemáticas ano a ano por parte dos movimentos sociais, a exemplo das inúmeras paradas Gays, Marcha das Mulheres, Grito dos Excluídos, Marcha da Maconha e, ainda, mobilizações organizadas por sindicatos e movimentos sociais como o Movimento Sem Terra (MOREIRA E SANTIAGO, 2013). O que há em comum em todas essas manifestações é o processo de mobilização de um grande grupo de sujeitos que compartilham uma visão social, que aglutina um coletivo em torno de uma causa. Nessa perspectiva, há uma dimensão processual da estrutura sociopolítica, a partir da redemocratização brasileira pós-ditadura civil militar, que nos apresentou um conjunto de condições históricas em que se desenvolveu a base para a ação coletiva no cenário brasileiro.

As Jornadas de Junho de 2013 não envolvem necessariamente a união em torno de uma causa. Os protestos têm sua raiz na luta pela *mobilidade urbana*, tendo seu gatilho no posicionamento contra o aumento da passagem, mas no momento em que se alastram por diversas cidades do país, múltiplas demandas se somam aos protestos, e não somente por força do agregamento das demandas por parte dos movimentos sociais que iniciaram, mas também por força das pressões dos diferentes atores que tomaram conta das manifestações, fazendo da rua um lugar de disputa simbólica.

Na primeira década do século XXI, houve uma série de melhorias na questão do desemprego e aumento da renda, bem como o aumento da inserção dos jovens no ensino superior. Entre 2007 e 2013 a taxa de desemprego caiu de 13,5% para 7,8%, juntamente com

---

<sup>53</sup> Uma série de manifestações pelo país pediu a volta das eleições diretas para a presidência da república. As mobilizações pediam a aprovação da emenda Dante de Oliveira por parte do Congresso nacional que foi

um crescimento médio da renda de 10% ao ano entre os mais pobres em contraposição ao crescimento de 3% ano da classe média brasileira, numa série histórica, que vai de 2004 a 2013 (MARENCO, 2014). Em relação à educação, na série histórica entre 1992 e 2012, houve um aumento médio da escolaridade de 5,7 anos para 8,8 anos, representando um crescimento de 54% em duas décadas (IPEA, 2013). Houve ainda, entre 2004 e 2011, um crescimento de 111,9% nas vagas de institutos federais, passando de 109 mil vagas para 231 mil vagas e ainda, entre 2005 e 2011, houve um crescimento de 126,8% na oferta de bolsas Prouni, saindo de 112 mil bolsas para 254 mil bolsas (MARENCO, 2014), ocorrendo assim um maior acesso ao ensino superior. O aumento da escolaridade combinado com políticas sociais como o programa fome zero, bolsa e o aumento real do salário mínimo, contribuiu para o aumento da renda no país.

Em relação à pobreza, os números trazem uma evolução no sentido de diminuição da pobreza extrema (miséria) e da pobreza, indicando que entre 1992 e 2012 o percentual de pessoas nessa linha caiu de 13,7% para 3,6% da população brasileira, assim foram 12 milhões de pessoas a menos vivendo na miséria (IPEA, 2013). Nas duas décadas pesquisadas pelo IPEA (2013), houve maior redução no período que vai de 2002 a 2012, com a média de redução anual de 10,4%, em relação ao período anterior que teve taxa média de redução em 4,2% (IPEA, 2013). O número de pessoas em situação de pobreza no país caiu de 31,5% em 1992 e para 8,5% em 2012. Sendo assim foram 28 milhões de pessoas a menos na pobreza, registrando-se o período entre 2002 e 2012, a redução média anual foi de 12,1%, enquanto no período anterior foi de 2,1% (IPEA, 2013)<sup>54</sup>. No que tange ao salário mínimo entre 2002 e 2012, subiu seu poder de comprar, com um crescimento médio anual de 5,26% de valorização acima da inflação. Como aponta Maricato (2013, 2014), esse processo ajudou a fortalecer o mercado interno, criando uma classe de cidadãos que passaram a exigir uma melhor qualidade dos serviços públicos.

Quanto ao acesso a um conjunto de serviços públicos como eletricidade, coleta de lixo, esgotamento sanitário (Rede geral ou fossa séptica ligada à rede) e água (rede geral), a percentagem da população com acesso a isso passou de 40,6% em 1992, para 59,2% em 2012, estabelecendo uma média aproximada de crescimento de 0,9% ao ano. Em relação à posse de

---

<sup>54</sup> O critério de extrema pobreza e pobreza utilizados foram retirados do Plano Brasil sem Miséria pelo IPEA. Uma pessoa em extrema pobreza tinha naquele momento uma renda per capita mensal de 70 reais e um pessoa em situação de pobreza teria renda per capita mensal de 140 reais. Lembrando que essa renda é corrigida anualmente.

bens duráveis, como telefone, geladeira, máquina de lavar, televisão, fogão e rádio o crescimento é maior se comparado com o acesso a serviços públicos, saindo de 11,1% da população em 1992; para 46,6% em 2012, com uma média anual de 1,8% de crescimento. Entre 2002 e 2012, o crescimento médio aproximado do PIB foi de 3,53%. Dentro da série histórica apontada, houve entre os anos de 2010 e 2012 acentuada queda no crescimento do PIB brasileiro. Se, em no ano de 2010, o crescimento foi de 7,5%, em 2012, o crescimento foi de 0,9%.

Observa-se que o país vinha de anos de crescimento da renda, de acesso a bens de consumo e a serviços públicos básicos, experimentado sua maior taxa de crescimento no ano de 2010, havendo, em seguida, uma queda acentuada do crescimento. Esse era o cenário econômico e de acesso aos serviços públicos em que se encontrava o país antes das *Jornadas de Junho* de 2013. Houve uma ampla inclusão da população por via do consumo, seguido por uma melhoria do acesso a serviços públicos básicos, o que não significaria em uma melhoria do ambiente urbano das cidades brasileiras.

O aumento da violência urbana contribui para a percepção de um ambiente degradado. O número de homicídios por arma de fogo no Brasil cresceu de modo significativo nas últimas décadas. Observando a evolução do quadro de mortos, saímos de 14.785 homicídios em 1992 para 40.077 homicídios em 2012 (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2016). No tocante à distribuição desse tipo de homicídios pelo país, a região Nordeste é, atualmente, a região mais violenta do Brasil. Em um comparativo entre a região Nordeste e a Sudeste, que em 2004, a região Sudeste tinha a maior taxa de homicídios do país com 23,9 pessoas a cada 100 mil habitantes, enquanto no Nordeste a taxa era de 16,2 por 100 mil habitantes, no ano de 2012 a taxa de homicídios da região Sudeste cai para 14,6 por 100 mil habitantes, enquanto na região Nordeste apresentou uma taxa de 29,9 por 100 mil, observando uma degradação significativa no quesito segurança pública. O estado da Paraíba também enfrentou, no mesmo período, um crescente aumento na taxa de homicídios, passando, em 2004, de 13,3 homicídios por grupo de 100 mil habitantes, para, em 2012, uma taxa de 32,1 homicídios por grupo de 100 mil habitantes. Nas pesquisas aqui observadas, o quesito segurança pública aparece como um dos principais motivos para se manifestar no cenário nacional em 2013.

Ainda nesse cenário, Maricato (2013) destaca a questão urbana brasileira como um dos estopins das mobilizações. A autora recorda que, ao fim do século XX e na primeira década do século XXI, o Brasil passou por grandes transformações, algumas delas já expostas

aqui, a exemplo da implantação de programas como Programa de Aceleração do Crescimento e o Minha Casa Minha Vida, que tiveram impacto direto no meio urbano brasileiro, tanto no campo do emprego; no Brasil, em 2012, a taxa de desemprego era de 2,7% na indústria da construção civil, havendo um forte aporte do capital privado no mercado de imóveis que passa de 1,2 bilhões de reais em 2002 para 79,9 bilhões em 2012, enquanto o subsídio governamental em 2002 era de R\$ 784.727 milhões passando R\$ 5,3 bilhões em 2011 (MARICATO, 2013). O dinamismo do mercado implicou em grande especulação no cenário urbano, a exemplo da cidade de São Paulo onde preço do imóvel entre 2009 e 2012 subiu 153% (MARICATO, 2013). Junto a isso, ainda, houve o impacto das obras dos grandes eventos como o Pan-americano, Copa do Mundo e Olimpíadas, com denúncias de desalojamentos forçados<sup>55</sup>. As grandes obras foram associadas com a má gestão do dinheiro público e foram relacionadas com outras demandas como Educação e Saúde, como observados em alguns protestos.

Ilustração 3 – Manifestante



Fonte: <https://br.boell.org><sup>56</sup>

<sup>55</sup> Para mais informações ver <http://esportes.r7.com/futebol/copa-das-confederacoes-2013/copa-do-mundo-pode-deixar-250-mil-pessoas-sem-casa-diz-estudo-22062013>. Acessado em 01 de fevereiro de 2017.

<sup>56</sup> Disponível em <https://br.boell.org/pt-br/2014/05/20/fim-de-uma-historia-de-sucesso-protestos-e-copa-do-mundo-de-futebol-no-brasil>. Acessado em 01 de fevereiro de 2017.

A Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa - ANCOP em seu dossiê “*Megaeventos e a violação de direitos humanos no Brasil (s.d)*”, aponta para uma série de violações nos anos que antecedem a copa do mundo no que tange as desocupações sem mandato, violações de leis federais quanto ao uso terra e ainda a vulnerabilidade das famílias retidas como demonstra o caso das famílias retiradas para a implantação do BRT em torno do Castelão em Fortaleza e, ainda, a retirada de 2000 moradores em São Paulo da comunidade Jardim São Francisco, no ano de 2011. O relatório chama à atenção no sentido de que muitas obras de mobilidade urbana previstas no PAC aceleram o processo de desocupação de famílias em cidades sede da copa do mundo<sup>57</sup>. Outro exemplo se dá com o caso das comunidades das restingas, Vila Harmonia e Vila Recreio II, localizadas no Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca, no qual cerca de 500 casas foram demolidas para a construção do corredor Transoeste, uma obra que ligaria a zona sul a Barra da Tijuca, local da maioria das instalações olímpicas na cidade do Rio de Janeiro.

Outras questões são apontadas pelo dossiê da ANCOP (s.d), como as condições de trabalho precário dos operários, superfaturamento de obras e grande especulação financeira em torno dos megaeventos.

A melhoria financeira das condições de vida de milhões de pessoas junto ao maior acesso à educação, frente a um ambiente urbano degradado pela forte especulação imobiliária e crescente violência urbana, criaram um cenário catalisador de exigências como a melhoria de áreas como segurança pública, saúde e educação. Esses três temas aparecem em todas as pesquisas de opinião aqui mencionadas, juntamente com o tema *mobilidade urbana*, em específico a qualidade do transporte e redução da tarifa.

### **3.1.1. Movimentos de luta pelo transporte: O protagonismo do MPL.**

Anterior à criação do *MPL*, enquanto movimento da sociedade civil organizada, dois episódios de protestos se mostraram relevantes para o debate sobre a *mobilidade urbana* e direito ao transporte no país. Esses episódios foram a Revolta do Busu em Salvador-BA (2003) e a Revolta da Catraca em Florianópolis (2004 e 2005) (ALVES FILHO, 2015).

---

<sup>57</sup> Manaus, Cuiabá, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Em 2003, na capital baiana, ocorreu uma série de manifestações entre agosto e setembro, contra os consecutivos aumentos da passagem urbana de ônibus, que contaram com ampla participação de estudantes secundaristas da rede pública, no qual estudantes bloquearam diversas vias da cidade e discutiam entre si como proceder durante o bloqueio (ALVES FILHO, 2015).

Houve certa rejeição à liderança de formas organizativas como entidades estudantis (UNE) e partidos políticos (MPL, 2013).

Em 2004 e 2005, em Florianópolis, uma série de manifestações ocorreu contra os aumentos sucessivos das passagens. Ao contrário de Salvador-BA, os aumentos das passagens foram revertidos. Uma das reivindicações foi o passe livre para estudantes (ALVES FILHO, 2015).

Em Salvador, os protestos não obtiveram êxito quanto à redução do preço das passagens, diferente do que ocorreu em Florianópolis. No entanto, nas duas cidades houve uma participação de estudantes secundaristas que estavam nas ruas, em grande parte, sem vinculação a entidades estudantis ou a partidos políticos; o que também pode ser observado em junho de 2013 no tocante ao papel secundário que tiveram os partidos políticos e sindicatos, já que, historicamente, no Brasil, os mesmos tendem a convocar as massas para grandes mobilizações. (ALVES FILHO, 2015, p.3)

As práticas adotadas nessas manifestações deram a tônica da formação do *MPL* no plano nacional. A ação direta dos sujeitos e a gestão horizontal dos movimentos foi um dos elementos que ficaram como contribuição a formação de movimento.

A criação formal do *MPL* aconteceu no dia 28 de janeiro de 2005, quando foi aprovada a *carta de princípios* que estabelecia os pontos de unidade dos coletivos na *plenária nacional sobre o passe livre*, no V Fórum social mundial em Porto Alegre. A *carta de princípios* é o documento que define o que é o movimento e por quais valores ele se orienta em relação à luta pela qualidade do transporte público no meio urbano. A configuração atual da carta de princípios caracteriza o movimento como horizontal, autônomo, independente e apartidário, colocando-se contra qualquer tipo de preconceito social, étnico ou de gênero. Na carta, há um apontamento de como se trabalhar a comunicação externa do movimento.

O MPL deve utilizar mídias alternativas para a divulgação de ações e fomentar a criação e expansão destes meios. Já o contato com a mídia corporativa deve ser cauteloso, entendendo que estes meios estão diretamente atrelados às oligarquias do transporte e do Poder Público. (MPL, 2005, s.p).

O MPL tem assim um enquadramento de como agir em relação aos veículos de comunicação, demarcando como parte da ação coletiva do movimento o uso das ditas mídias alternativas, que não são especificadas na carta, em contraposição ao establishment comunicativo.

Em sua carta de princípios, o MPL, ainda, enquadra a luta pela *mobilidade urbana* e qualidade do transporte público como parte de um projeto de sociedade baseado na inclusão social.

O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade. Da mesma forma, a luta pelo passe-livre estudantil não tem um fim em si mesma. Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob controle público (dos trabalhadores e usuários). O MPL deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população. Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente. Portanto, deve-se participar de espaços que possibilitem a articulação com outros movimentos, sempre analisando o que é possível fazer de acordo com a conjuntura local. (MPL 2005, s.p).

Observando o trecho posto em destaque da carta de princípios, tendo em vista a crítica da falta de um projeto sociopolítico em longo prazo por trás das Jornadas de Junho de 2013, aponta-se que, quando observado o *quadro mobilidade urbana*, revelado nas mobilizações pelo demanda *redução da tarifa*, nota-se que há um movimento social com uma demanda histórica no país, relacionando a sua causa à busca pelo exercício da cidadania e

ampliação dos direitos sociais, esferas por meio das quais se aglutinaram outras reivindicações nas Jornadas de Junho de 2013.

O *MPL* é uma referência para outros movimentos como o *Bloco de luta pelo transporte público* em Porto Alegre - RS e o *Revolta do Buzão* em Natal-RN, em principal por adotar uma perspectiva horizontal, ou seja, sem uma liderança centralizadora que determine ações e concentre os mecanismos de poder em um núcleo. Havia, ainda, outros movimentos que ensejaram as manifestações como o *Fórum de lutas contra o aumento da passagem* no Rio de Janeiro-RJ e a *Assembleia popular horizontal* de Belo Horizonte - MG. Esses são outros movimentos que resguardam o caráter de frente de mobilização por meio dos quais diferentes atores da sociedade civil se aglutinaram no período das Jornadas de Junho de 2013.

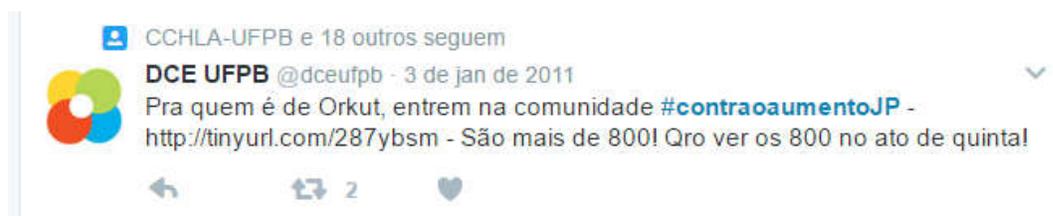
### **3.1.2 Movimento de Luta pelo Transporte em João Pessoa.**

Em agosto de 1988, a cidade de João Pessoa vivenciou uma das suas manifestações mais notórias contra o aumento da tarifa de ônibus de que se tem notícia. Entidades estudantis como o DCE/UFPB, FEPAC e Pró-UPES, puxaram uma série de protestos contra o aumento que resultou na criação de uma empresa estatal de transporte público (OLIVEIRA, 2012), estabelecendo pela primeira vez a gratuidade do transporte para estudantes, porém só para o nível fundamental e no limite de cinquenta passagens por mês (CABRAL, 2014)

Outro movimento que ganha alguma visibilidade na luta contra o aumento da tarifa, e a frente denominada de *Contraoamentojp*, formada pela coalizão de organizações como DCEs, movimentos estudantis, entidades de classe e outros. O *Contraoamentojp* já havia utilizado a internet como um repertório de ação coletiva. Com uma conta no Twitter

desde 2011 e um perfil no Facebook com a primeira postagem no início de 2014, havia também uma comunidade no Orkut com esse nome<sup>58</sup>.

Ilustração 4 – Twiter DCE, 2011.



Fonte: <https://Twitter.com/dceufpb>

A coalizão é a primeira que se tem registro na Paraíba da utilização de redes sociais digitais para a convocação de atos de protesto contra o aumento da passagem, sendo os primeiros registros do ano de 2011. O uso da hashtag #Contraoamentojp propiciou a criação de um banco de dados em forma de lista no qual há uma série de interações. A hashtag #Contraoamentojp tem seus primeiros twitters anterior à criação do perfil *Contraoamentojp* e foi realizado pelo perfil do DCE/UFPB em 27 de dezembro de 2010.

Ilustração 5 – 1º Twitter DCE, 2010.



Fonte: <https://Twitter.com/dceufpb>

Essa chamada para um twittaço, convocado para o dia 28 de dezembro 2010, é tido como a primeira vez que se utiliza uma rede social digital como repertório de ação coletiva na cidade João Pessoa, com vista ao protesto contra o aumento da tarifa de ônibus. A #Contraoamentojp fez uma chamada ao protesto, com o intuito de demarcar sua demanda e

---

<sup>58</sup> Orkut foi uma rede social criada em 2004 e ligada ao Google que foi finalizada em 2014. Para mais informações ver <https://pt.wikipedia.org/wiki/Orkut>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

sua capacidade de mobilização frente a um opositor que era a prefeitura municipal de João Pessoa.

Ilustração 6 – 2º Twitter DCE, 2010.



Fonte: <https://Twitter.com/dceufpb>.

O DCE/UFPB valeu-se do instrumento por conta do seu alcance para convocar um ato de protesto, que, no primeiro momento, surge sem muita organização, mas vale-se da mobilização em rede para realizar uma ação protesto. Em 4 de janeiro de 2011, é anunciada a criação de uma conta @ContraoAumentoJP vinculada à hashtag #contraoamentoJP.

Ilustração 7 – 2º Twitter DCE, 2011.



Fonte: <https://Twitter.com/dceufpb>.

O perfil do Twitter, assim como o do Orkut e a utilização da hashtag são utilizados para mobilizar participantes para um ato de rua.

## Ilustração 8 - 1º Twitter, ContraoAumentoJP, 2011.



Fonte: <https://Twitter.com/ContraAumentoJP>

A hashtag #contraoamentojp tem sua última postagem no dia 29 de dezembro de 2012, falando colocando a importância do não aumento da passagem endereçado ao prefeito Luciano Cartaxo. Esse é outro aspecto do repertório de ação coletiva que é a marcação dos opositores nas mensagens dando um aspecto de aproximação ou acesso ao demandado. Nesse sentido colocamos trata-se de uma inovação contingenciada pela estrutura sociotécnica. Em tese qualquer membro participante da rede pode estabelecer esse tipo de conectividade e compartilhamento de mensagens. O @contraoamentojp mantém um perfil ativo no Facebook, que se mantém com postagens atualizadas até o momento<sup>59</sup>.

Em 2013, na cidade João Pessoa, o uso das redes sociais digitais como repertório de mobilização seria retomado. O movimento que criou a mobilizações autodenominou-se primeiramente de *Avante João Pessoa (AJP)*, sendo formado por militantes de movimentos sociais, organizações não governamentais e partidos políticos, como por pessoas sem nenhuma filiação (CABRAL, 2014). Sua primeira reunião aconteceu dia 15 de junho de 2013 na Universidade Federal da Paraíba, a partir de um convite realizado via Facebook através do qual foi chamada uma primeira manifestação no dia 20 de junho de 2013 e contou com cerca de 50 pessoas (CABRAL, 2014). Numa posterior avaliação, realizada dia 24 de junho, o movimento resolveu adotar a marca *Movimento Passe Livre-João Pessoa (MPL-JP)* (CABRAL, 2014).

Em João Pessoa, ou na Paraíba, já que o MPL foi uma “marca” utilizada por muitos nos diversos município (João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita), o Movimento teve a mesma forma de organização e de princípios do MPL/Nacional. A diferença do movimento nacional é que em João Pessoa o movimento foi mais uma grande frente de agrupamentos da esquerda socialista e de

<sup>59</sup> A última postagem é do dia 24 de janeiro de 2017, fazendo uma convocação para uma audiência sobre *mobilidade urbana* na câmara municipal de João Pessoa, no dia 25 às 14 horas. Para mais informações ver <https://www.Facebook.com/contraoamentojp/?ref=ts>. Acessado dia 26 de janeiro de 2017.

indivíduos, que uma seccional do MPL nacional, até mesmo porque os militantes que construíram os levante de junho aqui na Paraíba não participaram do congresso realizado nacionalmente pelo MPL; apesar de sempre a Paraíba ter acompanhado os movimentos vindos desde Salvador, com “a revolta do buzão”, até a atualidade. Acredito que a diferença entre o MPL/João Pessoa e o nacional foi exatamente a articulação nacional (formal), tanto sabíamos disso que usamos depois MPL/ Avante João Pessoa. (TEIXEIRA<sup>60</sup> apud CABRAL, 2014, p.159).

O primeiro aspecto importante é que a mudança de nome teve como intuito usufruir da visibilidade que o nome *Movimento Passe Livre*, ganhou a nível nacional. Outro fato é que adoção do nome se dá no momento em que as mobilizações têm uma ampliação das pautas, permitindo que o nome ao invés de resguarda exclusividade de uma demanda, oferecesse a possibilidade de agregação de demandas por força do contexto. A visibilidade ajudava na agregação de participantes, bem como trabalhar naquele momento o tipo de enquadramento pretendido.

O nome *AJP*, não resguardava nenhum significado restrito de demanda, por conta disso, a adoção do nome *MPL-JP* demarcaria claramente qual era a demanda central e quais seriam seus opositores. Nesse sentido propomos que a mudança teve o sentido de conferir centralidade à luta pela *redução da tarifa e passe livre*, sem, no entanto excluir outras demandas, dando a essas outras demandas um papel secundário.

Um aspecto que Cabral (2014) destaca é que, a partir da reunião do dia 24 de junho de 2013, organizações e movimentos sociais passam a compor a organização dos protestos de rua, justamente quando a denominação *MPL-JP* se torna o nome de identificação do movimento. Cabral (2014) destaca que, anteriormente, quase todos os participantes eram oriundos da UFPB.

Partidos Políticos (PSOL, Consulta Popular, PCR, setores do PT, PCB, PSTU); Movimento de Juventude (ANEL, Levante Popular da Juventude,UJR, UJC, UJS, Juventude do PSOL); Movimento de Mulheres; entidades do Movimento Estudantil; Movimento Popular; ONG; e, principalmente indivíduos dispostos a transformar a sociedade. Outros participaram das atividades, mas não digo que foram parte do MPL/JP, mas de outros movimentos de esquerda, o PC do B, a UJS e o Movimento Sindical e parte disso. (TEIXEIRA apud CABRAL, 2014, p.159).

---

<sup>60</sup> Trecho de entrevista realizada por Envér José Lopes Cabral com Tarcio Texeira ( Membro do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL).

Assim, o *MPL-JP* se constituiu em torno de uma rede de organizações, sem desmanchar o sistema de organização anterior baseado na avaliação e construção de resoluções via assembleia, mantendo aspectos de horizontalidade da estrutura decisória. Destacamos que a adoção do nome *MPL* indica a adoção de um símbolo cultural e politicamente vibrante (TARROW, 2009), que implica maior reconhecimento diante de um contexto histórico e social, bem como a intenção de construir maior efetividade da ação em relação aos objetivos.

Outro aspecto que chama a atenção é a construção de coalizões de luta contra o aumento da passagem em João Pessoa-PB. Cabral (2014), argumenta que esse tipo de frente de mobilização surge em períodos em que o poder público sinaliza o aumento das tarifas urbanas de ônibus em João Pessoa, sendo fruto de uma janela de oportunidade política por meio da qual setores da sociedade se mobilizam em torno de uma causa, delimitando uma relação ente demandantes e demandados, uma interação sustentada acionada a partir de algumas redes de organizações (citados anteriormente) e que se utilizam de símbolos que remetem a um contexto de luta contra o aumento da passagem em nível nacional. Cabral (2014) lembra que esse tipo de frente tem um período de vida curta, porém as organizações que a compõem levam a pauta do *passé livre* como um dos pilares de luta, a exemplo do Levante Popular da Juventude<sup>61</sup>.

Dois aspectos chamam a atenção na comparação do uso das redes digitais nos dois movimentos em João Pessoa (Contraoamentojp e MPL-JP). O primeiro aspecto é o contexto sócio-histórico que se dá com o avanço de uma economia baseada na comunicação interativa e de massa. A construção de densas redes digitais possibilita o aspecto da interatividade à longa distância ao repertório de ação coletiva, possibilitando um menor custo na mobilização de sujeitos e recursos para a realização dos protestos de rua.

Os dois movimentos de luta pelo transporte público (Contraoamentojp e MPL-JP) resguardam diferenças em relação ao modo de enquadramento. O primeiro movimento participar de um contexto luta marcada dimensão unitária de ideias sem grandes variações de quadros de ação coletiva. No segundo movimento há uma tensão em relação ao quadro que é a redução da tarifa e outros quadros como maioria penal, que são características das

---

<sup>61</sup> O Levante Popular da Juventude é uma organização social de jovens que atuam em três campos de atuação: Escola e Universidade, periferias urbanas e meio rural. Para mais informações ver <https://levantepb.org/category/quem-somos/>. Acessado em 31 de março de 2017.

Jornadas de Junho de 2013. Em relação às redes sociais digitais foi observada uma diferenciação no tipo de uso empregado pelos dois movimentos (Contraoamentojp e MPL-JP). No primeiro caso, o uso das redes está dimensionado a um tipo de linguagem de microblog com postagens curtas; no segundo caso envolve o uso de perfis que cruzam diferentes linguagens como texto, vídeo, foto e áudio.

No caso do *contraoamentojp*, o Facebook não detém centralidade como ferramenta de mobilização como no caso no caso do *MPL-JP*, uma explicação plausível está no contexto histórico, pois o Facebook só se torna a rede social digital ao final do ano de 2011, consolidando sua liderança no ano de 2012 e mantendo até hoje. Como os Movimentos buscam uma ampla visibilidade dos seus quadros de ação coletiva, é comum que apelem para mecanismos com maior adesão de participantes.

O segundo aspecto é que, quando observado do ponto de vista do uso das redes sociais, o que pode aparentar uma cisão entre o *contraoamentojp* e o *MPL-JP*, traz uma série de proximidades. Alguns dos sujeitos que militam na causa do transporte urbano em João Pessoa, fizeram parte de ambos os movimentos e utilizaram o mesmo repertório de ação coletiva para participarem e acompanharem as ações, a exemplo do ativista de causas sociais<sup>62</sup>.

Ilustração 9 – Twitter ativista JPA.



Fonte: <https://Twitter.com/ContraAumentoJP>

Ilustração 10 – Postagem Facebook JPA IV

---

<sup>62</sup> Foi utilizado duas postagens de redes sociais digitais diferentes do participante para ilustrar uma continuidade. Uma retirada do Twitter, <https://twitter.com/ContraAumentoJP>. Outra do Facebook [https://www.Facebook.com/events/395533803901329/?active\\_tab=discussion](https://www.Facebook.com/events/395533803901329/?active_tab=discussion). Ambas acessadas dia 26 de janeiro de 2017.



Fonte: [https://www.Facebook.com/events/395533803901329/?active\\_tab=discussion](https://www.Facebook.com/events/395533803901329/?active_tab=discussion)

Esses exemplos são ilustrativos da participação em mobilizações via rede social digital, até mesmo porque o militante em questão é um dos organizadores dos protestos que ocorreram em João Pessoa no ano de 2013.

O comparativo visa demonstrar como as redes sociais digitais permitem estabelecer e sustentar interações de confronto, sendo, em certa medida, um espaço de oportunidade quanto à participação na ação coletiva. No presente estudo, o *repertório de ação coletivo* é visto como parte determinante da formação dos movimentos sociais, que se estabelecem por vínculos situacionais, participando dos protestos junto com organizações coletivas com laços de longa duração. Os vínculos situacionais nascem da aliança, por vezes, de organizações coletivas de longa duração com organizações coletivas sazonais. Porém relembramos que a presente pesquisa observa a ação de confronto a partir de episódios de protesto que nascem da exploração de oportunidades políticas que variam no cenário nacional e local, sem pôr ênfase no papel do movimento social, mas sim nas interações sociais que dão base à ação coletiva.

### 3.2. O cenário das Jornadas de Junho.

No Brasil, uma série de manifestações iniciadas no primeiro semestre de 2013 com a temática inicialmente centrada na redução das tarifas de transporte público foram puxadas por organizações ligadas à luta pela melhoria do transporte público no meio urbano, como o *MPL-SP* e a *FLTP-GO* (Frente de Luta pelo Transporte Público). Um elemento em comum dessas mobilizações é o uso da internet, em especial das redes sociais digitais, para a organização e divulgação dos eventos de rua e das ações a serem realizadas pelos movimentos, tendo em vista a amplificação dos enquadramentos que possibilitassem a consolidação do(s) significado(s) das mobilizações.

A literatura toma como marco inicial das *Jornadas de Junho de 2013*, o aumento da tarifa do transporte público anunciado pelo prefeito Fernando Haddad (PT) e o governador Geraldo Alckmin (PSDB), no dia 1 de junho de 2013 na cidade de São Paulo. Em protesto, o *MPL-SP* havia marcado uma manifestação para o dia 6 de junho<sup>63</sup>, no mesmo dia, protestos contra o aumento da passagem ocorreriam em Natal-RN, Goiânia-GO e Rio de Janeiro-RJ. Porém as primeiras manifestações contra o aumento da passagem no ano de 2013 se deram em Porto Alegre, iniciadas no mês de janeiro e obtendo uma vitória significativa em março com a suspensão do aumento. Houve protestos também em Natal-RN e Goiânia-GO nos meses de maio de 2013. Observou-se que as *Jornadas de Junho* têm base multicêntrica no qual o *quadro mobilidade urbana* é o tecido conjuntivo. As *Jornadas de Junho de 2013* têm um início multicêntrico, no qual as manifestações na cidade de São Paulo assumem certo protagonismo durante um curto espaço de tempo por conta do espaço que ocupou nos meios de comunicação em massa e do poder político e econômico frente ao cenário nacional<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup>Para mais informações: <http://oglobo.globo.com/brasil/protestos-contrareajuste-de-onibus-provocam-tumulto-em-4-capitais-8615213>. Acessado em 11 de julho de 2016.

<sup>64</sup> O fato de ser a maior e mais rica metrópole do país torna a cidade de São Paulo o epicentro da atenção midiática, no qual qualquer evento de protesto na cidade tem o potencial de influenciar outros centros urbanos. Como bem colocou Marilena Chaui no artigo **O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação**. A cidade de São Paulo tem vários problemas sérios em relação à *mobilidade urbana* que estão relacionados à falta de capacidade administrativa em dar soluções e um crescimento econômico rotineiramente excludente e ainda um local onde a precarização dos direitos fundamentais como saúde e educação são fortemente sentidos devido à densidade populacional. Junto aos processos excludentes, a cidade de São Paulo tem uma longa tradição de protesto e revoltas populares, como as greves operárias do início do século XX, e ainda os eventos da Diretas Já em 1984 e ainda o Fora Collor de 1992. Esse conjunto de fatores faz da cidade um termômetro político para outros centros urbanos do país.

O *MPL-SP* realizou uma série de outras manifestações nos dias 07, 11 e 13 de junho de 2013 que foram marcadas pela repressão policial<sup>65</sup>. No dia 15 de junho de 2013, ocorreu uma manifestação em Belo Horizonte que teve como tema principal a qualidade do transporte público e os gastos com a copa do mundo. Tomamos como exemplo da importância da pauta transporte público a pesquisa realizada pelo Datafolha em 13 de junho de 2013<sup>66</sup>, dia em que ocorreu o quarto grande ato em São Paulo, apontou que em média 73% dos paulistanos utilizavam ônibus e 39% metrô. Segundo a pesquisa, 55% dos paulistanos consideravam ruim ou péssimo o transporte coletivo da cidade. E ainda, 67% dos paulistanos consideravam o aumento da passagem alta. Nessa pesquisa, 55% dos paulistanos apoiavam os protestos.

André Singer, no artigo “*Classe e Ideologias cruzadas (2013)*”, propôs uma divisão das *Jornadas de Junho de 2013* em três fases, que tomam uma perspectiva cronológica das ações de protesto, levando em conta a composição das demandas e a amplificação das mobilizações a partir de um centro político e econômico com forte influência e visibilidade diante do cenário nacional, que é a cidade de São Paulo.

Nessa primeira etapa havia um objetivo específico: a redução do preço das passagens do transporte público. As iniciativas seguiram o modelo adotado pelo Movimento Passe Livre (mpl) em anos anteriores. Convocados pelas redes sociais, os manifestantes percorriam e paralisavam grandes vias públicas por horas a fio, ao final havendo escaramuças com a polícia. Foi isso que aconteceu na primeira (avenida Paulista) e na segunda (zona oeste paulistana) jornada, com a cifra de presentes subindo, ao que parece, de 2 mil para 5 mil pessoas. (SINGER, 2013, p.24)

Essa, dita, primeira fase distingue-se por manifestações regionais, com o protagonismo da região Sudeste do Brasil, marcadas pelo discurso da redução da tarifa, tendo o *MPL* como protagonista e agenciador das interpretações. Um exemplo é a série de bordões e faixas que aglutinava os primeiros protestos em São Paulo-SP em torno de um

---

<sup>65</sup>Para mais informações ver: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130604\\_protestos\\_saopaulo\\_mdb\\_dt](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130604_protestos_saopaulo_mdb_dt). Acessado em 11 de julho de 2016.

<sup>66</sup> Pesquisa realizada dia 13 de junho na cidade de São Paulo, com 815 entrevistados com 4 pontos percentuais de erro e nível de confiança em 95%.

enquadramento, que era a redução da tarifa do transporte público na capital, a qual havia aumentado 20 centavos.

Ilustração 11 – MPL – SP, 2013.



Fonte: <http://tarifazero.org/2013/06/07/sao-paulo-novo-ato-hoje-76-17h-no-largo-da-batata-metro-faria-lima/>

Segundo Singer (2013), o início da copa das confederações contribui para a perda de protagonismo da cidade de São Paulo. Do dia 17 de junho ao dia 20 de junho de 2013, as manifestações vivenciaram uma nova fase com a expansão das mobilizações para o cenário nacional e novos temas disputaram espaço com a redução da tarifa. A difusão de diferentes temas torna visível a dispersão de ideias e posições políticas. Diferentes setores da sociedade passam a compor as manifestações. Há exemplo de manifestantes que gritavam sem partido<sup>67</sup>, enquanto militantes de partidos empunhavam bandeiras na paulista. Uma tensão entre apartidarismo e antipartidarismo é uma marca que se estabelece em todo território nacional durante os eventos de protesto.

---

<sup>67</sup> Para mais informações ver <http://www.viomundo.com.br/politica/na-paulista-defensores-de-democracia-sem-partidos-atacam-militantes-de-esquerda-e-queimam-bandeiras-vermelhas.html>. Acessado em 10 de maio de 2016.

Na pesquisa Datafolha<sup>68</sup> realizada em São Paulo no dia 18 de junho, observa-se que 77% dos paulistanos apoiavam as manifestações. Na pesquisa, quando perguntados sobre os principais motivos da manifestação, a redução da tarifa do transporte público vinha em primeiro com 67%, seguida pelo tema corrupção com 38%, vindo em seguida protesto contra políticos com 35%, a qualidade do transporte público era o motivo para 27%, para 20% o motivo era para pedir mais segurança; para 18%, era contra a violência ou repressão policial, passe livre era o motivo para 14%; para 7%, a Saúde era motivação, com 5% vinham os gastos da copa do mundo e educação. Assim, havia uma série de motivos possíveis para a manifestação.

Surge quase um cartaz por manifestante, o que leva a uma profusão de dizeres e pautas: “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigante acordou”, “Ia ixcrever augu legal, maix fautô edukssão”, “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! pt = Pilantragem e traição”, “Fora Alckmin”, “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar”, foram algumas das inúmeras frases vistas nas cartolinas. Diversos outros temas também compareceram, como a atuação do deputado Feliciano (psc-sp) na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional 37, vetando a possibilidade de o ministério público fazer investigações independentes, o voto distrital e o repúdio aos partidos. (SINGER, 2013, p.25)

Nessa fase, uma centena de pautas ganha visibilidade nas ruas, algumas das quais algumas têm maior destaque. Uma série de manifestações ocorre pelo país, e os primeiros efeitos surgem. Em João Pessoa, no dia 18 de junho de 2013, o prefeito reduz a tarifa em 10 centavos. Em São Paulo-SP no dia 19 de junho é revogado o aumento das passagens, porém, nas duas cidades os atos marcados para o dia 20 de junho aconteceram à revelia da redução da tarifa. O dia 20 de junho foi o dia com maior número manifestações no Brasil e contou

---

<sup>68</sup> A pesquisa foi realizada no dia 18 de junho de 2013, na cidade de São Paulo com 805 entrevistados, com entrevistados a partir dos 16 anos e com erro máximo de quatro pontos percentuais e nível de confiança de 95%.

aproximadamente com um milhão de participantes, espalhando-se por mais de 388 cidades em todo o país<sup>69</sup>.

O espraiamento das manifestações por diversas cidades do país e a acoplagem de pautas que abordaram controvérsias com forte visibilidade nacional, a exemplo da PEC 37 e o projeto de lei PDC 234/11, popularmente intitulado Cura Gay, são os elementos que caracterizavam as manifestações para o autor.

Nessa segunda fase destacada por Singer (2013), em uma pesquisa realizada em âmbito nacional pelo CNI-IBOPE<sup>70</sup> nos 19 e 20 de junho, observou-se que 75% das pessoas eram favoráveis às manifestações pelo país, 59% dos entrevistados acreditavam que as manifestações eram a melhor maneira para cobrar melhorias das políticas públicas e 65% das pessoas acreditavam que as manifestações provocariam alguma mudança na atuação dos políticos.

No que representa a percepção sobre os motivos das manifestações, em primeiro lugar fica a luta contra o aumento da tarifa dos transportes públicos com 59%; a luta contra a corrupção vem em segundo lugar com 32%, seguido em terceiro por maiores investimentos em saúde e educação com 31%; em quarto lugar, empatados como motivos, estão a luta contra as empresas de ônibus, contra a inflação e contra os políticos, cada uma com 18% dos entrevistados, seguindo em quinto lugar com 15% estavam a melhoria dos serviços públicos e a falta de segurança pública e ainda para 6% das pessoas estavam os protestos contra a FIFA/Copa no Brasil e contra a PEC 37.

É interessante notar que, na pesquisa de 18 de junho de 2013 sobre os protestos no quesito “*Prestígio de algumas Instituições nacionais*”, as redes sociais na internet ficaram em primeiro lugar no item muito prestígio com 65% para os entrevistados e a Imprensa em segundo com 61%. Quando o quesito foi “*Influência de algumas instituições nacionais*”, as redes sociais na internet permaneceram em primeiro lugar no que tange a muita influência por 72% dos entrevistados, seguida pela imprensa com 70%.

---

<sup>69</sup> Para mais informações ver: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>. Acessado em 02 de fevereiro de 2015.

<sup>70</sup> Pesquisa realizada de 19 a 20 de junho de 2013 por amostragem com 1008 pessoas em 79 municípios nas cinco regiões do país. Tal pesquisa foi realizada no auge do engajamento da população em todo país. No universo pesquisado, 94% das pessoas não haviam participado das manifestações, entre no qual 63% deles não estariam dispostos a participar de alguma das manifestações ocorridas. Entre as pessoas favoráveis a manifestação, 93% não haviam participado de nenhuma manifestação ocorrida. Assim se observar que um amplo apoio as manifestações não seria garantia de uma grande adesão.

Na pesquisa CNI-IBOPE, temos um panorama geral sobre o papel das manifestações até aquele momento. O quadro a seguir mostra qual era a percepção do brasileiro em relação ao futuro do país, observando a faixa de renda e o apoio ou não as manifestações.

Quadro 6 – Renda e apoio aos protestos 2013

“Como o(a) sr (a) diria que se sente atualmente em relação ao futuro do Brasil, o(a) sr(a) diria que está:”

RESPOSTA	TOTAL	RENDA FAMILIAR (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)				FAVORABILIDADE AS MANIFESTAÇÕES	
		MAIS DE 5	MAIS DE 2 A 5	MAIS DE 1 A 2	ATÉ 1	A FAVOR	CONTRA
BASE	1008	132	331	320	153	752	222
Muito otimista	9%	7%	8%	10%	9%	8%	9%
Otimista	34%	33%	33%	32%	34%	32%	37%
Nem otimista nem pessimista	28%	30%	29%	30%	25%	29%	27%
Pessimista	25%	23%	26%	24%	24%	26%	23%
Muito pessimista	3%	6%	3%	3%	3%	4%	3%
Não sabe/ Não respondeu	1%	1%	0%	1%	5%	1%	1%

Fonte: CNI-IBOPE (2013, p.09)

Pode se notar que o cenário naquele momento não era de alto pessimismo e entre os entrevistados favoráveis às manifestações, a maior porcentagem, 32% das pessoas era otimista em relação ao futuro do país com uma ligeira vantagem sobre os *nem otimista e nem pessimista*, que era de 29% dos entrevistados. O que se nota na tabela é que havia um cenário de equilíbrio em relação as expectativa do futuro do país e entre os que apoiavam a manifestação. Nenhum dado sugere uma relação entre um alto pessimismo e um alto apoio em relação às manifestações em sua fase nacional. A tabela anterior da pesquisa CNI-IBOPE (2013) demonstra que era entre os otimistas que o apoio era maior.

Quadro 7 – Renda, protestos e expectativas em relação ao futuro do Brasil.

“Levando em conta as manifestações que ocorreram nos últimos dias, e suas possíveis consequências, o(a) sr(a) diria que está mais otimista ou menos otimista em relação ao futuro do Brasil?”

RESPOSTA	TOTAL	RENDA FAMILIAR (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)				FAVORABILIDADE AS MANIFESTAÇÕES	
		MAIS DE 5	MAIS DE 2 A 5	MAIS DE 1 A 2	ATÉ 1	A FAVOR	CONTRA
BASE	11008	132	331	320	153	752	222
Mais otimista	45%	53%	53%	40%	39%	53%	22%
Menos otimista	29%	30%	24%	33%	33%	23%	50%
Nem mais, nem menos/Igual (Esp.)	22%	17%	21%	22%	20%	21%	23%
Não sabe/Não respondeu	4%	0%	2%	5%	7%	3%	5%

Fonte: CNI-IBOPE (2013, p. 75).

Outros dados da pesquisa mostram que, quando a expectativa sobre o futuro do país estava relacionado aos protestos, tendo em vista o otimismo das pessoas, observamos que havia uma tendência das pessoas serem mais otimistas em um cenário pós-protestos.

Em outro comparativo entre os dados observados na pesquisa CNI-IBOPE, notamos que há uma diferença entre a percepção sobre os maiores problemas do país e a percepção sobre quais os motivos da manifestação pelo Brasil.

No que tange à percepção sobre os problemas do país (estimulada), a saúde vem primeiro lugar para 37% dos entrevistados, seguido pela segurança pública com 22%, educação em terceiro com 15% e corrupção e drogas em quarto com 6%. O que esses dados revelam é que a percepção dos problemas relacionados a direitos sociais básicos assegurados pela Constituição Federal de 1988 tomou corpo nas manifestações, porém o *quadro mobilidade urbana*, por meio da demanda redução da tarifa, foi o grande condutor das manifestações em nível nacional.

É evidente que a redução da tarifa se mantém como principal motivo da mobilização, sendo também a pauta com maior penetração nas mobilizações até aquele momento, vinda em seguida, vêm as pautas relacionadas aos direitos sociais garantidos pela constituição de 1988.

De acordo com Singer (2013), após esse cenário nacional de manifestações, os protestos adquirem uma nova dinâmica de ação, permanecendo as demandas nacionais, porém o caráter de mobilização passa a ser delimitado pelo contexto regional, incorporando reivindicações com apelo local e incorporando a diversidade de grupos que se viam nos grandes protestos dos dias 17, 18, 19 e 20 de junho.

A fragmentação das mobilizações em protestos com demandas específicas é uma das características de período.

Na terceira e última etapa, que vai do dia 21 até o final do mês, o movimento se fragmenta em mobilizações parciais com objetivos específicos (redução de pedágios, derrubada da PEC 37, protesto contra o Programa Mais Médicos, etc.). Por exemplo, em São Paulo, uma passeata contra o Projeto de Emenda Constitucional 37 reuniu cerca de 30 mil pessoas no sábado, 22. Na mesma tarde, em Belo Horizonte, perto de 70 mil pessoas protestaram contra os gastos para a Copa diante do jogo entre Japão e México. Ainda sob o impulso da força liberada na segunda fase, mas já separadas por inclinações diferentes, as manifestações começam a se dividir, como um rio que se abre em múltiplos braços no descenso da montanha (SINGER, 2013, p.26).

No dia 21 de junho de 2013, a então presidente Dilma Rousseff fez um pronunciamento em rádio e televisão em que destacava questões como corrupção, reforma política e melhoria dos serviços de públicos como saúde, educação e segurança pública. Um discurso que tentava abranger as demandas que com maior destaque no cenário nacional, como vimos nas pesquisas.

Em João Pessoa, temos um exemplo dessa fragmentação. No dia 26 de julho de 2013 houve uma manifestação denominada “*Contra a PEC 37*”<sup>71</sup>. No dia seguinte, 27 de julho de 2013, houve outra manifestação voltada para a questão da *mobilidade urbana*, tendo como norte a redução da tarifa e a luta pela implantação do passe livre. Houve ainda outra manifestação marcada para o dia 01 de julho sobre o aumento da tarifa, que não estava relacionada aos eventos JPA<sup>72</sup>. Essa fragmentação se constitui como um processo de

---

<sup>71</sup> Para mais informações ver a página do evento <https://www.Facebook.com/events/547176211990985/>. Acessado em 05 de agosto de 2016.

<sup>72</sup> Para mais informações ver [https://www.Facebook.com/events/427293980718169/?active\\_tab=posts](https://www.Facebook.com/events/427293980718169/?active_tab=posts). Acessado em 5 de agosto de 2016.

complexificação das *Jornadas de Junho de 2013*, sendo assim um novo encadeamento em um processo contínuo de ação coletiva, que refletiu a multiplicidade de demandas já existentes anteriormente. Houve ainda, até o dia 11 de julho, antes do JPA IV, um evento contra o ato médico e um evento realizado por trabalhadores do transporte público<sup>73</sup>. Posterior às jornadas, uma série de outras mobilizações se formaram, como o *Ocupe a Beira Rio no dia 17 de julho de 2013*, ocupação da câmara municipal de João Pessoa no dia 24 de julho protestos contra a *licitação de concessão da rodoviária*.

Segundo Singer (2013), a terceira etapa iria até do mês de junho de 2013, porém algumas manifestações continuaram pelo país no mês de Julho<sup>74</sup>. No dia 11 de julho ocorreram alguns protestos pelo país, chamados por sindicatos, intitulado de *Dia Nacional de Luta*.

No tocante à separação do cenário em três momentos, observamos algumas limitações. A primeira é que a fragmentação da pauta existe tanto nas ditas segunda e terceira fase. Em João Pessoa, em relação as demandas, percebemos uma variação a partir da perspectiva das interações no Facebook no que tange a demandas nacionais e regionais. A segunda limitação é em relação à demarcação precisa de um *início* e de um *fim*. No caso da cidade de João Pessoa, a primeira manifestação (20 de junho de 2013) acontece no momento em que tantas outras se espalhavam pelo país. Como já argumentamos, as *Jornadas de Junho de 2013* são precedidas por uma série de acontecimentos em nível local. A maior metrópole do país assumiu o protagonismo por forças da sua posição econômica, política e simbólica, auxiliando no alastramento, porém outros centros já vinham se manifestando com o mesmo tema, como o Rio de Janeiro, Natal, Porto Alegre, Belo Horizonte. O caráter multicêntrico é algo que perpassa as *Jornadas de Junho de 2013*.

Nesse período das mobilizações, em pesquisa realizada pelo CNI-IBOPE<sup>75</sup>, entre os dias 9 e 12 de julho de 2013, que marca o fim do período pesquisa aqui posto, se observado

---

<sup>73</sup> Os atos aqui listados foram compartilhados nos sites dos eventos JPA II, III e IV e na página do *AJP*. A Ocupação da câmara dos vereadores ocorreu após o ato público *Debate da tarifa zero*, na praça dos três poderes <https://www.Facebook.com/avantejoapessoa/?fref=ts>. Acessado dia 30 de janeiro.

<sup>74</sup> Para mais informações ver <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>. Acessado em 5 de agosto de 2016.

<sup>75</sup> Pesquisa realizada entre os dias 9 e 12 de julho. O número total de entrevistados foi de 7686 pessoas em 434 municípios, no qual foram feitas 2.002 entrevistas a partir de uma amostra nacional, complementando com uma amostra específica 5.684 entrevistas em 11 Estados (BA, CE, PE, PR, SC, RS, GO, SP, RJ, MG, ES). O intervalo de confiança é de 95% e a margem de erro foi de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Os entrevistados do sexo masculino correspondem a 48% da amostra e do sexo feminino foram 52%. Em relação a renda familiar 2% dos entrevistados tinha renda acima de 10 salários mínimos, 10% tinham renda entre 5 e 10

o quesito sobre os principais problemas e prioridades na visão da população em relação ao Brasil, os cinco maiores problemas são saúde para 77% dos entrevistados, seguido por educação com 39%, segurança pública e violência com 38%, drogas com 29% e corrupção com 27%. Na pesquisa, o segmento transporte/mobilidade aparece em 8º lugar com 9%.

Quando o quesito era *prioridades para o governo federal*, saúde cai para 58%, segurança pública e violência ficaram com 32%, combate à corrupção com 28% aparece em terceiro, em quarto vem educação com 27% e em quinto, estava a redução de impostos. Duas questões ligadas à *mobilidade urbana* que aparecem neste quesito são *investimentos em transporte urbano e investimentos em estradas e rodovias*, aparecem respectivamente em 14º lugar com 4% e 17º com 2% das repostas.

O que notamos em relação à percepção do cenário nacional é que problemas ligados à *mobilidade urbana* perderam espaço no fim de junho de 2013. Quando observado o *quadro mobilidade Urbana*, em relação à cronologia dos eventos adotada aqui, em âmbito nacional observamos que a mobilização dos atores coletivos ligados à luta pela qualidade do transporte e da redução das tarifas urbanas, tem uma variação de importância, surge como articulador das primeiras ações, no momento em que a alcança grande repercussão midiática passa a ter o espaço disputado com outras questões.

O efeito da grande mídia é sentido no slogan *vem pra rua* juntamente com o slogan *o gigante acordou*, que aparecem respectivamente no comercial da montadora Fiat no ano de 2013 e em um comercial da empresa de bebidas Johnnie Walker em 2011<sup>76</sup>, sendo utilizados como gritos de protestos nas ruas em todo o país e replicados na mídia sociais.

### **3.2.1. Características das Jornadas de Junho 2013**

O primeiro aspecto proeminente das *Jornadas de Junho de 2013* é que se tratou de uma série de mobilizações urbanas em todas as regiões do país, e que tem na questão da redução da tarifa do transporte público a sua causa estopim e que oscila em importância ao longo dos eventos.

---

salários, 34% tinham renda entre 2 e 5 salários, 32% tinham renda entre 1 e 2 salários mínimos, 14% dos entrevistados tinham renda até 1 salário mínimo e 8% não responderam.

<sup>76</sup> Para mais informações ver <http://economia.estadao.com.br/blogs/radar-da-propaganda/video-o-gigante-acordou-reedita-comercial-da-johnnie-walker/>. Acessado em 03 de fevereiro de 2017.

O que é comum na literatura é caracterizar as Jornadas como uma série de manifestações, que tem na pauta *redução da tarifa* o marco aglutinador de ideias, com organização e planejamento junto a outros coletivos, mas que, posteriormente, por força das redes sociais digitais se transformou em uma ação coletiva organizada orientada pelos sujeitos que interagem na internet, havendo, assim, certa espontaneidade. As redes sociais digitais se apresentavam como instrumento de convocação e difusão da pauta ligada a *mobilidade urbana* com foco na redução da tarifa, o qual se tornaria posteriormente um espaço de articulação e visibilidade de novas demandas. Coloca-se que não havia uma predominância de ideologia, liderança ou movimento social organizado.

Uma série de hipóteses foi levantada no calor dos fatos sobre as motivações e os acontecimentos ao longo das Jornadas. Para alguns analistas, as motivações para protestar iam desde crise da representação, a influência das redes sociais, bem como a insatisfação com o governo em seus diferentes níveis. Maria da Glória Gohn (2014) sugere que as demandas que se aglutinaram em torno da má qualidade dos serviços públicos no Brasil seriam um dos grandes motivadores para a adesão as manifestações. A essa perspectiva se somava o aspecto negativo que os gastos com a copa do mundo tinham tomado e ainda temas como a PEC 37, e o, popularmente conhecido como Cura Gay. Essa série de questões foram peças que configuraram um ambiente de alta tensão social.

O estudo realizado pela Interagentes<sup>77</sup> sobre a mobilização via internet dos seis grandes atos em São Paulo demonstra que outros temas vão se somando ao protesto contra o aumento da tarifa de transporte público, como a violência policial, crítica a partidos políticos (em especial PT e PSDB) e a cobertura por parte de grandes veículos de comunicação<sup>78</sup>.

Em relação à violência policial parte dos analistas a colocam como motivação maior para adesão de outros indivíduos na cidade de São Paulo, fazendo com que os protestos

---

<sup>77</sup> O #Interagentes é uma empresa de comunicação digital que realiza articulações, ações de intervenção e monitoramento de redes. Para mais informações ver <http://interagentes.net/>. Acessado em 9 de maio de 2016. O estudo *CARTOGRAFIA DE ESPAÇOS HÍBRIDOS: AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013(2013)*, consiste em analisar postagens na rede social digital Facebook, no que tange aos seis grandes atos em São Paulo, indo do dia 5 de junho ao dia 21 de junho. Fazendo a análise do compartilhamento na página e detectando o capital social das mensagens. A partir daí são observadas as maiores autoridades nas páginas dos atos, conteúdo compartilhado. Assim a autoridade consiste em avaliar “[...] o valor do conteúdo de cada página ou nó a partir do número de compartilhamentos de suas postagens.” (INTERAGENTES, 2013, s.p)

<sup>78</sup> Uma pesquisa realizada pelo IBOPE para as organizações globos é representativa da heterogeneidade de pautas que circularam nos protestos. A pesquisa foi realizada no dia 20 de junho de 2013, junto a 2002 manifestantes em capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) mais o Distrito Federal. Mais detalhes em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acessado em 12 de julho de 2016.

ganhassem a afinidade do público pelo país, numa espécie de sentimento solidariedade aos manifestantes (GOHN, 2014; BELLO & FEITOSA, 2014; SINGER, 2013; DOWBOR & SZWAKO, 2013), o que do ponto de vista de comprovação empírica carece de dados em relação ao efeito no país.

O que sugerimos é que a narrativa em torno do conflito repressão x manifestantes (ação coletiva) trouxe uma tipo de visibilidade ao evento, ancorada no desejo latente de reivindicar frente a problemas persistentes na realidade brasileira, partindo das próprias experiências individuais do cotidiano, em que alguns acontecimentos concretos contribuíram para a adesão de novos manifestantes: O primeiro acontecimento é a forte violência policial contra jornalistas e manifestantes no quarto grande ato em São Paulo no dia 13 de junho de 2013, o que fez com que o MPL-SP abrisse a pauta, que se tornou visível a partir da adoção do slogan *Não é por 20 centavos* (INTERAGENTES, 2013). O segundo acontecimento é a mudança de postura dos meios de comunicação de massa em relação às manifestações que aconteceram em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, que passaram a narrar o conflito repressão X manifestantes como algo promovido por violência excessiva do Estado, em vez de uma ação motivada por vândalos, o que consolida o papel do Estado como o inimigo maior, auxiliando na consolidação dos eventos como lugar de todos. Malini (2013) lembra que textos sobre a liberdade foram replicados milhares de vezes no Twitter por conta da forte repressão policial e do papel da grande mídia nas primeiras manifestações.

Em uma pesquisa realizada em julho de 2013 (CNI-IBOPE, 2013), observando o cenário nacional, 89% dos entrevistados opinaram a favor das manifestações; 34% revelaram que participariam de uma próxima manifestação se houvesse. Nesse período da pesquisa, as manifestações iniciadas contra o aumento da tarifa já tinham ganhado outros contornos com novos *quadros de ação de coletiva*. O que possibilitou tal mudança foi à tensão em torno de quem teria o status principal de interlocutor das demandas. O papel de Interlocutor dos movimentos sociais referentes à melhoria da qualidade do transporte é questionada e outros interlocutores entram em cena, como o Anonymous e o #Vemprarua.

Outra hipótese levantada é que as narrativas empregadas por tradicionais empresas jornalísticas, a exemplo do Globo e Estadão, foram prontamente descartadas enquanto difusores de informação e formadores de opinião (AMARAL, 2013). Tal afirmação quando comparada com o estudo da Interagentes, não pode ser confirmada.

Observando o compartilhamento de informações nas páginas do Facebook dos seis grandes atos em São Paulo, organizados pelo MPL-SP, vemos que as empresas jornalísticas de grande e médio porte ao longo dos atos perderam o protagonismo na rede Facebook, notamos essa perda observando o ranking das vinte e duas maiores autoridades nos seis atos, nos quais destacamos o papel de três empresas de jornalismo.

Quadro 8 – Projeção da autoridade de três empresas jornalísticas nos atos em São Paulo. <sup>79</sup>

Empresas Jornalísticas	1º ato	2º ato	3º ato	4º ato	5º ato	6º ato
Estadão	1º	1º	1º	1º	3º	8º
Folha S. Paulo	9º	3º	5º	9º	12º	--
Carta Capital	5º	2º	--	--	--	--

Fonte: Intergantes, 2013.

No estudo que abordava às vinte e duas maiores autoridades por ato em São Paulo no Facebook, as empresas jornalistas nunca foram maioria no ranking em nenhum dos atos pesquisados. O que podemos extrair daí é que apesar de a cobertura Jornalística ser um tema que aparece em 9% das postagens, não podemos afirmar que as narrativas empregadas pelas empresas de comunicação foram puramente descartadas, tendo em vista o estudo apresentado, mas podemos observar que, na rede Facebook, houve uma constante disputa de narrativas no que tange aos eventos.

<sup>79</sup> Outras páginas pertencem a grupos de comunicação que aparecem no ranking são a Yahoo notícias (12º autoridade, 1º ato), Portal R7 (14º autoridade, 1º ato), O Globo (6º autoridade, 1º ato), Uol Notícias (12º autoridade, 2º ato), Rede Brasil Atual (21º autoridade, 2º ato), MSN Brasil (22º autoridade, 2º ato), Rádio BandNews FM (9º Autoridade, 3º ato), Catraca Livre (15º autoridade, 3º ato e 14º autoridade, 4º ato), NE10 (14º autoridade, 6º ato), Diário de Pernambuco (17º autoridade, 6º ato) e Diário do Rio de Janeiro (20º autoridade, 6º ato).

### 3.3. Os Eventos João Pessoa Avante II, III e IV.

Nesse ponto trabalharemos questões que perpassam os três eventos aqui pesquisados. O primeiro elemento em comum é que os eventos foram criados pelo mesmo indivíduo (XXX), que adicionou outros sujeitos como moderadores. As chamadas dos eventos fazem menção a um *MPL-JP*, tal menção é direcionada a um link que é um grupo de discussão no Facebook com o mesmo nome<sup>80</sup>. Grupo esse também criado por XXX em 13 de junho de 2013. XXY foi outro membro presente na organização dos eventos e que é um dos moderadores do grupo *MPL-JP*. Apesar dos Eventos II e III terem um link que direciona para o grupo, não consta na página que os eventos estavam ligados ao grupo *MPL-JP* no Facebook.

Os eventos funcionaram como espaços de participação, por meio dos quais sujeitos interagiram por meio de postagens, comentários, curtidas e compartilhando postagens de terceiros pela rede. O caráter público dos eventos significa que qualquer sujeito pode participar da página sem confirmar presença ou interesse pelo evento.

Gráfico 1 – Distribuição de postagem por evento.



Fonte: Elaborado pelo autor.

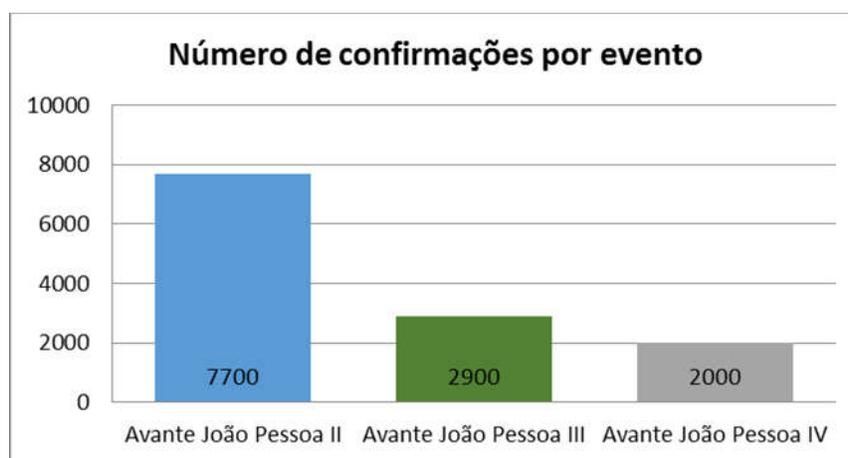
<sup>80</sup> O grupo *MPL-JP* é um grupo de discussão no Facebook, que conta hoje com 10.440 membros. Foi criado em 13 de junho de 2013. No layout da página há uma imagem de um ônibus lotado e os dizeres pela “Redução da tarifa do transporte público e maior qualidade”. Para maiores informações ver o site do grupo <https://www.Facebook.com/groups/268759536597896/>. Acessado em 25 de julho de 2016.

O gráfico mostra que o JPA II é o evento com maior participação dos sujeitos quando o critério é postagens. O evento II responde por 73% das postagens, caindo para 16% no evento III e 11% no evento IV.

O número de convidados decresce ao decorrer dos protestos. O JPA II teve 61 mil pessoas; os eventos seguintes tiveram respectivamente 35 mil e 31 mil convidados. Um fato interessante é que a diferença entre o número de convites e confirmações é auto. No JPA II, aproximadamente, 12,62% dos perfis confirmam sua participação no evento, continuando em queda nos eventos seguintes, com 8,28% de confirmação no JPA III e 6,45% no JPA IV.

A comparação dos dados mostra que é alta a capacidade de fazer circular a informação sobre os protestos, observando-se o número de convidados, mesmo com a queda acentuada ao longo do tempo; porém, se pensarmos em termos de participação, é baixa a taxa de adesão nas redes sociais digitais em relação ao alcance do evento<sup>81</sup>. Essa baixa taxa de adesão reflete diretamente na interação discursiva no ambiente do site dos eventos; como demonstrado no gráfico anterior, há uma queda acentuada do JPA II para os demais eventos quando observado o número de postagens. O decréscimo de confirmações ao longo dos eventos impacta diretamente na expectativa de participação dos indivíduos.

Gráfico 2 – Distribuição de confirmações por evento.



Fonte: Elaborado pelo autor.

<sup>81</sup> No presente caso é observado adesão x alcance.

O decréscimo de confirmações quando comparados os evento II e III é de aproximadamente 62,34%. Quando comparados os evento II e IV, o decréscimo de confirmações é de 74,03%, o decréscimo entre os eventos III e IV é de 31,03%. Vemos aqui uma queda acentuada dos últimos eventos em relação ao primeiro evento no que tange à participação, o que reflete na multiplicidade de temas relevantes e, conseqüentemente, nos quadros de ação coletivas que tenham algum impacto nas mobilizações.

### **3.4. Notas metodológicas: abordando os eventos João Pessoa Avante II, III, IV.**

Após algumas considerações sobre o contexto histórico e social, bem como a base de análise e para estabelecermos indagações pertinentes à pesquisa, vamos agora apresentar o desenho metodológico da pesquisa. Para tal, adotamos pressupostos epistemológicos que estabelecem a natureza da nossa pesquisa empírica. Assim, adotamos uma perspectiva voltada ao estudo de caso com viés qualitativo, abordando em conjunto com alguns elementos quantitativos, como número de mensagens e recorrência dentro de um espaço tempo, observando uma serie de tipologias de acordo com o agrupamento dos dados.

Buscamos compreender os quadros de ação coletiva (SNOW & BENFORD, 1986, 2000) produzidos em três eventos na rede social Facebook, entendido aqui como um ambiente de interações tecnomediadas (MALINI E AUTON, 2013), tendo em vista reconhecer a origem e o comportamento dos quadros de ação coletiva no fluxo comunicativo dos eventos.

Propomos aqui um estudo de caso baseado na análise de postagens relacionada a três páginas de eventos de protestos que têm como base o Facebook, que, em síntese, é uma rede social digital fundamentada na interação entre perfis, no qual o sujeito pode se conectar a comunidades e adicionar aplicativos a sua conta de usuário (RECUERO, 2009).

O estudo de caso têm como intuito dissecar as estratégias de informação que envolvem as postagens nos eventos escolhidos, tomando como ponto de partida os quadros sugeridos pelo grupo criador do evento, tendo em vista o processo de enquadramento e sua influência na interação dos discursos em um evento de protesto convocado a partir da internet.

Para tal, devemos levar em conta que os eventos aqui escolhidos se configuram como os que tiveram o maior número de convites e confirmações, recebendo algum tipo de cobertura jornalística da imprensa, sendo assim o nó central na internet de articulação das mobilizações na cidade de João Pessoa<sup>82</sup>. A característica em comum entre os três eventos é que esses estão relacionados a um ciclo de eventos regionais que tem ligação direta com o cenário nacional em que se desenrolaram as Jornadas de Junho de 2013.

A análise de eventos regionais relacionados às *Jornadas de Junho* de 2013 apresenta um limite legítimo para um estudo de caso, tendo em vista que a apreciação detalhada de um caso específico permitira explicar o comportamento dos quadros de ação coletiva a partir de uma rede social digital. Nesse caminho, buscamos uma abordagem que relacione os enquadramentos individuais e coletivos, debruçando-se assim sobre os elos e formas de interação entre os perfis participantes nos Eventos: JPA II, JPA III e JPA IV, de modo que possamos abordar retrospectivamente um conjunto de acontecimentos nos meses de junho e julho de 2013.

O uso individual de equipamentos que possibilitem acesso a uma plataforma virtual, estruturada em forma de uma rede de compartilhamento de mensagens em seus diversos formatos, promove uma série de ações prontamente registráveis como dados para a pesquisa sociológica. A ação é codificada e armazenada, podendo ser gestada pelo o usuário junto à plataforma Facebook, uma espécie de produção colaborativa de dados, que envolve peculiaridades. O usuário se associa ao Facebook e passa a gerar conteúdo que é coletado. Os termos de uso do Facebook estabelecem a coleta e o modo de armazenamento das informações geradas pelos perfis e páginas, bem como o compartilhamento dos dados com os parceiros da plataforma, estabelecendo uma espécie de vigilância constante sobre a produção de conteúdo, tendo como finalidade a captação de todos os dados produzidos.

---

<sup>82</sup><http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/06/manifestacoes-comecam-antes-da-hora-marcada-em-joao-pessoa.html> acessado em 3 de abril de 2015 <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/06/protestos-terminam-em-clima-pacifico-em-joao-pessoa-e-campina-grande.html> acessado em 3 de abril de 2015 <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/06/joao-pessoa-tem-mais-protesto-e-manifestantes-invadem-integracao.html> acessado em 3 de abril de 2015 <http://www.jornaldaparaiba.com.br/cidades/noticia/109066-veja-imagens-de-mais-um-dia-de-protestos-em-joao-pessoa> acessado em 3 de abril de 2015 <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/07/protesto-em-joao-pessoa-se-encerra-sem-registro-de-incidentes.html> acessado em 3 de abril de 2015

A abordagem busca observar o alinhamento entre os discursos individuais e os quadros de ação coletiva que se estabelecem nos eventos, debruçando-se sobre os elos e as formas de interação discursiva a partir da escolha de postagens com maior repercussão nos eventos aqui escolhidos, de modo que possamos abordar retrospectivamente um conjunto de acontecimentos nos meses de junho e julho de 2013. Esse alinhamento poderá ser visto por meio das postagens e seus respectivos comentários.

Os eixos temáticos tomados como norte para a observação dos quadros de ação coletivos têm como referência as pautas propostas na chamada de cada evento, postados logo no início da página, constando o nome do evento, dia, horário e descrição das reivindicações. A observação agrega ainda eixos temáticos que surgiram por força da interação dos perfis nas páginas e que se tornaram relevantes a partir dos critérios de seleção aqui constituídos.

A observação por eixo temático permitiu a pesquisa construir uma dinâmica de controle sobre as postagens dos perfis, em meio à dispersão de temas que postagens individuais podem aparentar.

Os *quadros de ação coletiva* são vistos a partir das postagens e comentários tecidos pelos perfis individuais ou representativos de entidades de classe, sejam partidos, associações, sindicatos entre outros.

A adesão dos sujeitos em algumas mobilizações pelo Brasil é condicionada por múltiplos fatores como a capacidade de mobilização das organizações coletivas e ainda algum tipo de afinidade com algum tema, a exemplo do contra a “Cura gay” ou contra a PEC 37, juntamente com a forte repressão da PM e a visibilidade das manifestações nos veículos de comunicação.

Para uma abordagem a partir dos *quadros de ação coletiva*, buscamos a perspectiva de enquadramento das narrativas e discussões a partir do fluxo comunicativo e dos significados dados pelos atores envolvidos nos eventos no Facebook, que, por sua vez, seriam influenciados por atores com maior experiência em construir *quadros de ação coletiva*, proporcionando um conjunto de elementos de ação e interpretação, frente aos múltiplos significados e demandas expressas nas Jornadas de Junho de 2013, a exemplo do *MPL*, com bordões do tipo “Se a passagem não baixar a cidade vai parar” ou ainda “Por uma vida sem catracas”.

O desenho da pesquisa possibilitou irmos além de premissas essencialistas que determinam o ativismo político a partir do conteúdo semântico das causas defendidas, sem

levar em conta os espaços e ferramentas por meio das quais se desenvolve a ação ativista. Assim, para finalidades analíticas, não se devem desvincular a ação ativistas dos elementos ideacionais que a sustentam, bem como o suporte material.

O processo de enquadramento se baseia em uma espécie de laço de solidariedade que repousa na interação entre atores sociais, no qual o sujeito associa a sua perspectiva de mundo à de outro sujeito, que tanto pode ser por compartilhar uma mesma causa (diminuição da passagem) ou por uma possibilidade de alinhamento de causas diferentes em ações conjuntas que fortalecem um evento comum e, por consequência, as demandas ali inseridas, Ou ainda por um componente emocional de indignação, frente a um ato brutal, por exemplo, a repressão policial sofrida pelo movimento. Haveria, assim, múltiplas dimensões no alinhamento de quadros individuais com um quadro de ação coletiva.

Observamos como os quadros de ação mobilizadores, se formam, interagem e se alinham em uma página de uma rede social digital, ajudando-nos na análise da dinâmica de mobilização de atores, tendo em vista os múltiplos temas que aparecem nos eventos aqui elencados, a exemplo do passe livre e PEC 37. A observação de como o alinhamento do quadro varia em relação ao contexto pode ser visto no slogan “Não é só por 20 centavos”, que ficou bastante popular como bordão nos protestos de 2013 em São Paulo, ganhando um equivalente nacional no termo “Não é por centavos é por direitos”. Enquanto o primeiro slogan revela a especificidade do valor aumento da tarifa relacionado a um tempo e espaço particular, o segundo slogan denota um realinhamento baseado numa generalização do significado, desvinculado de um tempo e espaço particular, sendo possível de ser usado em qualquer lugar e momento. A resignificação traz consigo a amplitude de ideias, característica das Jornadas de Junho de 2013.

A partir dos elementos aqui expostos, tendo em vista uma sistematização dos dados com a finalidade da construção de uma análise coerente, pontuamos o tratamento dos dados em dois níveis diversos.

No primeiro nível, analisamos a chamada principal na página dos eventos no Facebook para as mobilizações denominadas JPA II, III e IV. Entendemos que as chamadas são a forma visível dos quadros de ação coletiva para a organização dos eventos, por meio do qual podemos observar a variação das interpretações e os vínculos de interação que se estabeleceram nas páginas dos eventos.

Em um segundo nível, analisamos as postagens e os comentários realizados pelos perfis dos atores que aderiram aos três eventos JPA, recortando o período que vai de 21 de junho, momento em que é criado o evento JPA II, indo até o dia 11 de julho período do último protesto sobre o nome JPA IV, tido como o último grande ato na cidade e alinhado com o Dia Nacional de Lutas, marcando uma cisão entre os sujeitos que vinham alinhados em um ciclo de protestos.

O modo como os quadros são trabalhados visa construir uma lógica de análise baseada nos vínculos que se estabelecem (Relacional) via postagens e comentários nos eventos, observando que não há *quadros de ação coletiva* que tenham essência, pois, na realidade, eles são resultados sempre de um processo que abarca, às vezes, criação, reprodução ou transformação de ideias que envolvem alguma consequência prática, ou seja, o processo de enquadramento é sempre um fluxo de ideias e ações.

O foco é a cidade de João Pessoa. Destacamos, em particular, os eventos no Facebook: JPA II, III e IV<sup>83</sup> observando por nós o período que vai de 21 de junho a 11 de julho.

O estudo visa empreender assim um mapeamento exploratório que envolve a análise dos quadros, tendo em vista o confronto político e o processo de mobilização via rede social digital. Ao longo do caminho escolhido para o recolhimento dos dados, percebemos alguns questionamentos e observações primárias para a composição do tratamento dos dados.

Temos em mente que a ação coletiva orquestrada por via das redes sociais digitais tem que alinhar objetivos compartilhados e determinados em algumas esferas de decisões junto com interesses individuais, alguns objetivos dissonantes entre as pessoas que resolvem aderir a eventos de mobilização.

Outros fatores salientados são a observação das orientações prestadas no site do evento para a mobilização e as disputas que se estabelecem a partir aí, bem como o conteúdo das postagens que apontam para uma dinâmica de coalizão ou concorrência, tendo em vista a dimensão conflituosa entre as narrativas, reafirmando que o foco de análise são os vínculos que as postagens trazem no processo de interação na página dos eventos. Esse é um aspecto pertinente à observação do processo social de observação do alinhamento de interesses. As

---

<sup>83</sup> JPA II: <https://www.Facebook.com/events/462929787130698/>. Acessado em 20 de abril de 2014.  
JPA III: <https://www.Facebook.com/events/205767689580472/>. Acessado em 20 de abril de 2014.  
JPA IV: <https://www.Facebook.com/events/395533803901329/>. Acessado em 20 de abril de 2014.

coalizões respondem a demandas do contexto, geralmente voltadas para atender a demandas contingentes em um espaço - tempo de curta duração.

As ações coletivas de longa duração tendem a construir uma lógica institucional e a serem fomentadas por organizações estruturadas, arregimentado militância e construindo *quadros de ação coletiva* com maior duração histórica. A duração está relacionada ao contexto histórico, suas oportunidades políticas e a operacionalidade do *quadro de ação coletiva* pretendido como válido (SNOW & BENFORD, 1986, 2000; TARROW 2009; TILLY, 1978, 2010). Um exemplo do processo de consolidação de ações coletivas em formatos institucionalizados é o Movimento Sem Terra, que tem seu histórico de formação nas lutas camponesas relacionadas à reforma agrária, a partir do qual constrói um aparato de ação formal com estratégias de lutas, entre elas a ocupação de terras improdutivas e informação sobre sua atuação, construindo um enquadramento sobre a questão agrária no Brasil, ou seja, passa a arquitetar estruturas políticas e sociais que dão base à formação do movimento, demarcando sua identidade e campo de ação<sup>84</sup>.

Outro aspecto relacionado à observação dos quadros de ação são as chamadas para os protestos, que se constituem como narrativas que buscam situar os problemas, o tipo de conflito e o “inimigo”, em um protesto de múltiplos enquadramentos, o quadro *mobilidade urbana* vai se realinhando frente às transformações das interpretações de maneira que possa dar sustentação à ação coletiva. Temos sempre em vista que os quadros de ação coletiva estão relacionados a um repertório de ação coletiva, que são os eventos de mobilização via Facebook.

O modo como são difundidos os quadros no processo de mobilização, revelam a dinâmica do evento, prefigurando o tipo de organização da ação coletiva. No caso de um evento no Facebook, a arquitetura da página influencia o modo como interagem os enquadramentos enquanto postagens. Nesse desenho metodológico, é importante descrever, compreender e interpretar quais são as características do processo de mobilização, levando em consideração que qualquer forma de generalização analítica pode construir uma indução incapaz de passar pelo crivo da experiência analítica, assim construímos nossa argumentação de modo a não induzir a nexos causais entre os fatos, fugindo de uma análise que visa abordar a substância das coisas, apontado assim para uma análise relacional.

---

<sup>84</sup>Para mais informações: <http://www.mst.org.br/> acessado em 23 de maio de 2015.

### 3.4.1. João Pessoa Avante: Mapeamento dos eventos no Facebook.

As Jornadas de Junho de 2013 foram marcadas por diversas bandeiras de luta, que iam de demandas pontuais, bem delineadas em seu conteúdo, a exemplo da PEC 37, e ainda demandas com maior enraizamento social e histórico, a exemplo da luta por *mobilidade urbana* e os direitos LGBT. Nos protestos, uma série de demandas estava relacionada a um conjunto de disputas com relevância sociopolítica em nível nacional e local, a exemplo da PEC 37, maioria penal e redução da tarifa.

Como observado no presente estudo, o tema *mobilidade urbana*, ligada à questão da tarifa, foi o quadro pujante das manifestações em seu conjunto. Os eventos na internet surgem como uma estratégia de propagação dos quadros de ação coletiva, tendo em vista amplificar o quadro principal e os quadros secundários avalizados pelo *MPL-JP*.

Um aspecto que denota a centralidade das redes sociais digitais para a mobilização de pessoas e recursos no caso do JPA II, III e IV é o baixo custo da participação para grupos e indivíduos, favorecendo assim uma maior adesão ao evento, o que não significa uma maior taxa de comparecimento aos protestos na rua. Há um baixo custo da participação quando um ator tem que mobilizar poucos recursos para participar de uma mobilização. O sentido de custo é pensando sobre que tipo de disponibilidade – tempo e financeira - os atores tiveram para participar das ações coletivas e mesmo quais os recursos os atores têm para tomar conhecimento da ação coletiva e suas demandas. Nessa perspectiva, Pereira (2011) argumenta que o espaço virtual permite que a participação das pessoas transcenda aos habituais espaços decisórios, como as assembleias dos movimentos e plenárias, possibilitando que mais indivíduos possam escolher entre aderir ou não ao evento, desde que conectado à rede.

O processo de expansão da internet, com seu entrelaçamento às esferas produtivas, educativas e à vida privada dos indivíduos, faz com que a mobilização de atores para a realização de eventos ganhe uma nova dinâmica. O compartilhamento de conteúdo entre os sujeitos proporciona uma maior visibilidade dos eventos, que, por sua vez possibilita maior participação.

Nas linhas até aqui expostas no presente texto, elementos como baixo custo da participação, visibilidade, alinhamento de demandas diversas em um único evento de protesto, bem como a estrutura técnica que envolve, são mostradas como características destaques para o entendimento proposto, pesando para a escolha dos critérios de exame do objeto de pesquisa e o conseqüente desenvolvimento do argumento de análise ao longo da tese.

O objeto de análise escolhido contém múltiplas reivindicações de sujeitos, com identidades bem delineadas dos movimentos sociais e sociedade civil, porém os eventos de protestos agregaram uma variedade de atores, passando por pequenos grupos de afinidade organizados via internet, por movimentos sociais com demandas matérias e demandas de reconhecimento e direitos, instituições políticas, chegando a indivíduos sem nenhum um tipo de filiação organizacional.

No plano da análise sociológica sobre os eventos, estabelecemos o modo como os temas se tornam relevantes nos eventos no Facebook, e como perdem sua relevância, analisando em que medida os temas se constituem, ou não, enquanto quadros de ação coletiva. Visualizamos como se dá o alinhamento das postagens no site dos eventos em torno do quadro mobilidade urbana, visto como a espinha dorsal das mobilizações.

A análise dos quadros de ação é realizada por meio do diagnóstico dos temas de maior relevância na mobilização e o modo como atores individuais e coletivos constroem um processo de alinhamento de ideias na fase online. Tal exame envolve a classificação das postagens. Os quadros se expressam simbolicamente por meio de postagens que podem ser histórias, imagens, áudios e notícias escritas. As práticas adotadas nas páginas dos eventos de mobilização são a base para o exame dos repertórios de ação coletiva utilizados.

A partir do conjunto de ideias expostas, surge a seguinte indagação: Há uma “explosão de narrativas referentes” ou de “quadro de ação referentes” que desnorream a ação de mobilização, possibilitando um novo horizonte para a mesma?

No lastro de tal questão, apresentaremos o modelo de sistematização dos dados aqui trabalhados.

### **3.4.2. Critérios de análise da interação discursiva.**

A presente pesquisa tem um enfoque qualitativo, em que o campo de pesquisa são eventos no Facebook e a dinâmica de ações coletivas que os envolve. A inserção nesse campo não requereu do pesquisador construir laços de confiança com os atores do ambiente observado, no que tange à captação das suas interações discursivas via postagens, em torno de um tema ou notícia.

As postagens e os comentários se forjam como instantâneos da interação discursiva entre indivíduos e ficam armazenados à medida que o evento não é apagado, estando acessível a aqueles que dominam a técnica plausível para o acesso à rede (RECUERO, 2009), desde que o evento pesquisado seja público. Assim, os discursos podem ser acessados via postagem dos perfis em uma comunidade ou evento.

A política de compartilhamento do Facebook em um primeiro momento torna as postagens de um perfil, grupo ou evento, acessíveis a qualquer usuário, porém há mecanismos de restrição de acesso ao conteúdo das páginas, que podem ser utilizados pelos usuários, (RECUERO, 2009), por exemplo, nas configurações de privacidade, o usuário pode definir quem visualizará as postagens em sua linha do tempo.

Tendo em vista a presente reflexão, partimos de uma premissa do que é o objeto a ser tratado como dado, para, em seguida, delimitar critérios para a coleta dos dados e sua posterior sistematização para análise sociológica.

A premissa, que está no plano do processo comunicativo, é encarar as postagens nos eventos enquanto registros instantâneos de interações entre perfis de atores sociais. São esses perfis que se alinham a outros, pelo processo de filiação ou conversação (RECUERO, 2009). A manutenção das interações entre perfis em nível técnico depende do sistema em rede fomentado pelas máquinas, mas também depende dos usos e afinidades dos atores. A dimensão técnica se torna inseparável da interação social, sendo base para gerir a conexão entre os atores, por via dos perfis que compartilham o ambiente comunicacional que transcende os limites geográficos da interação face a face, ampliando o potencial de mobilização de ideias e sujeitos (RECUERO, 2009; MALINI E ANTOUN, 2013). Assim, o tipo de interação que selecionaremos para a análise será o processo de conversação via

comentários em postagens, que é uma ação baseada no reflexo comunicativo, ou seja, baseada no estabelecimento de vínculos comunicativos entre perfis (RECUERO, 2009).

O primeiro critério é a seleção das postagens, a partir do número de comentários, observando também o número de curtidas das postagens. Ao levarmos em conta esse entrelaçamento, buscamos observar de que modo as interações discursivas dos perfis se estruturam e influenciam, ou não, na construção do processo de alinhamento dos quadros de ação nas páginas dos eventos. No tocante a análise, as postagens que não se adequaram ao primeiro critério de seleção foram, primariamente, descartadas em relação ao critério principal que é a interação discursiva, porém foram catalogadas com intuito de mapear o cenário que é um evento de protesto. Nessa perspectiva, privilegiamos a interação baseada na troca de mensagens entre perfis, como caminho para analisarmos o processo de enquadramento de protesto no Facebook.

O mapeamento das páginas foi realizado através da separação das postagens por eixos temáticos, a fim de possibilitar uma maior coesão de análise e exposição dos dados, dando uma melhor sistemática. Os eixos temáticos serão tomados a partir do mapeamento realizado nas páginas dos eventos, dentro de um recorte temporal que vai de 21 de junho, data da criação do evento JPA II, a 11 de julho, data da realização do JPA IV. O mapeamento tem como sustentação a descrição dos eventos no qual se observam o tema central e os temas adjacentes, bem como os objetivos pretendidos. O mapeamento possibilitou observar quais temas se afirmavam a partir da sua recorrência média diária nas páginas dos eventos. Um segundo aspecto observado foi o tipo de postagens naquele ambiente, tendo em vista a classificação do conteúdo, cuja finalidade foi observar a interação dos atores com os temas proposto e a possível emergência de algum tema não proposto pelos organizadores do evento.

Os critérios expostos são à base da construção da amostra de pesquisa. Uma investigação fundamentada na análise de quadros de ação coletiva, tendo em vista os vínculos dos perfis com base na escolha das postagens pelo grau de interação discursiva.

A coleta de dados foi feita via impressão em modo pdf das páginas selecionadas para uma posterior catalogação e descrição do objeto. A impressão permitiu armazenar as postagens, a fim de construir um banco de dados. Feito o armazenamento observamos o número de postagens totais feitas nas páginas, separando-as por dia de postagem a fim de obter a recorrência das postagens por evento.

A coleta do material foi efetuada vinte meses depois da realização do primeiro evento do JPA, realizado em Junho de 2013, o que faz com que a página do Facebook tenha alguns anexos indisponíveis e postagens deletadas. Em fevereiro de 2015, mês em que fizemos a impressão dos dados apareceram postagens, que iam até dezembro de 2014, mas, para a finalidade da pesquisa, descartamos os dados que se encontram fora do recorte temporal, 21 de junho a 11 de julho de 2013. Outro critério de descarte estava ligado a postagens que estavam com aviso de indisponível e postagens com propaganda comercial.

A impressão em modo pdf abarcou todo conteúdo de postagens dos eventos no primeiro momento totalizando: 498 páginas em PDF da página JPA II; 106 páginas em PDF da página JPA III; 95 páginas em PDF da página JPA IV. Em seguida fizemos um recorte dessas páginas de modo a enquadrar na linha temporal aqui desejada. Em relação ao primeiro evento, foram relacionadas para a análise 458 páginas, no qual 40 páginas foram descartadas por estarem fora do recorte temporal. Em relação ao segundo evento, foram relacionadas 93 páginas para análise e o critério de exclusão de 13 páginas foi o recorte temporal. Por fim em relação ao terceiro evento selecionado, das 73 páginas, 22 páginas foram excluídas por força do recorte temporal. Nos casos do JPA II e III, o recorte de análise vai até o dia posterior à realização dos eventos, observando algumas postagens que avaliavam a mobilização e postagens que perguntavam quando haveria um novo evento. No caso do JPA IV, examinamos as postagens até o dia de realização do evento.

No total foram catalogadas 1040 postagens, sendo que 759 postagens eram do JPA II, no ato JPA III, foram 169 postagens e 112 postagens no ato JPA IV.

A coleta de dados em uma rede social digital tem suas limitações por conta de seu acesso e disponibilidade ao conteúdo dos eventos. Um exemplo é a indisponibilidade no Facebook da página do primeiro ato, que aconteceu no dia 20 de junho em João Pessoa e contou com vinte duas mil pessoas presentes nas ruas<sup>85</sup>.

Uma limitação é que as postagens podem ser apagadas ou editadas, permitindo com que dados sejam manipulados a qualquer momento pelo usuário (RECUERO, 2009). Os dados digitais, em qualquer sistema on-line, têm as características de ser volátil. Assim a arquitetura do sistema, é que garante o armazenamento e tipo de visibilidade dos dados. Outro

---

<sup>85</sup> Para maiores informações ver, <http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20130620181556&cat=paraiba&keys=manifestacao-joao-pessoa-reune-mais-mil>. Acessado em 10 de agosto de 2016.

aspecto é que o armazenamento no caso das redes sociais digitais está relacionado a política de dados<sup>86</sup>. No momento que fazemos o armazenamento dos dados via impressão em pdf das páginas dos eventos e print de algumas postagens, estamos capturando um retrato instantâneo de uma dinâmica de interação em uma rede social digital, delimitando o grau de variação e de indeterminação da rede social (FERREIRA e FONTES, 2013).

Por fim, nossa metodologia envolve um estudo de caso de três eventos de protesto na cidade de João Pessoa no ano de 2013, fundamentado em uma análise documental, alicerçado em um recorte histórico recente do contexto brasileiro, envolvendo o exame comparativo dos quadros de ação coletiva abordados a partir dos manifestos, que são postagens fixas que descrevem os eventos, lançados na página das mobilizações no site Facebook.

O exame comparativo dá destaque às postagens que envolvam maior interação discursiva e que estejam relacionados aos quadros de ação postulado no manifesto da página. No que tange a análise comparativa, mantemos o foco no enquadramento proposto pela organização dos eventos em relação a outros quadros.

O desenho metodológico, aqui posto, buscou analisar o enquadramento proposto dos eventos, tendo em vista o processo de alinhamento de interpretações nas interações dos participantes em relação à interpretação proposta pela organização dos eventos.

### **3.4.3 Por uma classificação relacional das postagens para estudo dos quadros de ação em redes sociais digitais.**

A primeira parte da classificação das postagens se dá em dois momentos entrelaçados e surge como mecanismo de filtragem das postagens pertinentes, tendo em vista estabelecerem os eixos temáticos de maior repercussão nos eventos.

---

<sup>86</sup> A política de privacidade do Facebook, basicamente recolhe todos os dados que os usuários inserem sobre si mesmo e sobre terceiros, indo desde informações sobre o dispositivo que se utiliza para conectar a dados sobre pagamentos que utilizem a plataforma. Para mais detalhes ver, <https://www.Facebook.com/privacy/explanation>. Acessado em 11 de agosto de 2016.

No primeiro momento, foi construída uma classificação genérica dos temas relevantes, tomando como ponto de partida a média diária de recorrência de postagens nas páginas. A partir, daí se mapearam os temas com maior repercussão em cada evento, para que, posteriormente, fosse aferida a evolução dos temas escolhidos para a análise.

O critério de relevância foi construído a partir de dois parâmetros que funcionaram como mecanismo de exclusão dos temas com pouca atenção, separados em uma categoria residual, denominada de *Outros*.

O critério primário é o número de repetições das postagens relacionados a um tema na linha do tempo das páginas. O número de repetições demonstra quais temas têm maior aparição no período de tempo delimitado para a observação de cada evento.

O critério secundário está relacionado aos temas elencados nas chamadas dos eventos selecionados, que se encontram no início da página de cada evento como postagem fixa<sup>87</sup>. Os temas colocados na postagem são pré-selecionados como relevantes por serem destacados pela organização do evento, detendo algum nível de influência nas mobilizações, porém a análise das postagens está submetida ao critério primário. Assim um tema pode aparecer na chamada principal, mas quando teve baixa ou nenhuma aparição na página do evento, foi excluído da análise principal.

Observando o critério de relevância surgiram temas não propostos na chamada e que tiveram ampla aparição na página, ganhando assim relevância para o presente mapeamento.

A partir desses dois critérios, elencamos os temas de maior relevância observando o modo como repercutem na linha do tempo das páginas. Assim um tema que foi relevante em um evento pode ser enquadrado nos eventos seguintes na zona *Outros*.

Em termos práticos, na zona de agregação *Outros*, serão alocados os temas que ficaram abaixo da média de uma postagem por dia, levando em consideração os dias que vão da data da criação dos eventos até o dia de realização, criando uma medida de corte de seis postagens por evento.

---

<sup>87</sup> Postagem fixa é uma postagem afixada pelo administrador no início da página de um evento, grupo ou comunidade no Facebook, com a (s) proposta. A postagem fixa só pode ser manipulada pelo(s) administrador (ES) da página e não sofre influência direta do Feed de notícias. Para mais informações ver <https://pt-br.facebook.com/help/327131014036297/>. Acessado em 05/06/2016.

Em seu segundo momento, a classificação das postagens visa à catalogação do tipo de mensagem por tema relevante. As postagens são vistas a partir do tipo de conteúdo das suas mensagens, levando em conta os atributos e observando as limitações da análise de conteúdo das postagens para redes sociais digitais, em específico o Facebook.

Observados o critério de relevância das postagens e o número de interações discursivas que uma postagem detém, fizemos o agrupamento das mensagens em três níveis distintos de análise, para fins de capturar de melhor modo possível o comportamento dos quadros de ação coletiva, sempre tendo em vista a comparação com o enquadramento proposto pela organização dos eventos no Facebook.

No primeiro nível estruturamos os temas, separando o nível de atenção que os quadros de ação coletiva detiveram nos eventos, construindo uma classificação geral dos temas e tipos de mensagens nos eventos, já que envolveu a totalidade das postagens feitas nos eventos dentro de uma linha temporal demarcada.

Em um segundo nível, separamos as cinco postagens com maior número de comentários em um dia, adotando como critério secundário as curtidas de classificação. A escolha do número de postagens foi aleatória e tem o intuito de descobrir a rotina das interações discursivas em relação ao processo de contestação do enquadramento. Desse modo construímos um segundo nível centrado numa amostra controlada tendo em vista a rotina. O segundo nível permite analisar a dinâmica diária dentro de um conjunto temporal.

No terceiro nível agrupamos postagens que tinham dez ou mais comentários, o que permitiu analisar quais são os temas mais abordados, em quais momentos e em quais eventos, traçando a relevância de cada evento dentro do conjunto da análise.

Logo, o primeiro nível traça as características de cada evento, permitindo uma comparação entre eles, observando como o repertório de ação coletiva (eventos) se comporta e quais quadros de ação coletiva se destacam a partir dos eixos temáticos. O segundo nível permitiu analisar a rotina dos quadros de ação coletiva, observando o seu desenvolvimento ao longo dos três eventos. O último nível permitiu analisar a variação da relevância dos quadros de ação coletiva nos três eventos.

Para fins de construção de uma tipologia de análise de conteúdo, utilizamos o estudo intitulado “*Metodologia de pesquisa de blogs: análise das eleições presidenciais de 2006 e o movimento "Cansei"*”, que é fruto de reflexões de pesquisa realizados por Araujo, Penteado e Santos (2009). Neste trabalho é observada uma série de classificações para a

análise do universo dos Blogs, que envolve análise histórica, classificação dos tipos de blogs, interatividade, links, biografia, análise do conteúdo das postagens, análise das imagens, temas abordados e comentários e, por último, a análise da interatividade.

No que concerne ao estudo de uma rede social digital, alguns elementos foram trazidos para a análise no Facebook. Adoção de uma classificação que contemple a análise do tipo de postagens a partir dos conteúdos, para que possamos estabelecer um recorte dos tipos de discursos das postagens a fim de caracterizar quais os quadros que detêm maior destaque nas páginas, caracterizando o evento diante do recorte temporal escolhido. ARAUJO, PENTEADO e SANTOS (2009) propõem a seguinte tipologia para análise de conteúdo de postagens em blogs:

a) Informativa (direto e indireto). Trata-se de mensagens cuja intenção está restrita à informação de um fato, sem a emissão de juízos ou reflexões, podendo ser informativa direta, quando o próprio autor traz a informação, ou informativa indireta, quando o autor da mensagem traz uma informação cuja responsabilidade é de um terceiro (...) b) Opinativa. Quando trazer na própria informação uma opinião a respeito de um fato, argumentada ou não, a mensagem será classificada como opinativa (...) c) Avaliativa crítica. Uma mensagem que tenha um ponto de vista argumentado a partir de uma cadeia lógica reflexiva, levantando hipóteses, avaliando argumentos, recuperando informações, será classificada como avaliativa crítica. (...) d) Irônica. A mensagem será classificada dessa forma quando o autor revelar seu ponto de vista, pela escritura, usando o recurso da ironia. (...) e) Posicionamento político. Mensagem na qual o conteúdo expressa um posicionamento político que conduz a lógica expositiva do argumento, possuindo elementos ideológicos e partidários. f) Propositiva. Aqui o autor estará preocupado em encontrar soluções para um problema, ainda que haja a tentativa de evidenciar, como forma de argumentação, a ineficácia de uma ação que poderia ser diferente (...) g) Avaliativa moral. Mensagem que reflète, além de uma opinião do autor, um julgamento moral. Essa categoria permite verificar em que medida os acontecimentos estão influenciando os humores dos internautas e revelam se os autores estão envolvidos emocionalmente com um acontecimento. Também é avaliativa moral uma mensagem que demonstre uma opinião dogmática e moralista e que tome essa forma de pensar como referência para uma conduta agressiva em uma discussão. (ARAUJO, PENTEADO e SANTOS, 2009, p. 167-168).

A classificação adaptada do estudo de Araujo, Penteado e Santos (2009), envolve o redimensionamento de alguns limites.

A primeira adaptação da classificação é em relação ao conteúdo. Na presente pesquisa, a tipologia serve para descrever as postagens no seu caráter genérico, e não envolve a classificação da troca de mensagens, pois elas serão analisadas, tendo em vista o fluxo comunicativo relacionado ao enquadramento do tema. Assim é o modo como os vínculos se estabelecem a partir do tema relevante.

Uma primeira diferenciação em relação à classificação adotada (ARAUJO, PENTEADO e SANTOS, 2009) é que, na impossibilidade de diferenciação entre o tipo opinativo e o tipo avaliativo moral, no universo de interação discursiva abordada aqui, optou-se pela manutenção do segundo tipo, tendo em vista sua maior abrangência. Poderia argumentar-se que o tipo opinativo precedido de uma informação se diferencia do julgamento moral, porém ambos se fundamentam em um modo de pensar, seja individual ou coletivo, que se caracteriza pela incerteza de uma cadeia lógica de reflexão, com base em um juízo de valor.

A segunda diferenciação é a adição de um tipo denominado de dúvida, que se trata de uma mensagem que veicula a falta de certeza em relação a algo, por meio do qual o autor questiona sobre um fato ou informação sem fazer uma afirmação ou trazer um juízo de valor. Ainda nessa demarcação de características esse tipo de mensagem tem o intuito de obter uma informação ou uma posição dos atores sobre um fato ou informação veiculada nas páginas dos eventos. Perguntas, pedidos de informação e enquetes, são exemplos de mensagens do tipo dúvida.

A segunda adaptação envolve ampliar a tipologia para além de uma noção baseada puramente nos atributos das mensagens, para uma fundamentada no caráter relacional delas. Aqui é bom observar as linhas de interação discursiva vistas em Recuero (2009): interação reativa e interação mútua.

Quadro 9 – Tipos de laços e interações sociais.

Tipo de laço	Tipo de interação	Exemplo
Laço associativo	Interação reativa	Decidir ser amigo de alguém no Orkut, trocar links com alguém no Fotolog, etc.
Laço dialógico	Interação mútua	Conversar com alguém através do MSN, trocar recados no Orkut, etc.

Fonte: RECUERO, 2009, p. 40

Uma interação reativa é baseada em um processo de associação a ideias ou a um meio social de forma passiva, em que há um fluxo da comunicação unidirecional. Uma interação mútua é baseada em um processo dialógico no qual o fluxo comunicativo não determina uma direção das mensagens, sendo a relação baseada em algum tipo de troca criativa, que ultrapassa parâmetros. Dessa forma observar que tipo interação discursiva existe no fluxo das mensagens em uma postagem, contribui para a ampliação da tipologia vista em Araujo, Penteadó e Santos (2009). Desse modo poderíamos, por exemplo, ter uma postagem do tipo informativa no qual os seus comentários estariam envolvidas em uma interação do tipo reativa mediante a troca de links. Essa tipologia, que relaciona atributos e vínculos, nos permite dá conta do fluxo comunicativo que envolve o processo de criação do enquadramento. Usaremos esse tipo de classificação nos níveis dois e três de análise das postagens, com o intuito de observar os comportamentos dos quadros de ação coletiva. Assim, observaremos que tipo de interações são reativas e que tipo são mútua no intuito de observar a forma de alinhamento das pessoas em relação ao *quadro mobilidade urbana*.

Em relação aos laços dialógicos, quando observada a ideia de interação mútua proposta por Recuero (2009), propôs-se um alinhamento com a ideia de *contested process* (SNOW & BENFORD, 2000) no que tange a observar um processo de debate que se forma em torno de uma postagem ligada a um tema específico, ou uma zona de agregação de postagens. Dessa forma classificamos o debate pela predominância de *interações mútuas sem*

*contestação*, quando os participantes conectados se envolvem em um processo discursivo marcado pela amplificação e alinhamento passivo ao quadro de ação coletiva que esteja em questão, e o seu antagonista as *interações mútuas com contestação*, que é quando ocorre o questionamento da validade de um quadro de ação coletiva. No presente caso, observa-se a contestação da demanda central e as demandas secundárias alinhadas no enquadramento, ou ainda a necessidade de um processo de esclarecimento do enquadramento, observando que, no caso da contestação, pode haver um processo de cisão com a visão de mundo proposta pelo movimento ou a necessidade de um realinhamento de ideias.

#### 4. João Pessoa Avante II, III e IV.

##### 4.1. Ponto de partida da ação narrativa.

Em julho e junho de 2013, nas manifestações ocorridas em todas as regiões do Brasil, uma multidão de vozes ecoou nas cidades, desvelando um conjunto de demandas, indo da qualidade do transporte a problemas com as obras da copa do mundo que se avizinhava. Uma série de disputas simbólicas foi se desenhando ao longo do tempo. De baderneiros aos salvadores da pátria, do passe livre à corrupção, as reivindicações se alastraram como transpondo um dique político abarrotado de interpretações sobre a conjuntura social, política e econômica. Mas quais eram essas interpretações? Um conjunto de enquadramentos analíticos surgiu nos meios acadêmicos, midiático e políticos. A disputa pelos significados das mobilizações estava em cena.

O ponto de partida reivindicado pelos atos realizado pelo *MPL-SP* (SINGER, 2013; GOHN, 2014), mas como colocamos há uma força multicêntrica (Belo Horizonte, Salvador, Goiânia, Porto Alegre e outros), ou seja, havia fluxos de sentidos e ações anteriores no qual ganham novos contornos em São Paulo, à medida que é o evento que representa o ponto de mutação para a construção de uma ação de contestação a nível nacional.

As Jornadas de Junho de 2013 foram uma espécie de *epicentro* da ação coletiva no Brasil. O *epicentro da ação coletiva* seria uma espécie de ponto conexão de ações e ideias, que por força das múltiplas entradas e saídas de experiências individuais e coletivas em espaços diversos em um contexto histórico, acaba ocupando papel de destaque ao tornar-se a força delineadora da ação coletiva. No ano de 2013, quando observados os diversos eventos de protesto pelo Brasil, as Jornadas de Junho de 2013 detêm uma posição de destaque, por conta da convergência de significados, atores e ações que por ela passam.

Se os primeiros atos levantam a temática sobre a falta de qualidade do serviço público de transporte, ecoando bordões do tipo “Se a passagem não baixar a cidade vai parar”, nos dias que se seguem múltiplas reivindicações são trazidas às ruas, como foi amplamente demonstrando na presente tese.

Os protestos se expandem por diversas localidades do país, assumindo um caráter local à medida que as demandas regionais são incorporadas as mobilizações e passam a dividir espaço com demandas nacionais (SINGER, 2013; GOHN, 2013).

As manifestações fazem parte de uma nova forma de movimento social, que se caracteriza por participação de uma maioria de jovens escolarizados, predominância de camadas médias, conexão por e em redes digitais, organização horizontal e de forma autônoma, e crítica às formas tradicionais da política da atualidade – especialmente os partidos e os sindicatos. As convocações para os atos foram feitas através das redes sociais, e a grande mídia contribuiu para a adesão da população ao noticiar a agenda, os locais e a hora das manifestações (GOHN, 2013, p.431-432).

As redes sociais digitais transcenderam o papel primário de *espaço de convocação*, tornando-se espaço de discussão e de construção de narrativas ou espaço de *contested process* no qual atores passam a constituir enquadramentos individuais de ação que interagem cooperando ou disputando espaço dentro de um evento de modo a alimentar, alinhar-se ou refutar os quadros de ação de coletiva que se desenvolvem na página. Tal processo mostra as disputas por tipos identitários que sustentem um confronto. O processo de construção de quadros de ação coletiva passa pela constituição de um tipo identitário de confronto ao qual o manifestante se alinhe. A forma de difusão de um tipo de identidade no cenário de protesto pode influenciar nos objetivos da ação de confronto.

Os alinhamentos de quadros são expressos de modos diversos, indo desde frases de efeito, imagens, replicação de noticiais, sugestão de pautas, questionamento de pautas firmadas no manifesto entre outras. Esse processo de enquadramento está sujeito diretamente ao manuseio da mídia social, estando relacionado ao modelo de circulação da informação nesse ambiente virtual e sua relação com as outras esferas da vida.

#### **4.2. Os eventos João Pessoa Avante II, III e IV.**

Na cidade de João Pessoa, ocorreram alguns protestos, relacionados às diferentes demandas e com convocação via redes sociais digitais. No conjunto da análise do conteúdo das postagens, em um primeiro momento, foi dado destaque aos manifestos. Foi observado que os eventos têm na sua criação um mesmo indivíduo, denominado XXX, e os eventos estão ligados à pauta de um movimento que primeiramente se denominou *AJP* e posteriormente de *MPL-JP*.

As Jornadas de Junho de 2013 têm algumas características peculiares em João Pessoa-PB, a organização se inicia por uma chamada realizada no Facebook no dia 15 de junho, composta por atores individuais (CABRAL, 2014). O grupo de pessoas que esteve presente a essa primeira reunião se intitulou de *AJP*, criando um perfil no Facebook com o mesmo nome, que tinha a função de reunir pessoas para que participassem da mobilização e divulgassem as ações de protesto na cidade.

O primeiro evento foi marcado para o dia 20 de junho de 2013, no período em que tantas outras manifestações aconteciam pelo país, e vinha posterior ao anúncio de redução da passagem feito pelo prefeito Luciano Cartaxo no dia 18 de junho de 2013, passando de R\$ 2,30 para R\$ 2,20<sup>88</sup>; porém como lembra Cabral (2014), o aumento da passagem tinha sido feito em janeiro de 2013. Há aqui uma longa distância entre a data do aumento, a redução da tarifa e a articulação mobilização dos protestos estudados, o que sugere que a repercussão nacional dos protestos criou a oportunidade política de contestação.

As mobilizações coletivas em João Pessoa têm seu suporte de criação na oportunidade política proporcionada por um cenário nacional de protesto, com grande visibilidade midiática, sejam nos grandes veículos de comunicação ou em redes sociais digitais. Sendo assim, a conjuntura nacional deteve maior peso na construção da mobilização em relação a conjuntura local. Isso se reflete nos temas que ganham destaque nas redes sociais digitais. Na primeira manifestação cerca de 20 mil pessoas haviam estado presente, enquanto a confirmação no Facebook foi de cerca de 10 mil pessoas.

A mobilização, em meio a um cenário de tensão entre demandas, trouxe no lastro das reivindicações ligadas ao quadro *mobilidade urbana*, outras questões que ganharam destaque, a exemplo da PEC 37, sendo estabelecida uma narrativa de contestação ao pretendido pelo projeto de emenda constitucional, demarcando como um projeto contra o interesse dos cidadãos e em favor dos quadros políticos, evidenciando uma posição por força da representatividade do tema naquele contexto nacional.

O projeto de Emenda Constitucional foi rejeitado no dia 26 de junho de 2013. Lemos (2015), em sua pesquisa sobre a derrubada da PEC 37 e o tipo de cobertura de grandes veículos de comunicação sobre a mesma, demonstra uma cobertura que encampa a posição do Ministério Público Federal e o seus correlatos Estaduais. Em uma análise de 351 textos, que

---

<sup>88</sup> Para mais informações ver <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/06/tarifa-de-onibus-cai-para-r-220-em-joao-pessoa-partir-de-1-de-julho.html>. Acessado em 30 de Janeiro de 2017.

vai de janeiro de 2012 a junho de 2013 e abarcam três jornais impressos – Folha de São Paulo, Globo e Estadão – e quatro revistas de circulação nacional – Carta Capital, Época, Istoé e Veja – a autora observou que a ampla maioria dos veículos construiu um enquadramento midiático contra a PEC 37. No mesmo período, o site do Ministério Público Federal havia veiculado 107 notícias com o tema PEC 37, no qual todas tinham uma posição contrária a aprovação da emenda. Aqui fica evidente como um enquadramento midiático, mobilizado por veículos de repercussão nacional, se transforma em um quadro de ação coletiva pontual que dá base à sustentação de ações de contestação de curto prazo, estabelecendo laços de solidariedade galgados naquilo que Melucci (1996) iria observar como ideologia. No presente caso uma construção simbólica que surge a partir da designação da competência do órgão e os seus limites de atuação, dentro de uma correlação de forças entre distintas esferas do poder público.

Após a primeira manifestação, no dia 22 de junho de 2013, foi realizada uma reunião de avaliação. Nessa reunião, é reafirmado o foco das manifestações, sendo criado no mesmo dia um novo evento no Facebook denominado JPA II, agendado para o dia 27 de junho de 2013. Nesse evento, foi postada a deliberação da reunião.

Segundo Cabral (2014), essa manifestação, capitaneada pelo que agora se denominava *MPL-JP*, contou com cerca de 5 mil participantes e 7,700 confirmações no Facebook. Cabral (2014) chama a atenção que, diferente da primeira, a segunda manifestação conta com a participação de representações do governo do Estado e do município. Relata ainda que a predominância da pauta transporte coletivo foi visível nas manifestações de rua. No dia 24 de junho de 2013, foi realizada outra reunião no qual se reafirmou o uso do nome *MPL-JP*, sem excluir o *AJP*. O chamando *AJP* se manteve ativo ainda no evento do Facebook, promovendo debates, como no caso do dia 26 de junho de 2013 no qual houve uma transmissão via rede social digital.

Ilustração 12 – Compartilhamento postagem AJP: Debate passe livre.



Fonte: <https://www.Facebook.com/events/462929787130698>

Na análise dos eventos no Facebook, levando em conta o total das postagens, foram identificados seis temas relevantes como demandas, que foram: *mobilidade urbana, reforma política, maioria penal, democratização da mídia, PEC 37 e corrupção*.

Participação de partidos políticos é outro tema relevante, mas não se estabelece propriamente como um quadro de ação coletiva. Os partidos fazem parte de uma tensão presente nas manifestações sobre a validade da sua participação nos eventos. Tal questionamento pode ser visto, em um primeiro momento, como um posicionamento antidemocrático, em que atores mais exaltados colocam os antipartidários como *fascistas* e os antipartidários colocam os membros de partidos como aproveitadores, instituindo uma espécie de conduta antipolítica institucional por parte de alguns manifestantes. Há, nessa posição, certo questionamento da representatividade partidária como instrumento de representação política. O antipartidarismo não estabeleceu uma conduta socialmente reconhecida e não instituiu uma estratégia política e ideológica, com uma lógica de ação de confronto

organizada. A participação dos partidos nos eventos girou em torno da tensão entre os partidários, os apartidários e os antipartidários.

Parte das postagens feitas no evento está relacionada à *organização do protesto*, observando o horário e local da manifestação, por vezes propondo mudança por vezes pedindo informação. Algumas postagens trazem informações sobre a manifestação, como fotografias ou links para acompanhar a mobilização. Outras postagens foram colocadas nessa zona de agregação, são as postagens com conteúdo que trazem múltiplos quadros sem se definir por um, a exemplo de reivindicar, no mesmo post, pelo fim da corrupção, por mais recurso para saúde, educação e segurança e discordar da centralidade da reivindicação do passe livre e redução da tarifa. Em alguns posts, as pessoas declaram seu apoio e convocam a pessoas a participar, sem fazer menção a uma demanda específica. Duas outras categorias residuais aparecem que são as zonas *Outros*, reunindo temas sem grande impacto nos eventos estudados, e *Outros protestos*, que reúne postagens sobre outros eventos pelo país ou que iriam acontecer em João Pessoa, mas sem relação com os eventos JPA II, III e IV.

No dia 28 é feita outra reunião de avaliação do protesto e no dia 30 de junho é chamado outro evento para o dia 04 de julho denominado de JPA III, que tinha, na chamada, o seguinte slogan *Passe livre já! Pelo acesso à Cultura*.

Ilustração 13 - Compartilhamento postagem AJP: Assembleia Popular.



Fonte: <https://www.Facebook.com/events/462929787130698>

A estimativa é que, dessa vez, tenham participado cerca de 240 pessoas<sup>89</sup>. Uma queda vertiginosa no número de participantes de rua, como no número de confirmações no Facebook que foram 2.900 pessoas. Nesse evento, os números de temas caíram vertiginosamente, apenas o *quadro mobilidade urbana* se mantém enquanto relevante. Alguns fatores contribuíram para diminuição da importância da terceira manifestação, que foram a redução da tarifa, a rejeição da PEC 37, bem como o fortalecimento do *quadro mobilidade Urbana*.

No dia 03 de julho, foi chamada uma nova assembleia com o intuito de mobilizar participantes para o fortalecimento dos atos e para pudessem contribuir para as ações.

---

<sup>89</sup> Para mais informações ver <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/07/onibus-param-e-manifestantes-fazem-protesto-no-centro-de-joao-pessoa.html>. Acessado em 5 de dezembro de 2016.

Ilustração 14 - Compartilhamento postagem AJP: 2º Assembleia Popular.



Fonte: <https://www.Facebook.com/events/462929787130698>

A redução do número de participantes aponta para a fraca inserção do *AJP* e *MPL-JP* em meio à população. Como boa parte dos participantes tomou conhecimento dos eventos ou por conta dos meios de comunicação em massa ou por via das mídias sociais; à medida que as manifestações avançavam, o poder de mobilização das redes sociais digitais perde força enquanto repertório de ação de coletiva, o que, por outro lado, tornar o *quadro mobilidade urbana*, mais coeso à medida que a tensão em torno dele tende a ser menor. Isso pode ser visto quando analisamos os segundo e o terceiro nível de agregação das postagens.

No terceiro protesto, as outras demandas perdem força no evento do Facebook. As zonas de agregação *Organização de protesto*, *Outros protestos e Outros* se mantêm, porém com uma grande queda de interação discursiva, enquanto demandas como *reforma política*, *maioridade penal*, *democratização da mídia*, *PEC 37* e *corrupção*, perdem relevância nas redes sociais digitais.

Um quarto evento foi criado dia 05 de julho com o nome de JPA IV com data de realização para o dia 11 de julho, mesmo dia em que foi chamada uma manifestação nacional por parte das centrais sindicais. A manifestação ocorreu no centro de João Pessoa e contou

com cerca de 4 mil pessoas<sup>90</sup> e 2 mil confirmações no Facebook. Agora, na imagem do evento, o slogan era *A luta é sua, a luta continua*. É a primeira vez que não há o nome *passé livre* na imagem da chamada.

Há um diferencial nessa manifestação, que é a ampla participação de sindicatos, movimentos sociais como o MST e outros. A criação do evento, no momento de construção de uma ação coletiva a nível nacional organizada por movimentos sociais e organizações da sociedade civil organizada, denota uma mudança de situação quanto a capacidade de mobilização. Se, anteriormente, movimentos e organizações tomaram parte das ações ensejadas pelo *AJP* e *MPL-JP*. Observou-se que ambos os movimentos precursores das mobilizações em João Pessoa, agora aderem a uma manifestação que tem o perfil voltado para demandas *trabalhistas*. Assim o *AJP* e *MPL-JP* alinham-se ao evento de contestação fortalecendo um campo simbólico de maior inserção naquele contexto, o que auxilia na mobilização de pessoas. As redes de atuação dos movimentos é que sustentou a ação de contestação, em que o Facebook, enquanto repertório de mobilização vinha de uma crescente perda de importância.

O *quadro mobilidade urbana* manteve a centralidade, porém com uma queda acentuada e com baixa interação discursiva.

No quarto evento, as zonas de agregação *organização de protesto, outros protestos e outros*, tiveram com a queda de interações discursivas, pois quando observados o critério das cinco mais importantes postagens por dia, alguns postagens passam a não ter nenhum comentário. Isso apontava para um repertório de mobilização que perdia força à medida que perdia conectividade, e, assim, a sua capacidade de difusão se esvaziava. Uma maior interação discursiva implica que o sujeito tenta de algum modo alinhar ou realinhar ideias nos eventos criando pontes de significados. A queda acentuada de interações faz com que haja concentração dos temas, tanto quanto observados os critérios de postagens principais, como na observação das cinco mais importantes postagens por dia. No quarto evento, as zonas de agregação *mobilidade urbana e organização de protesto* são *predominantes*.

---

<sup>90</sup> Ver [http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/noticia/109410\\_manifestacoes-marcam-dia-nacional-de-luta-na-paraiba](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/noticia/109410_manifestacoes-marcam-dia-nacional-de-luta-na-paraiba). Acessado em 3 de fevereiro de 2017.

Um aspecto importante nos três eventos é que a zona como *outros*, que é a segunda maior zona de agregação dos eventos, o que demonstra uma grau de dispersão significativo, porém comum a um repertório de mobilização coletiva que exige a conectividade de perfis que, em sua maioria, são individuais.

O presente objeto de estudo envolve um grau de complexidade que demonstra o tipo de participação dos atores nos eventos de protestos, influenciando no comportamento dos quadros de ação coletiva e no tipo de ramificação em um contexto social e histórico. O tipo de ramificação do repertório de mobilização depende não só da estrutura econômica e sociotécnica que dá corpo a rede social digital, como também da habilidade de uso por parte do movimento e, ainda, o tipo de visibilidade, que detém em uma sociedade.

#### 4.2.1 João Pessoa Avante II

O evento JPA II é o com maior interação no conjunto dos três eventos, com a uma média de 84,2 postagens por dia, tendo em vista o conjunto de nove dias analisados.

Quadro 10 – Número de postagem por dia JPA II

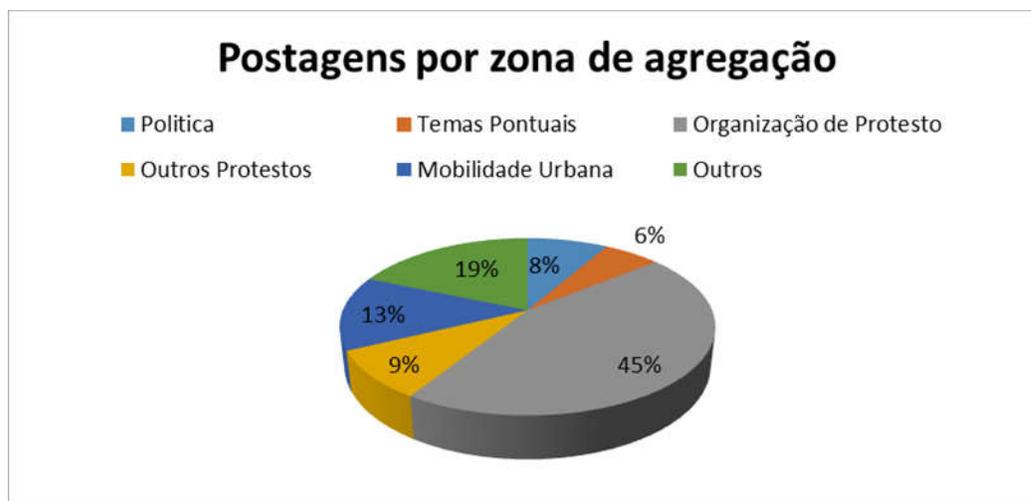
Postagens por dia			
22 de junho	142	27 de junho	171
23 de junho	70	28 de junho	75
24 de junho	86	29 de junho	7
25 de junho	98	30 de junho	3
26 de junho	106		
Total		758	

Fonte: Elaborado pelo autor.

O pico de postagens se dá no dia da realização do evento na rua e muitas delas falam sobre o desenrolar do protesto pela cidade de João Pessoa.

Nas postagens por zona de agregação, a distribuição se realiza da seguinte maneira.

Gráfico 3 – Distribuição de postagens JPA II



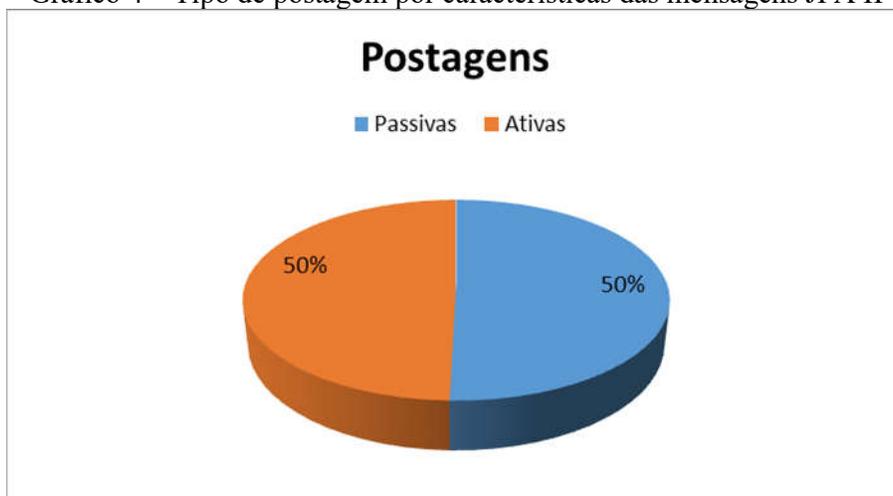
Fonte: Elaborado pelo autor.

A predominância da zona *organização de protesto* revela uma grande interação dos participantes no que tange de acompanhar às orientações sobre a mobilização.

Na classificação do tipo de postagem que compõe as zonas de agregação, observaram-se 227 postagens de cunho informativo, outras 218 postagens são de cunho avaliativo moral, no qual pessoas buscam se posicionar diante das postagens. Em 84 postagens, as mensagens são de dúvidas, relacionadas em sua maioria ao trajeto, horário do evento, à participação de partidos e sobre os objetivos da manifestação. Em 65 postagens o tom é propositivo, muitas em relação a demandas e outras em relação à postura e trajeto a ser tomado. Em 13 postagens, há uma mensagem de ironia em relação às demandas e à postura dos participantes dos protestos anteriores. Em 8 postagens há uma avaliação crítica em boa parte ligada ao *quadro mobilidade urbana*, com a observação de dados e argumentação sobre o problema em relação ao cenário nacional e local. Por fim há 2 postagens que demonstram um posicionamento político.

A classificação das postagens a partir um binário interativo denominado ativo/passivo, possibilitou observa o tipo de interação que prevalece no evento. Uma *interação passiva* é quando o autor ou réplica uma informação de terceiros ou traz uma informação sem manifestar posição ou tem uma duvida sem insinuar um posicionamento moral ou político. *Uma interação é ativa* quando o autor da postagem manifesta algum tipo de posição moral, crítica ou ideológica.

Gráfico 4 – Tipo de postagem por características das mensagens JPA II



Fonte: Elaborado pelo autor.

Um equilíbrio entre postagens passivas e ativas demonstra tensão entre uma participação centrada na assimilação do enquadramento e uma participação centrada na tentativa de influenciar o enquadramento, seja amplificando-o ou o contestando-o.

No que tange à observação da rotina diária, tendo em vista as 5 postagens com maior número de comentários, são no JPA II, 41 postagens<sup>91</sup>, dos quais 19 postagens têm comentários com interação mútua sem contestação, outras 19 postagens tem interação mútua com contestação e 3 postagens são interações reativas, sendo 2 postagens somente com curtidas e 1 postagem com um comentário que é a marcação de pessoas.

As 19 postagens com interações sem contestação somam 598 comentários, e as 19 postagens com interações com contestação somam 1714 comentários. No que tange a rotina das 5 maiores postagens diárias, há uma rotina marcada pelo processo de contestação bem sedimentado, por meio do qual o enquadramento proposto no evento está envolvido em uma tensão com relação à legitimidade do quadro *mobilidade urbana*, enquanto quadro central.

Uma vez enfraquecido o quadro *mobilidade urbana*, a organização da mobilização perderia o poder de orientar as ações, como ocorreu no JPA I. Nesse primeiro

<sup>91</sup> No evento os dias 29 e 30 de julho não conseguiram por conta dos critérios adotados terem em destaque cinco postagens para a análise.

evento, a organização teria orientado os participantes a se dirigirem à praça dos três poderes em João Pessoa, para que em seguida os participantes fossem ao terminal da integração de ônibus municipal. Parte dos manifestantes seguiu o trajeto designando, enquanto outra parte dos manifestantes seguiu pela Avenida Eptácio Pessoa. Interessante notar que, na contestação da participação dos partidos políticos feita no evento, um participante aponta para o fato de que os manifestantes identificaram os organizadores como membros de partidos e por isso se “rebelaram” contra o trajeto.

No JPA II, a organização resolveu só revelar o trajeto no momento em que as pessoas tivessem concentradas próximas ao parque Solón de Lucena, no centro da capital paraibana, a fim de poder manter certo controle, do trajeto, fazendo com que a manifestação se dirigisse ao terminal de integração.

No JPA II, em relação às postagens com dez ou mais comentários essas são 63, dos quais 34 postagens estão relacionadas à *organização dos protestos*, 10 postagens estão relacionadas à *política*, 9 postagens estão ligadas a *zona temas pontuais*, 9 postagens têm *mobilidade urbana* como tema e 1 postagem está relacionada à zona residual *outros*. Nesse conjunto, 29 postagens têm como característica um laço dialógico marcado por uma interação mútua sem contestação.

Em relação à zona *organização de protestos*, em meio as 34 postagens há 8 postagens com comentários marcados pela contestação, no qual o tema em particular é o trajeto e o local das manifestações, mas ao longo da interação discursiva o debate gira em torno da centralidade do *passe livre* e a redução da tarifa como temas centrais, colocando em cheque seus diagnósticos e prognósticos. Nessa zona de agregação, há 26 postagens, caracterizadas por mensagens sem contestação.

Em relação à zona *política*, meio as 10 postagens, há 9 postagens que envolvem comentários com contestação, nos quais o debate em 7 postagens questionam o envolvimento de partidos políticos na construção da mobilização e o tipo de ligação que teriam com a demanda *passe livre* e outras demandas postas na chamada do evento. Nessa zona de agregação observou-se o desenvolvimento de um contra-quadro que diagnosticava o sistema político partidário como um dos causadores dos problemas apontados na chamada do evento. É necessário observar que mais do que uma tensão em torno do antipartidarismo, há uma tensão em torno da política institucional como campo de mediação das demandas entre a população e o Estado. Em outras 2 postagens sobre *corrupção*, o debate gira em torno da

validade da política institucional como campo mediador. Outro aspecto nessas duas mensagens é oposição à demanda ao *passage livre* e a redução da tarifa como centrais da mobilização. Nessa zona há 1 postagem com uma mensagem sem contestação.

Em relação à zona *temas pontuais*, há 8 postagens que envolvem comentários com contestação e 1 postagem sem contestação. Na presente zona desenvolve uma interação que reflete a forma como o enquadramento é construído e é alinhado a temas secundários. Das 9 postagens, 4 postagens têm como tema específico a PEC 37. Em 2 postagens sobre a PEC 37 o debate estabelecido contesta a centralidade do *passage livre* e a *redução da tarifa* como tema central, sem no entanto colocar a PEC 37 na posição central. O debate questiona como uma demanda ligada a *mobilidade urbana* poderia ter tamanha centralidade, diante de tantos outros problemas. Em outras 2 postagens sobre a PEC 37 é discutido o posicionamento desfavorável ao projeto de emenda constitucional, questionando os posicionamentos de alguns participantes por reproduzirem de modo acrítico o posicionamento midiático e do Ministério Público, que eram contrários à aprovação da emenda constitucional. Nessas postagens, não há contraposição do tema PEC 37 em relação ao *quadro mobilidade urbana*.

Ainda, em relação à zona *temas pontuais*, 4 postagem têm como tema específico a maioria penal, em que o debate gira em torno da contestação do posicionamento desfavorável a diminuição da maioria penal no Brasil. Aqui, novamente uma demanda secundária obtém destaque por conta do cenário em que a maioria penal era debatida em 2013.

Quando o tema é *mobilidade urbana*, em 9 postagens, há 8 postagens relacionadas a contestação do *passage livre*, no qual em 6 postagens o debate gira em torno da centralidade do *passage livre* e da *redução da tarifa* colocando que há outras demandas mais importantes. Em 2 postagens a contestação se dá somente em torno do esclarecimento do quadro *mobilidade urbana*, sem questionar sua centralidade.

No que tange ao evento, o enquadramento tem uma função de projetar uma ação, tendo em vista a redução da passagem. O enquadramento pretende que o manifestante seja um tipo de ator que sustente uma interação alinhada a visão do mundo dos organizadores e, assim, possa ser a base de uma ação coletiva que é o protesto na rua.

## Ilustração 15 – Chamada do JPA II

7,7 mil comparecera talvez  
2,4 mil m  
61 mil convidados



Quinta, 27 de junho de 2013 às 15:00  
Há mais de um ano

Colégio Lyceu Paraibano  
Av. Getúlio Vargas, 58000000 João Pessoa Exibir mapa

MOVIMENTO PASSE LIVRE JOÃO PESSOA  
(<https://www.facebook.com/groups/268759536597896/>)

**REDUÇÃO DA TARIFA DE ÔNIBUS E PASSE LIVRE JÁ!!!**  
Não aguentamos mais pagar ônibus lotados e pagar caro por uma tarifa. Todo dia, os empresários do transporte coletivo ganham milhões sob nossas custas, enquanto sofremos nos ônibus lotados e caindo aos pedaços.  
É necessário que a passagem de ônibus seja mais barata, que mais ônibus estejam circulando para acabar com a superlotação e que seja implementado o Passe Livre para os estudantes e desempregados. Passe Livre para estudantes de escola municipal de João Pessoa é insuficiente! Em Santa Rita, Cabedelo, Bayeux e João Pessoa, o povo reclama nas ruas por mudanças no sistema de transporte. A Prefeitura de João Pessoa na cidade e o Governo do Estado nos transportes intermunicipais tem que alterar essa lógica onde os interesses dos empresários estão acima dos interesses do povo. A qualidade de vida da população é mais importante do que o lucro dos empresários. A passagem deve ser reduzida, o transporte deve ser melhorado, diminuindo o lucro das empresas, porque a ganância dos empresários é a principal causa dos problemas no transporte coletivo. A redução da tarifa de ônibus em João Pessoa além de ser pequena (10 centavos), não afetou o lucro dos empresários, porque os impostos das empresas foram reduzidos.  
Só sairemos da rua quando nossas reivindicações forem atendidas.  
Acreditamos que só a luta do povo organizado é capaz de alterar essa

alterar essa lógica onde os interesses dos empresários estão acima dos interesses do povo. A qualidade de vida da população é mais importante do que o lucro dos empresários. A passagem deve ser reduzida, o transporte deve ser melhorado, diminuindo o lucro das empresas, porque a ganância dos empresários é a principal causa dos problemas no transporte coletivo. A redução da tarifa de ônibus em João Pessoa além de ser pequena (10 centavos), não afetou o lucro dos empresários, porque os impostos das empresas foram reduzidos.  
Só sairemos da rua quando nossas reivindicações forem atendidas.  
Acreditamos que só a luta do povo organizado é capaz de alterar essa sociedade injusta que vivemos, onde poucos concentram muita riqueza e muitos não tem nada! Chega de tanta ganância por dinheiro!  
"O povo unido, jamais será vencido"  
"Resistir, resistir, resistir até a tarifa cair"  
"Eu pago, não deveria, transporte não é mercadoria"  
NOSSA PRINCIPAL BANDEIRA NO MOMENTO É O TRANSPORTE, MAS TAMBÉM LUTAMOS:  
-Contra o Estatuto do Nascituro – "fora bolsa estuprol";  
-Contra a "Cura Gay" – não se pode curar o que não é doença – "Fora Felicianol";  
-Não à PEC 37;  
-Contra a redução da maioridade penal – reduzir não resolve com o problema da --violência;  
-Contra os gastos excessivos nos estádios da Copa do Mundo;  
-Não ao despejo do povo pobre de suas casas;  
-10% do PIB para educação;  
-Pela não privatização/terceirização do SUS; Saúde não é mercadoria!  
-Pela democratização dos meios de comunicação;

Fonte: <https://www.Facebook.com/events/462929787130698>

Na imagem principal da chamada, foi destacada a temática do transporte público: “passe livre irrestrito”, “redução da tarifa” e “melhoria dos transportes coletivos”. Na chamada, há o horário e o local da concentração. A imagem de fundo são algumas dezenas de pessoas reunidas com cartazes na mão, dando a dimensão que estaria em uma mobilização.

O enquadramento diagnóstico sugere um *quadro de mobilidade urbana* na cidade de João Pessoa, relacionado à diminuição da frota de ônibus, má qualidade do transporte público e a implantação do *passe livre* em João Pessoa, alertando que a instituição do *passe livre* para os estudantes é uma medida “pequena”, tendo que ser assim implementado para toda a população. A organização levanta a questão que o *passe livre* deveria ser implantado em outras cidades, citando Santa Rita, Cabedelo e Bayeux, sendo esses municípios da região metropolitana da grande João Pessoa. Tal implantação poderia significar maior economia a estudantes que precisam circular na zona metropolitana e dentro dos municípios. Tal

demarcação poderia também atrair um maior número de apoiadores aos eventos tanto no Facebook como no evento de rua. O enquadramento levanta a responsabilidade dos governos municipais e estadual, abordando a divergência entre o interesse dos “empresários” e os interesses do “povo”.

O enquadramento prognóstico propõe como solução a redução da passagem e a melhoria do transporte em benefício da população, opondo-se à “ganância dos empresários”. Falam que só a “luta organizada” pode promover mudanças em uma “sociedade injusta” e colocam a concentração de renda e a diferença social como pilar disso. A principal bandeira é o transporte urbano.

Há bandeiras satélites como a luta contra o “estatuto do nascituro”, “Cura gay – Fora Feliciano”, contra a “PEC 37”, “contra a redução da maioridade penal”, “10% do PIB para a educação, contra os gastos excessivos com a copa”, “contra a privatização-terceirização do SUS”, “democratização dos meios de comunicação e o não despejo do povo pobre”. Esse alinhamento com demandas secundárias, como parte da política de significados, visa inibir a confrontação com o *quadro mobilidade urbana*, delineando que a ação coletiva estava em consonância com o *povo*. Argumentamos que esse alinhamento foi uma resposta às interpretações que colocaram os movimentos de luta pela melhoria do transporte público como atores que abandonaram as mobilizações após alcançaram seus objetivos. O modo de alinhamento demonstra que os eventos foram sendo apropriados por setores diversos da população brasileira, enquanto espaço de manifestação de suas próprias demandas.

O *quadro mobilidade urbana* é construído por meio de duas demandas; a primeira relacionada ao *passe livre* centrada no estudante e no desempregado, e a segunda na redução tarifa para o *povo*. É por meio do discurso fundamentado na observação descritiva dos problemas do transporte enfrentados pelo *povo*, em que os interesses se opõem ao dos “empresários”, é que se estrutura o discurso que cristaliza a demanda, sugerindo uma ação frente ao “fato” estopim das mobilizações.

O *quadro mobilidade urbana* se firma por via de um discurso generalista, que transita entre a imagem do transporte público no plano nacional e a imagem que o sujeito tem sobre o transporte de massa – ônibus - na região metropolitana de João Pessoa. O processo de enquadramento tem uma dimensão de alinhamento ao equipar o cenário nacional e local, tendo em vista com isso construir um enquadramento motivacional para os seus participantes conectados. Na continuação desse discurso, sugere-se uma série de outros enquadramentos,

porém sem a construção de uma observação descritiva que dê um conteúdo visível e delimitado, dando margem a uma série de enquadramentos de ação que se voltam ao preenchimento de uma espécie de vazio discursivo em torno dos quadros tomados como secundários na chamada para a mobilização.

O repertório online ainda se vale de diversas estratégias estéticas, como a chamada em vídeo ou em panfletos virtuais para criar uma motivação e, ainda, de notas publicadas diretamente no perfil dos eventos com o intuito de esclarecer posições sobre o enquadramento proposto na mobilização, bem como demarcar quem são participantes. O tipo de manifestante que o enquadramento propõe, para darmos um exemplo, exclui o sujeito antipartidários como um sustentador da interação de confronto, alinhando a perspectiva de um manifestante que respeite a pluralidade de participação de atores. Assim, o enquadramento é marcado por três tipos identitários que são *os estudantes, o desempregado e o povo*.

Em certa medida, a política de significados do *AJP* e *MPL-JP* tem a iniciativa de abranger o maior número de participantes possíveis, contemplando tipos generalistas que buscam trabalhar uma identificação com os participantes, que estão relacionados aos usuários de ônibus.

Para reafirmar o enquadramento proposto, o *AJP* e *MPL-JP* lançam mão da assembleia presencial como um instrumento estratégico, no qual a organização delimita o diagnóstico e o prognóstico do enquadramento delineando o sentido da ação coletiva. Interessante observar que tal estratégia sempre está relacionada ao espaço da UFPB e em horários que pouco permite o restante da população participar. Tal estratégia serve para que o movimento avalie o processo de contestação de seu enquadramento e possa, assim, promover ações de um realinhamento do quadro de ação coletiva, demarcando sua posição em relação a eventuais contra-quadros que se oponham ao quadro *mobilidade urbana*. Essa é uma estratégia no qual a política simbólica do movimento é posta em ação e sempre está conectada a rede social digital. Essa estratégia é um dos repertórios mais comuns utilizados pelos movimentos sociais. Como aponta Tilly (1978, 2010) e Tarrow (2009), a inovação dos processos estratégicos da ação de contestação, a exemplo da utilização de redes sociais digitais, vem em certa medida correlacionada a repertórios tradicionais como as assembleias presenciais. A conectividade dos atores a um repertório online pode dá nova visibilidade e abrangência a antigos repertórios.

Ilustração 16- Nota sobre reunião de organização do evento JPA II



Fonte: <https://pt-br.Facebook.com/events/462929787130698>

O texto aponta, em sua primeira parte, para a importância de uma construção coletiva das manifestações, que, em grande medida, seria feita por meio de assembleias

presenciais, limitando os eventos no Facebook a uma espécie de correia de transmissão das mensagens apesar das tentativas dos participantes digitais em influenciar nos rumos das manifestações, o que provoca tensões. Aborda, ainda, o número de participantes, enfatizando a força numérica da primeira manifestação como meio de mostrar a potência da mobilização, observando que é necessário demarcar um motivo claro que dê uma luta concreta a essa multidão. Assim, reafirmar a necessidade de uma diminuição maior da passagem e a necessidade de implantação do *passé livre* para estudantes da rede municipal e estadual, bem como a construção de um plano de *mobilidade urbana* para a cidade, sem, no entanto excluir outras demandas. O que observamos é que tal abertura promove a agregação de sujeitos, porém também estabelece tensões e disputas.

Quando observamos o modo de enquadramento da ação coletiva no evento tendo em vista os processos de interação que o cercam, nota-se que o evento online se torna um espaço de tensão e contestação da interpretação da realidade construída pela organização dos eventos. Uma fala comum é “*O evento é do povo*”, indicando que, em vários momentos as contestações do enquadramento põem em cheque a liderança do *AJP* e *MPL-JP*, mas notasse que é um processo elencado por uma comunicação com um elevado grau de horizontalidade no compartilhamento de postagens no qual a interação mútua de contestação tem força, o que determina que os participantes tenham um maior agenciamento no ato de se opor e defender o enquadramento e as demandas que giram em torno delas, bem como ainda esclarecer eventuais interpretações paralelas às colocadas em prática pela política de significados do *AJP* e *MPL-JP*.

#### 4.2.2. João Pessoa Avante III

No presente evento, há uma queda acentuada na interação dentro da rede social digital. A interação discursiva caiu de 84,2 postagens/dia para 28,2 postagens/dia.

Quadro 11 – Número de postagem por dia JPA III

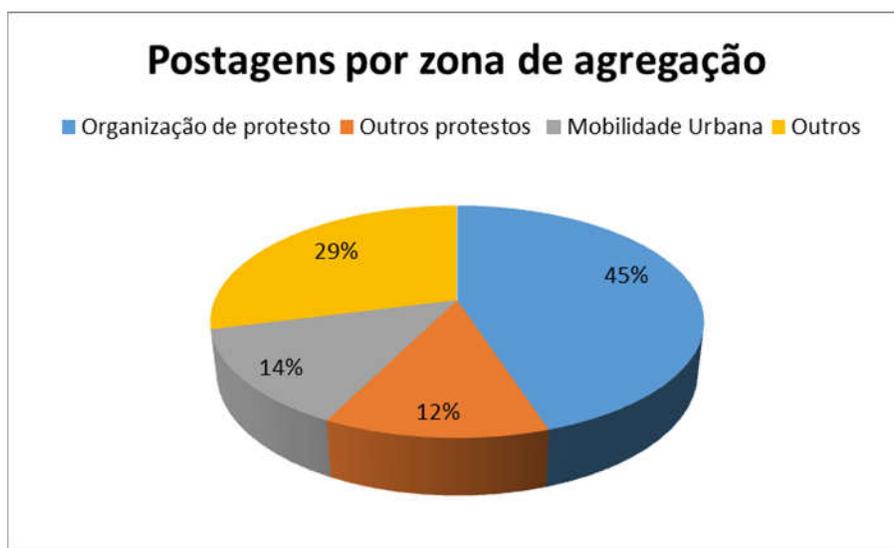
Postagens por dia			
30 de Junho	48	03 de julho	22

01 de julho	17	04 de julho	34
02 de julho	32	05 de julho	09
Total	169		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Diferente do JPA II, o dia com maior atividade de postagens é o dia da criação do evento, seguido pelo dia de realização do evento na rua. Assim como o JPAII, as postagens do dia em que o evento acontece são marcadas por mensagens de apoio e informativas sobre o evento na rua.

Gráfico 5 – Distribuição de postagens JPA III



Fonte: Elaborado pelo autor.

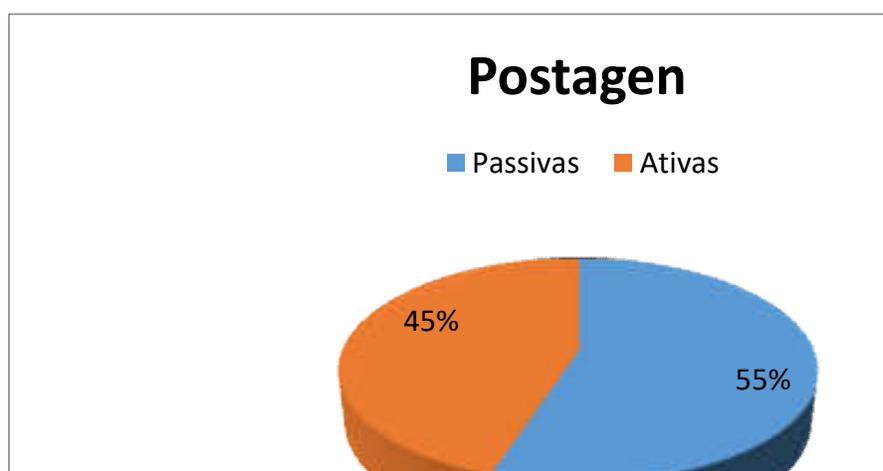
No gráfico, duas zonas de agregação perdem importância em relação ao evento anterior, são elas as zonas *política* e *temas pontuais*. Isso significa que os temas específicos ligados a essas zonas de agregação perderam importância no JPA III. Temas como *PEC 37*, *cura gay*, *maioridade penal*, que formavam a zona *temas pontuais*, e ainda participação de *partidos políticos*, bem como *reforma política*, foram temas que perderam relevância no presente evento e, assim, quando citados no JPA III são alocados na zona residual *Outros*. A queda do número de zonas de agregação indica diminuição das interações em relação às demandas secundárias e um processo de alinhamento mais coeso revelando um processo de mobilização que perde relevância no conjunto das interações em relação ao enquadramento principal e suas demandas. Um dos aspectos que demonstram a diminuição da relevância da

mobilização é a queda do número de participantes conectados ao evento no Facebook. Enquanto o primeiro evento tem 7700 pessoas que confirmaram participação, o segundo contava com 2900 confirmações.

Na observação do tipo de mensagem que compõem as zonas de agregação, percebeu-se que 53 postagens eram de cunho informativo, enquanto 31 mensagens eram de cunho avaliativo moral, em que pessoas buscam se posicionar diante das postagens. Em 13 postagens as mensagens tinham o tom de dúvidas relacionadas, em sua maioria, à trajetória e horário do evento, assim como o primeiro evento. Em 18 postagens, o tom era propositivo, muitos em relação a demandas, outros em relação à postura e sobre o trajeto tomar. Em 5 postagens, havia uma mensagem de ironia em relação à postura dos participantes dos protestos anteriores. Não houve mensagens com avaliação crítica e nem mensagens que demonstrassem posicionamento político.

Quando se observam as postagens a partir de um binário interativo Ativo/Passivo, o que prevalece nas postagens são as mensagens passivas.

Gráfico 6 - Tipo de postagem por características das mensagens JPA III



Fonte: Elaborado pelo autor.

Diferente do JPA II, no evento JPA III, as postagens com mensagens passivas são maioria. O processo discursivo se desenvolveu marcado por alinhamento dos participantes ao enquadramento e em relação à zona de agregação *organização de protesto*, a maioria de suas mensagens são avaliativas morais sem contestação com conteúdo ligado a apoio à manifestação de forma genérica ou ressaltando a importância de protesta sem, no entanto,

indicar uma demanda em específico ou indicando múltiplas demandas. Em segundo lugar, vêm mensagens informativas.

No que tange à observação da rotina diária das cinco postagens mais importantes, destacamos que as postagens sem contestação são ampla maioria. No universo de 30 postagens, 17 postagens são com interação mútua sem contestação, enquanto 9 postagens são com interação mútua com contestação e 4 postagens são de interação reativa, em que 3 postagens têm somente curtidas e 1 postagem tem comentários que são trocas de link.

Nesse universo, as 17 postagens sem contestação somam 87 comentários, enquanto as 9 postagens com contestação somam 84 comentários, o que indica um processo de equilíbrio no qual o enquadramento tende a ter amplificação dentro do evento e, assim, diferente do JPA II, há um processo de contra-enquadramento que tende ao esclarecimento do posicionamento da interpretação veiculada em vez de um questionamento da centralidade do *quadro mobilidade urbana*.

No evento JPA III, das 7 postagens com 10 ou mais comentários, em 3 postagens, o debate gira em torno da ação de protestar, em que 1 postagem é sobre construir uma *ocupação* como estratégia de ação política, outra fala da necessidade das pessoas comparecerem ao ato encampado pelos motoristas e cobradores e outra postagem fala sobre um comentário contrário à ação de protestar por atrapalhar o trânsito, no qual as pessoas defendem a liberdade de se manifestar.

Em relação às interações mútuas com contestação do enquadramento, há 4 postagens; no qual em 2 dessas postagens, ocorre um processo de esclarecimento em relação ao enquadramento diagnóstico – *mobilidade urbana* – em relação ao *passe livre* e a redução da passagem. Em uma terceira postagem, há o questionamento da centralidade da redução da passagem e do *passe livre*, pedindo a substituição por uma estatização do transporte como uma meta que resolveria o problema. Assim, o prognóstico feito no enquadramento é questionado enquanto interpretação que apresenta a solução do problema (SNOW & BENFORD, 2000; NUNES, 2011). A quarta postagem pede um realinhamento do enquadramento de modo a conferir destaque ao tema segurança pública. No JPA III, o tema *passe livre* e redução da tarifa é alinhado ao tema do consumo cultural produzido na cidade. Nas 4 postagens em que há um processo de contestação do enquadramento, há envolvimento dos organizadores das páginas e o debate se desenvolve no sentido de estabelecer um

esclarecimento. Das 7 postagens aqui colocadas, 6 fazem menção direta ao *quadro mobilidade urbana*, demonstrando o destaque do enquadramento proposto na chamada.

O enquadramento no JPA III sofre uma série de mudanças em relação ao JPA II em relação ao alinhamento de duas demandas *passse livre* e produção cultural na cidade de João Pessoa no sentido de um processo de aprendizagem através da circulação na cidade. No enquadramento, é destaque a cidade de João Pessoa em vez da região metropolitana feito no JPA II. No evento, a valorização do tipo identitário *Estudante*, é reforçado o enquadramento principal ao falar da circulação na cidade enquanto processo pedagógico de aprendizado.

### Ilustração 17 – Chamada do JPA III

2,9 mil comparecera talvez m	1,2 mil	35 mil convidados
------------------------------------	---------	----------------------



Quinta, 4 de julho de 2013 às 14:30  
Há mais de um ano

Praça Rio Branco  
Praça Barão do Rio Branco - Centro, 56010-700 João Pessoa

(VALEU A INSTIGA. GALERA. O EVENTO SAIRÁ DO AR EM BREVE.)

CONCENTRAÇÃO DO ATO  
Às 14h30, na Praça Rio Branco (a praça do Sabadinho Bom - chorinho).

ASSEMBLÉIA POPULAR  
Às 16h30, em frente a Prefeitura/Paço Municipal

PASSE LIVRE JÁ! Pelo acesso à Cultura...

Com o objetivo de trazer à tona toda a transversalidade que a pauta do Passe Livre e da mobilidade urbana apresenta, o Movimento Passe Livre JP passa agora a construir sua pauta principal relacionando-a a áreas de expressiva importância para a sociedade.

Com o próximo ato público marcado para o dia 4 de julho, o primeiro setor convidado a construir será o da cultura, reivindicando o Passe Livre como elemento fundamental para o acesso à fruição e produção de cultura na cidade. E assim será com a educação, saúde, segurança, meio ambiente, moradia, e outros setores dispostos a construir as manifestações que

moradia, e outros setores dispostos a construir as manifestações que crescem a cada dia em nossa cidade.

Em João Pessoa, o alto preço das tarifas e as insuficientes condições dos serviços de transporte negam à população o pleno direito à cidade, do acesso aos serviços públicos à participação na vida cultural, nos espaços de produção e fruição de arte e cultura. A falta de ônibus à noite é um fator que impossibilita este acesso e torna menos segura a circulação das pessoas. Dessa forma, a crise no transporte público e no modelo de mobilidade urbana hoje desenvolvido em João Pessoa é uma verdadeira barreira a impedir o exercício da cidadania.

É por entendermos que a cultura e as artes são elementos indispensáveis ao processo educacional, de formação do sujeito e de sua visão de mundo, que lutamos pelo Passe Livre irrestrito aos estudantes, pela redução da tarifa e pela melhoria dos serviços de transporte público. Garantir acesso à cidade é garantir também o direito à cultura!

Não é somente nas escolas que se educa. As (con)vivências sociais e culturais são também um processo pedagógico. Na garantia do acesso à educação, nenhuma política pública pode restringir-se aos espaços e momentos escolares. O livre acesso à educação passa pelo livre acesso à cultura, que requer, necessariamente, a livre circulação pela cidade.

culturais são também um processo pedagógico. Na garantia do acesso a educação, nenhuma política pública pode restringir-se aos espaços e momentos escolares. O livre acesso à educação passa pelo livre acesso à cultura, que requer, necessariamente, a livre circulação pela cidade.

"Resistir, resistir, resistir até a tarifa cair"  
"Eu pago, não deveria, transporte não é mercadoria"

NOSSA PRINCIPAL BANDEIRA NO MOMENTO É O TRANSPORTE, MAS TAMBÉM LUTAMOS:

- Por políticas culturais estruturantes e transformadoras, e não à mera política de eventos;
- Contra o Estatuto do Nascituro – "fora bolsa estupro!";
- Contra a "Cura Gay" – não se pode curar o que não é doença – "Fora Feliciano!";
- Não à PEC 37;
- Contra a redução da maioria penal – reduzir não resolve com o problema da violência;
- Contra os gastos excessivos nos estádios da Copa do Mundo;
- Não ao despejo do povo pobre de suas casas pelos projetos de intervenção urbana do PAC e da Copa do Mundo;
- 10% do PIB para educação;
- Pela não privatização/terceirização do SUS; Saúde não é mercadoria!
- Pela democratização dos meios de comunicação e por uma nova Lei de Mídia no Brasil.

MOVIMENTO PASSE LIVRE JOÃO PESSOA  
(<https://www.facebook.com/groups/268759536597896/>)

AVANTE JOÃO PESSOA  
(<https://www.facebook.com/avantejoaopessoa/?fref=ts>)

Fonte: [https://www.Facebook.com/events/205767689580472/?active\\_tab=discussion](https://www.Facebook.com/events/205767689580472/?active_tab=discussion)

O bordão utilizado na imagem principal do evento é "*Passe livre Já! Pelo acesso à cultura*" com horário e local determinados. Dessa vez, o local é a Praça do Chorinho, reduto do projeto Sabadinho Bom da Prefeitura Municipal de João Pessoa<sup>92</sup>, em vez do Liceu Paraibano, local de concentração dos outros atos em João Pessoa. Na chamada há a inserção de um evento concomitante à mobilização que seria a realização de uma assembleia popular, duas horas depois de horário do evento central em um local que faria parte do trajeto. O realinhamento do quadro *mobilidade urbana* com o tema cultural construiu uma ação coletiva que visava naquele momento ocupar o espaço onde era realizado um evento cultural organizado pelo poder público, tinha como finalidade de demonstrar a capacidade de se opor a esse poder, o que foi observado como um dos aspectos da política simbólica do movimento ao longo dos eventos.

Há outro bordão presente no layout da imagem que é "Avante João Pessoa, a luta não pode parar", e enfatiza a continuidade do processo de mobilização por direitos, tendo em vista o processo de diminuição do engajamento dos atores na rede social digital e na rua.

A chamada do evento fala de uma "transversalidade" da pauta *passé livre*, ressaltando que o *AJP* e *MPL-JP* estariam articulando o *quadro mobilidade urbana* com outras demandas que têm um caráter secundário e servem como chamativos a outros manifestantes, porém dando maior visibilidade a uma temática secundária. Em um primeiro momento, o setor da cultura seria o primeiro setor chamado a compor a reivindicação central,

---

<sup>92</sup> Sabadinho bom é um projeto cultural realizado pela prefeitura municipal de João Pessoa, no qual músicos se apresentam aos sábados, na Praça Rio Branco no centro da cidade. Para mais informações ver <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/tag/sabadinho-bom/>. Acessado em: 20 de janeiro de 2017.

enquanto tema “transversal”, enfatizando a necessidade de se usufruir da produção cultural da cidade. Em seguida, ressalta que outros setores com suas demandas seriam chamados a compor o protagonismo ao lado do *quadro mobilidade urbano* em mobilizações posteriores. É interessante observar que o problema do acesso à produção cultural não é um dos temas em destaque nas pesquisas realizadas em nível nacional, pela CNI-IBOPE. No que tange à observação das pesquisas de opinião aqui elencadas no capítulo 3, os três maiores problemas seriam saúde, educação e segurança. No mês de julho, o tema *corrupção* ganha força, porém não ganha status de demanda nos eventos.

O enquadramento diagnóstico fala do transporte público e como ele nega o “pleno direito à cidade”. Enfatiza-se a má qualidade do serviço urbano de transporte, colocando a precária *mobilidade urbana* como fator de corrosão da cidadania. O argumento levantado é sobre a insegurança gerada pela falta de transporte urbano adequado no período da noite. No parágrafo seguinte, eles falam da importância da cultura como processo de formação do cidadão e ressalta a luta pelo *passage livre* “para estudantes”, pela redução da tarifa e pela melhoria do transporte público. Enfatiza-se a cultura como um processo pedagógico de aprendizado para o exercício da cidadania, para além dos espaços escolares. A liberdade é pensada a partir de uma lógica de efetivação de alguns direitos sociais e constitucionais: livre acesso a educação que leva ao livre acesso a cultura que leva a livre circulação pela cidade.

Repetem-se os bordões como “Resistir, resistir, resistir até a tarifa cair” e “Eu pago, não deveria, transporte não é mercadoria”. Esses bordões enfatizam a centralidade do *quadro mobilidade urbana* como espinha discursiva do evento. O *MPL-JP* tenta construir o significado do *quadro mobilidade urbana* do ponto de vista regional, levando em conta que o tema *passage livre* recebeu ampla cobertura na mídia nacional.

As bandeiras satélites se repetem com a modificação do “contra o despejo do povo pobre” para “contra o despejo do povo pobre pelos projetos de intervenção do PAC e da copa do mundo”. Há, ainda, o acréscimo de mais um tema “Por políticas culturais estruturantes e transformadoras, e não a mera política de eventos”.

Basicamente, repete-se a estrutura de chamada de evento, enfatizando a centralidade do *quadro mobilidade urbana* com um realinhamento ao tema cultura enquanto demanda, a fim de possibilitar um enquadramento de maior abrangência; porém, em relação a outros temas tomados como secundários, o processo discursivo não é desenvolvido o que demonstra a prevalência do interesse particular do movimento em relação à demanda central.

Enfatizam-se as demandas através dos quadros mobilizados, a exemplo do contra a PEC 37 e contra a Cura Gay, sem, no entanto, construir um discurso claro, dando margem a uma disputa em torno da interpretação dos quadros de ação, porém quando visto no processo de interação discursiva essas demandas perdem relevância enquanto base de uma ação coletiva. Enquanto o JPA II tinha um evento paralelo, que era a PEC 37 e que se projetava como um contra-enquadramento na observação dos laços dialógicos, no JPA III, na há nenhuma demanda com tamanho potencial para a sustentação enquanto contra-enquadramento e não há nenhum evento paralelo como potencial concorrente.

#### 4.2.3. João Pessoa Avante IV.

No presente evento, há uma nova queda na interação dentro da rede social digital. A média do evento são 16 postagens diárias.

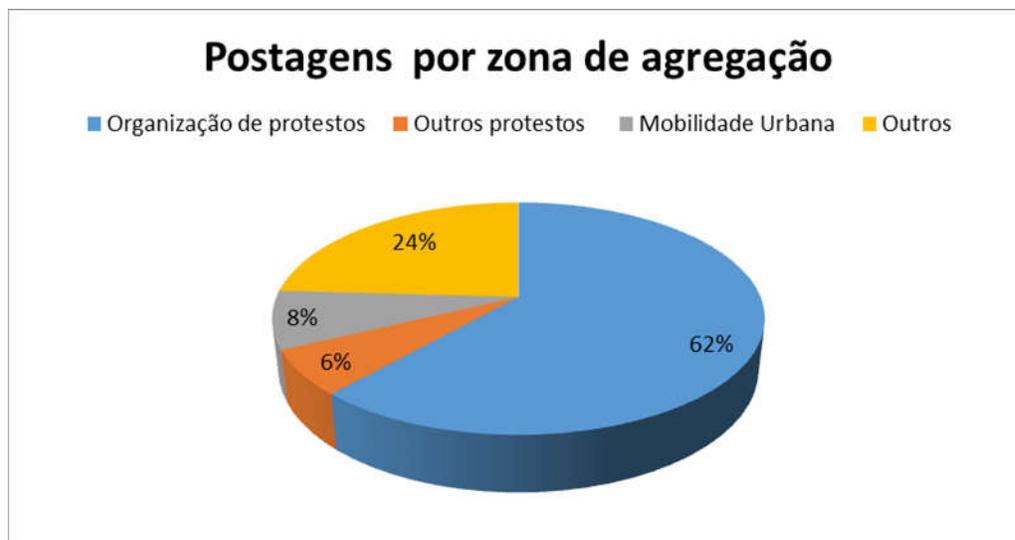
Quadro 12 – Número de postagem por dia JPA IV

Postagens por Dia			
05 de Julho	13	09 de julho	20
06 de julho	10	10 de julho	21
07 de julho	12	11 de julho	29
08 de julho	7		
Total		112	

Fonte: Elaborado pelo autor.

No JPA IV, o dia com maior número de postagens é o dia de realização do evento e assim como os dois eventos anteriores, essas postagens trazem em sua maioria informações sobre o andamento das manifestações.

Gráfico 7 - Distribuição de postagens JPA IV.



Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico 7, observa-se que as quatro zonas de agregação que ganharam força no evento JPA III se mantêm no evento JPA IV, no qual a *zona de agregação organização de protesto* amplia o seu espaço, com mensagens que enfatizam a importância da participação das pessoas.

Os dois tipos de mensagens com destaque no JPA IV são do tipo avaliativa moral com 26 postagens e a do tipo informativa com 25 postagens. As outras três zonas de agregação diminuíram de tamanho e as zonas *mobilidade urbana e outros protestos* praticamente perderam metade das postagens, o que indica um evento que se transforma em um centro de informação no qual o processo discursivo tende ao alinhamento passivo dos participantes, ou seja, perde seu poder de agenciamento de significados e de mobilização.

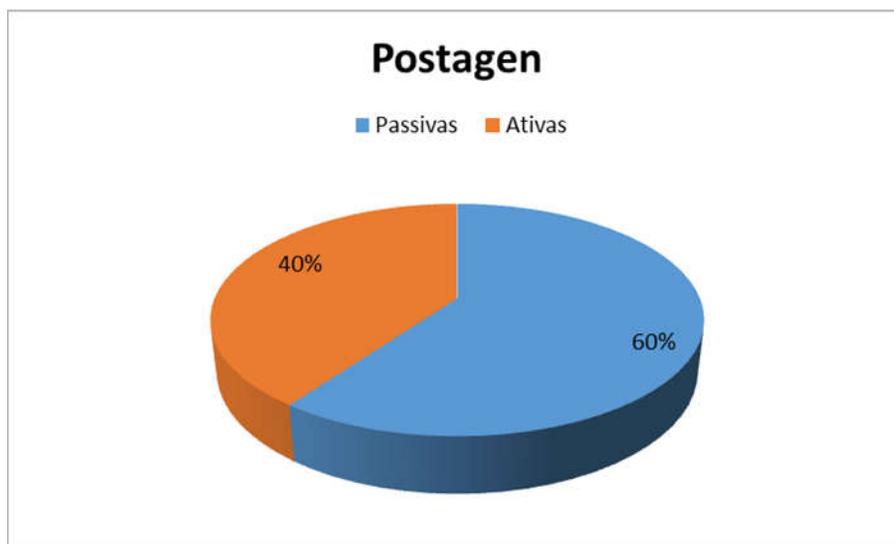
Tomando que há uma queda na interação online com a diminuição de participantes conectados e que, mesmo assim, o JPA IV tem mais participantes no protesto de rua que o JPA III, nota-se que as organizações e movimentos sociais tradicionais, que chamaram o dia nacional de greve e mobilizações, utilizaram-se das suas redes de agenciamento off-line para agregar pessoas a ação coletiva. O JPA IV se torna um evento carona em uma manifestação nacional promovida por organizações sindicais de trabalhadores.

Na total de 85 postagens que compõem as zonas de agregação, observamos que em 35 postagens são mensagens de cunho informativo, enquanto em 29 postagens as mensagens são de cunho avaliativo moral, em que pessoas buscavam posicionar-se diante das postagens. Em 16 postagens, as mensagens têm tom de dúvidas, relacionadas em sua maioria

à trajetória e horário do evento, assim como o primeiro evento. Em 3 postagens, o tom é propositivo em relação ao convite de mais pessoas para o evento. Em 1 mensagem, há um posicionamento político e em 1 mensagem há uma avaliação crítica. Não há mensagens irônicas.

Observamos as postagens a partir de um binário interativo Ativo/Passivo, há um crescimento de postagens passivas, demonstrando um evento de baixa contestação e que ganha ares de central de informação e de convite em vez de espaço de debate.

Gráfico 8 - Tipo de postagem por características das mensagens JPA IV



Fonte: Elaborado pelo autor.

No JPA IV, o crescimento em relação aos outros dois eventos é notório. Repete-se a tendência de alinhamento ao enquadramento e em relação à *zona de agregação organização de evento* as mensagens passam a ser de convite e apoio a manifestação, tentando construir

um enquadramento motivacional por parte dos participantes a fim de que esses mobilizassem mais pessoas.

No que tange à observação da rotina por meio das cinco postagens mais importantes por dia, destacamos que as postagens sem contestação são ampla maioria, porém o número de comentários com contestação e sem contestação praticamente se iguala. No universo de 35 postagens, 22 dessas postagens são de interação mútua sem contestação, 8 postagens são de interação reativa, e 5 postagens são de interação mútua sem contestação.

Em relação aos comentários, são 87 sem contestação e 43 comentários são com contestação, o que indica um processo de queda no processo de contestação no qual enquadramento tende a ter amplificação dentro do evento e, assim, a interação discursiva se desenvolve caracterizado por um processo de alinhamento das interpretações dos atores individuais com o enquadramento proposto pela organização do movimento.

Em relação às postagens com dez ou mais comentários, no JPA IV, há somente 4 postagens que se encaixam nesse critério. Em 2 postagens, há interação mútua com contestação em relação ao enquadramento, no qual há dois esclarecimento, um ligado ao *quadro mobilidade urbana* e outro ligado a reforma política e participação popular. A primeira postagem está ligada a zona de agregação *Outros* do qual o tema em questão é o questionamento da democracia representativa, em que o criador do evento esclarece o posicionamento da organização. A segunda postagem está ligada ao *quadro mobilidade urbana*, no qual a discussão gira em torno de um projeto de cidade e a falta de compromisso da prefeitura de João Pessoa, sem, no entanto, tocar na demanda *passage livre e redução da tarifa*.

A outras 2 postagens que envolvem interação mútua sem contestação. 1 postagem com a divulgação do dia e local do protesto envolve esclarecimento sobre o dia do evento na rua e a importância de protestar, porém sem tocar em nenhuma demanda relacionado ao enquadramento proposto chamada dos eventos. A outra postagem era uma reclamação sobre a falta do trajeto e horário, no qual há um esclarecimento. As 2 postagens sem contestação somam 27 comentários.

A outras 3 postagens que são do dia 05 de julho e 1 postagem do dia 09 de julho, sendo uma postagem ligada a *Política*, uma ligada à *mobilidade urbana* e duas ligadas à *Organização de protesto*. A queda vertiginosa no número de postagens demonstra uma perda considerável de interação online.

No que concerne ao enquadramento, um realinhamento é feito de modo a se valer da força dos movimentos sociais que chamaram a manifestação em nível nacional.

No presente evento, o enquadramento mobiliza dois tipos identitários, o “estudante” e o “trabalhador”, em que se dá a qualidade de *classe*, a fim de demarcar uma clara delimitação ideológica. É a primeira vez que se toma de modo claro no conjunto dos três eventos uma distinção ideológica. E que se aponta insatisfação com a gestão do governador Ricardo Coutinho.

Ilustração 18 – Chamada do JPA IV

2 mil comparecera talvez m	742	31 mil convidados
----------------------------------	-----	----------------------



🕒 Quinta, 11 de julho de 2013 às 13:00  
Há mais de um ano

📍 João Pessoa Exibir mapa

---

**DIA 11 É DIA DE LUTA. É DIA DE GREVE!**  
Vamos pular a catracal Tarifa Zero!

Dia 11 de Julho é o Dia Nacional de Luta da Classe Trabalhadora. Neste dia os trabalhadores, convocados por suas centrais sindicais e seguindo o exemplo da juventude brasileira, estarão mobilizados através da realização de paralisações, manifestações e greves por todo o país! Diversas organizações sindicais e movimentos sociais estão na rua cobrando mudanças profundas em nossa sociedade.

Nesta quinta, 11 de julho, o Movimento Passe Livre está mais uma vez indo às ruas para, além de apoiar a luta dos trabalhadores de todo o Brasil, se solidarizar em especial com os motoristas e cobradores de ônibus, que estão sendo demitidos pelos empresários de transporte como represália pelas mobilizações que a categoria realizou a semana passada. Não vamos aceitar que trabalhadores sejam perseguidos por lutar por seus direitos! Vamos pular as catracas e decretar Tarifa Zero, abrindo as portas dos ônibus no Centro da Cidade contra a ganância e truculência dos empresários.

Estaremos também exigindo avanços concretos nas negociações com os governos e denunciando a iniciativa absurda do governador Ricardo Coutinho que, achando pouco os abusivos preços das passagens de ônibus intermunicipais, esta querendo privatizar as rodoviárias de João Pessoa e Campina Grande.

Todo apoio à luta dos trabalhadores!  
Não à privatização das rodoviárias!  
Por um transporte público e de qualidade!

Iremos às ruas por:

1. Transporte público de qualidade
2. Reforma política que garanta a participação da participação popular;
3. Reforma urbana
4. Redução da jornada de trabalho para 40 horas;
5. Democratização dos meios de comunicação;
6. Educação pública e de qualidade - 10% do PIB para educação;
7. Saúde pública e universal - 10% do PIB para saúde;
8. Contra a PL 4330 (terceirização);
9. Contra os leilões do petróleo;
10. Reforma Agrária;
11. Pelo fim do fator previdenciário.

Nesse mesmo dia denunciaremos:

- A repressão e a criminalização das lutas e dos movimentos sociais;
- O genocídio da juventude negra e dos povos indígenas;
- A impunidade dos torturadores da ditadura;

E afirmaremos nossa posição contra a aprovação das propostas do estatuto do nascituro; contra a redução da maioria penal e contra o projeto de "Cura Gay";

Fonte: [https://www.Facebook.com/events/395533803901329/?active\\_tab=discussion](https://www.Facebook.com/events/395533803901329/?active_tab=discussion)

Na imagem principal, o slogan em destaque é “*A Luta é sua, A luta continua*”, seguido de um segundo slogan que é “*A cidade precisa de você*”, que tem o sentido de criar uma motivação através da identificação. O local de concentração voltou a ser o Liceu Paraibano.

A chamada se inicia falando do dia 11 de julho como um dia “nacional” de luta. No dia 11 de julho de 2011, alguns movimentos sociais e sindicatos organizaram um protesto. No enquadramento motivacional há a demarcação do tipo de identificação que o *AVJ* e o *MPL-JP* pretende dos manifestantes em relação ao alinhamento entre as demandas locais e as demandas nacionais. No cenário nacional a mobilização é denominada de “Dia nacional de luta da classe trabalhadora”.

A chamada enfatiza que o *MPL-JP* irá as ruas para apoiar os trabalhadores e, em especial, os trabalhadores das empresas de ônibus em João Pessoa que foram demitidos em função de protestos da categoria. Para isso, o *MPL-JP* fala em decretar *passé livre* e abrir as portas. A posição dos empresários é novamente destacada, enquadrando seus interesses em oposição à “classe trabalhadora”.

O enquadramento diagnóstico alinha a luta da “classe trabalhadora” a dois problemas concretos. O primeiro é a demissão de motoristas e cobradores de ônibus urbanos

que estariam sofrendo represália por conta das manifestações por melhores condições de trabalho. E o segundo problema está relacionado ao governador Ricardo Coutinho e sua suposta iniciativa de “privatizar” as rodoviárias de João Pessoa e Campina Grande. O discurso indireto é utilizado no enquadramento para ampliar as ações dos empresários do setor de transporte e o do governador Ricardo Coutinho de modo a demarcar os demandados na ação de confronto.

No enquadramento, a ideia de “tarifa zero” é destacada como uma estratégia de ação a ser utilizada na rua, e o trecho do texto em que aparece a frase “o preço abusivo das passagens” é usada para dar ênfase à ação de tentar privatizar a rodoviária. Assim a demanda *passage livre* e maior redução da tarifa de ônibus aparecem de modo implícito no enquadramento e com função complementar. No plano local, o *quadro mobilidade urbana* é subordinado a um enquadramento no plano nacional. Torna-se uma espécie de evento que tenta criar uma ponte com os outros movimentos e que constrói um enquadramento transformado, em que *mobilidade urbana* passa do direito à livre circulação da cidade para uma caixa de ressonância da luta da “classe trabalhadora”.

O enquadramento, ainda, pretende construir uma *ponte* entre a organização dos eventos e os outros movimentos sociais que compõem a manifestação marcada para o dia 11 de julho de 2013.

Novas demandas secundárias aparecem e algumas que apareceram em eventos anteriores são redesenhadas: reforma política que garanta a participação da participação popular; reforma urbana; redução da jornada de trabalho para 40 horas; democratização dos meios de comunicação; educação pública e de qualidade - 10% do PIB para educação; saúde pública e universal - 10% do PIB para saúde; Contra a PL 4330 (terceirização); contra os leilões do petróleo; reforma agrária; pelo fim do fator previdenciário. E ainda continuam com mais temas: a repressão e a criminalização das lutas e dos movimentos sociais; o genocídio da juventude negra e dos povos indígenas; a impunidade dos torturadores da ditadura; contra a aprovação das propostas do estatuto do nascituro; contra a redução da maioria penal e contra o projeto de “Cura Gay”. Algumas dessas demandas são retiradas do material confeccionado pelas centrais sindicais<sup>93</sup>.

---

<sup>93</sup> Para mais informações ver <http://csbbrasil.org.br/blog/2013/07/02/direcao-nacional-da-csb-conclama-filiados-para-manifestacoes-do-dia-11-de-julho/>. Acessado em 19 de fevereiro de 2017.

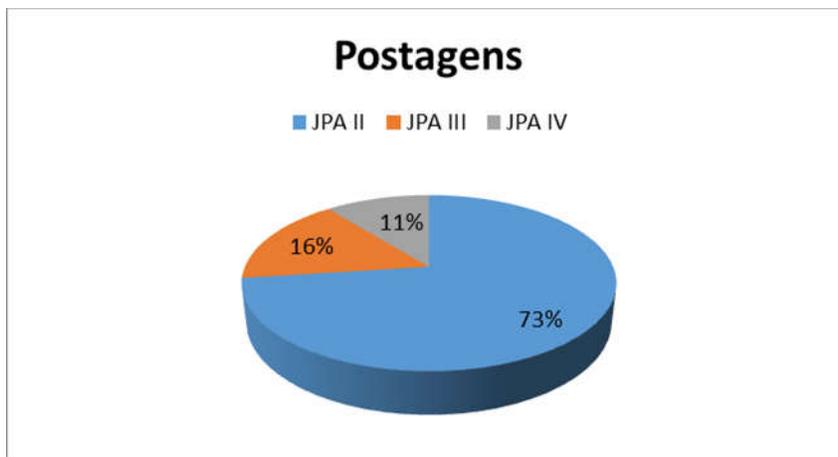
O número de temas secundários aumenta no JPA IV, mantendo-se a lógica dos eventos anteriores, que é ampliar o apoio a outros temas, porém mantendo-os em segundo plano. Pode se notar que uma característica em comum em relação aos outros eventos é que os temas secundários não são trabalhados no sentido de se estabelecer ideias e objetivos precisos, e tem o sentido de ampliar o número de demandas para abranger outras interpretações que possam ampliar o número de participantes no evento. A extensão do enquadramento é um recurso utilizado pela organização ao longo dos três eventos aqui analisados e, por vezes, é combinado com outro tipo de alinhamento como o enquadramento ponte quando tem o sentido de constituir laços interpretativos com outros movimentos como as centrais sindicais ou quadros de amplificação, que podem ser vistos nas interações discursivas quando os participantes conectados se propõem a esclarecer e revigorar o *quadro mobilidade urbana*.

#### **4.3. O quadro mobilidade urbana e os eventos João Pessoa Avante II, III e IV.**

O uso de rede social digital como um repertório de ação coletiva possibilita uma intensa combinação de estratégias, enquanto a utilização de petições online, enquetes e transmissões de vídeo, enquanto forma de promover o alinhamento de ideias. Um evento online de mobilização permite a combinação de vários elementos estéticos e narrativos para a motivação dos sujeitos. O hipertexto permite a combinação de linguagens escritas, fotográfica e de vídeo, além de uma consequente interatividade discursiva, através do qual os sujeitos realizam o processo de enquadramento das suas perspectivas individuais. Esse processo depende diretamente da rotina de interações. Essa rotina registrada permite aos movimentos mapear demandas e formas de atuação importante para as pessoas.

O primeiro aspecto, no comparativo entre os três eventos, é a queda acentuada no número de compartilhamento de mensagens.

Gráfico 9 – Distribuição do compartilhamento de mensagens por evento.



Fonte: Elaborado pelo autor.

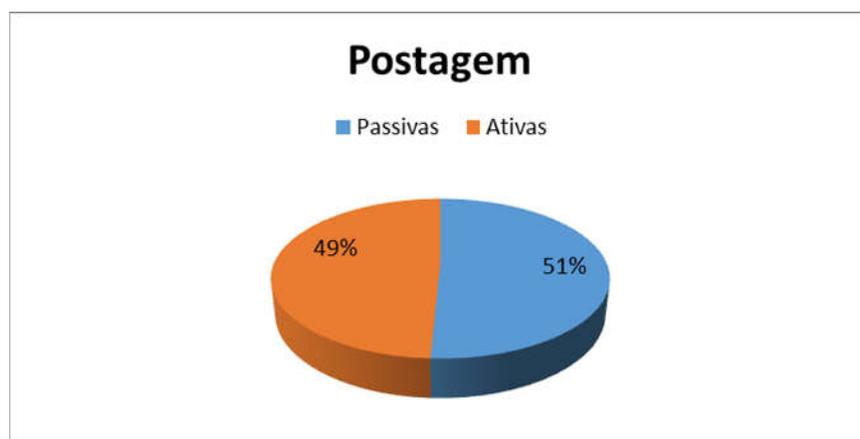
Enquanto no JPA II houve 758 postagens, no evento seguinte houve 169 postagens e no JPA IV houve 112 postagens, o que demonstra o predomínio das interações do primeiro evento analisado em relação ao conjunto dos eventos analisados. Ressaltamos que essas são as postagens primárias, não levamos em conta as repostas, observamos somente as zonas de agregação.

No conjunto de 1040 postagens, 843 postagens foram catalogadas como relevantes e receberam uma classificação em relação aos seus atributos. Em 315 postagens há mensagens do tipo informativo como reportagens, vídeos sobre outras manifestações, chamada para o próprio evento e ainda chamadas para outros eventos. Em 279 postagens há uma avaliação moral sobre o evento, principalmente no que tange a demarcar apoio à manifestação, bem como ainda discordar do enquadramento ou ainda reforçar a sua importância, passando por avaliações sobre a participação de partidos políticos e ainda reclamações sobre a organização do evento. Em 113 postagens há mensagem com dúvidas, em sua maioria, relacionadas a horário e trajeto da manifestação, em poucas ocasiões às dúvidas remetem ao esclarecimento sobre alguma demanda ou foco da manifestação. Em 86 postagens a mensagens do tipo propositivo, trazendo novas demandas que por vezes somassem as colocadas no evento ou por vezes propondo uma mudança de foco. Em 18 postagens há mensagens em tom de ironia em relação ao posicionamento da organização com relação a alguma demanda. Em 9 postagens, o conteúdo era avaliativo crítico e outras 3

postagens trazem um posicionamento político em que pessoas afirmavam a importância de ser de esquerda.

Quando alinhamos as postagens em *passivas e ativas*, ficou claro o tipo de interação que as pessoas constroem com os eventos.

Gráfico 10 – Tipo de postagem por características das mensagens.



Fonte: Elaborado pelo autor.

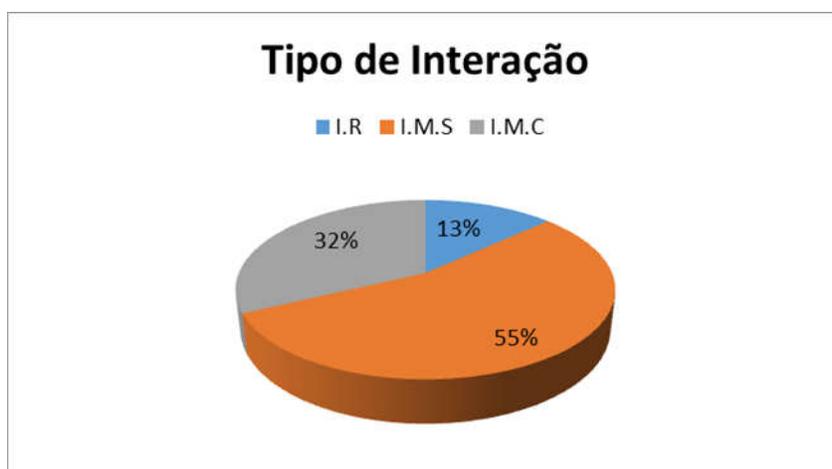
O que fica visível no conjunto dos três eventos é que há uma pequena vantagem das postagens passivas em relação às postagens ativas. O que demonstra uma tendência à manutenção das pautas, estabelecendo, assim um processo de desenvolvimento da ação coletiva que passa pelo alinhamento do *quadro mobilidade urbana* com diferentes tensões discursivas, porém sem a geração de um *contra-quadro* que tenha o potencial de colocar em risco sua centralidade. Desse modo, os participantes demonstram um comportamento maior de adesão do que de contestação quando visto o tipo de postagem. O *contested process* se desenvolve por um debate que envolve certa atitude proativa dos participantes, mas não a ponto de ameaçar a centralidade do *quadro mobilidade urbana*.

Quando observamos as cinco maiores postagens diárias no conjunto dos três eventos, a perspectiva do comportamento muda por conta de estar olhando-se para postagens que combinam laços dialógicos e laços associativos. Os laços dialógicos revelam a forma de agenciamento entre os sujeitos e um enquadramento de ação coletiva.

Ao observarmos a rotina das cinco maiores postagens diárias percebemos uma variação do tipo de interação discursiva. De 106 postagens observadas, aferiu-se que 14

postagens têm características de uma interação reativa, em que 8 postagens recebem somente curtidas e 6 têm comentários que são trocas de link. No conjunto, há ainda interações mútuas sem contestação, ou seja, um processo no qual não há oposição de ideias em relação ao enquadramento proposto nas mobilizações. Os participantes alinham-se à versão da realidade proposta pelo movimento, por vezes, esclarecendo como aderem ou simplesmente declarando apoio. Em 58 postagens, há interação mútua sem contestação do enquadramento e em 34 postagens há interação com contestação do enquadramento proposto nas mobilizações.

Gráfico 11 – Distribuição das interações.



Fonte: Elaborado pelo autor.

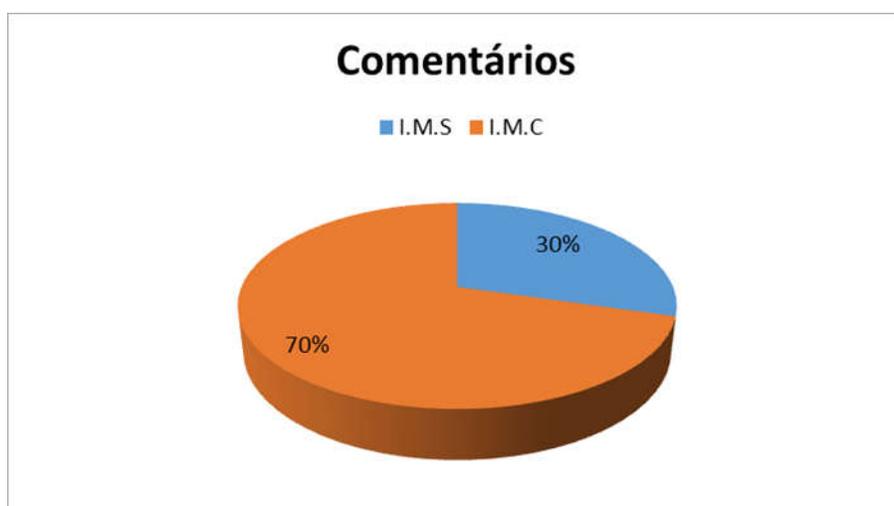
O gráfico mostra que, no conjunto dos três eventos, a participação das pessoas se dá em sua maioria por um laço dialógico que consiste no modo como o processo discursivo se desenvolveu no conjunto dos eventos. Os laços dialógicos têm predominantemente interações mútuas sem contestação o que demonstra um processo discursivo de baixo conflito, apontando para um processo de articulação dos enquadramentos individuais com o enquadramento proposto nos eventos. A caracterização do compartilhamento de mensagens demonstra o tipo de relacionamento que as pessoas criam ao participar de um evento de confronto, no qual compartilham de interpretações em um evento público.

É interessante observar que o Facebook, enquanto repertório de ação coletiva permite interação entre muitos, criando um canal de participação massivo e interativo, que permite a expressão da individualidade por meio dos perfis, o que permite mapear sentidos e comportamentos e, assim, trabalhar o enquadramento desejado de modo a alcançar maior

efetividade. No presente caso, o processo de contestação observado na rede social digital não implicou na modificação do enquadramento mestre.

Porém quando observado o número de comentários em relação à ação de contestar ou não, percebemos que, mesmo o número de postagens com interação mútua com contestação sendo menor, o número de comentários nessas postagens é maior. Os comentários em postagens com interação mútua de contestação somam 1841, enquanto nas postagens com interação mútua sem contestação somam 772 comentários.

Gráfico 12 – Distribuição de comentários.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O processo de contestação goza assim de ampla interação discursiva, o que significa que certas demandas provocaram um intenso processo de contestação política dos significados do enquadramento. Na observação de uma linha temporal, que vai do dia 22 de junho de 2013 a 11 de julho de 2013, podemos notar como o processo de contestação vai perdendo força em detrimento de uma interação mútua que amplifica o enquadramento pretendido pela organização<sup>94</sup>.

<sup>94</sup> A linha temporal construída para demonstrar o número de comentários envolve a somatório de comentários evento diferente nas datas em comum. Assim no dia 30 de junho há 0 comentários de interação mútua de contestação no evento JP II, mas há 58 comentários do JPA III no mesmo dia 30 de junho. E assim sucessivamente no dia 05 de julho a 2 comentários do JPA III e 33 comentários no mesmo dia porém do JPA IV.

Quadro 13 - Dias e número de comentários com contestação.

Dia 22	Dia 23	Dia 24	Dia 25	Dia 26	Dia 27	Dia 28	Dia 29	Dia 30	Dia 01
808	450	123	70	20	243	0	0	58	11

Dia 02	Dia 03	Dia 04	Dia 05	Dia 06	Dia 07	Dia 08	Dia 09	Dia 10	Dia 11
0	8	5	35	3	7	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

A queda no processo de contestação é acentuada ao longo dos dias por conta da diminuição do número de pessoas. Essa diminuição resulta numa menor interação e em um maior alinhamento ao enquadramento à medida que o cenário dos eventos vai mudando. Quando se observa em separado, é visto que, em cada evento, os dias com o maior número de comentários em relação à interação mútua com contestação são os dias de criação dos eventos no Facebook, que são respectivamente dia 22 de junho, dia 30 de junho e dia 05 de junho. O JPA II diverge dos dois outros eventos à medida que, em números totais têm mais comentários com contestação do que comentários sem contestação.

Um comparativo com o número de comentários em postagens com interações mútuas sem contestação mostra a mudança de postura dos participantes.

Quadro 14 - Dias e número de comentários sem contestação

Dia 22	Dia 23	Dia 24	Dia 25	Dia 26	Dia 27	Dia 28	Dia 29	Dia 30	Dia 01
0	0	29	100	262	113	82	3	19	25

Dia 02	Dia 03	Dia 04	Dia 05	Dia 06	Dia 07	Dia 08	Dia 09	Dia 10	Dia 11
26	10	16	24	11	10	3	19	10	11

Fonte: Elaborado pelo autor.

A relação é clara, à medida que decaia a contestação do enquadramento, o alinhamento das interpretações individuais vai se ajustando às interpretações propostas nos eventos.

À medida que há uma variação da visibilidade nacional dos eventos, há uma variação no número de participantes, o que demonstra o tipo poder de mobilização de cada evento. O JPA II e JPA IV, são eventos que se ancoraram na visibilidade nacional. O JPA II por ainda se valer da proximidade temporal com os eventos entre os dias 17 e 20 de junho com sua grande repercussão nacional e o segundo por se valer da rede de mobilização acionada dos sindicatos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Assim, o JPA II tem 5 mil participantes e 7700 mil confirmados no Facebook e o JPA IV tem 4 mil participantes e 2 mil confirmações, enquanto o JPA III teve 240 participantes e 2900 confirmações. Apesar do JPA IV ter um número de menor de confirmações que o JPA III, o número de participantes na rua do primeiro evento citado foi maior do que o do segundo.

No que tange às postagens com 10 ou mais comentários, o evento JPA II tem maior destaque com 63 postagens, seguido pelo evento JPA III com 7 sete postagens e, por último, o JPA IV com 4 postagens, totalizando 74 postagens, com 3050 comentários, em um universo de 1040 postagens. Visto desse parâmetro, o evento no Facebook enquanto repertório de mobilização coletiva é marcado por interações discursivas de baixa troca de mensagens e, em sua maioria, os participantes priorizam mensagens curtas, o que faz com que o processo de debate se desenvolva por uma interação mútua com marcado por uma maior contestação em postagens com maior número de interações discursivas. O processo de contestação também está relacionado a um processo de enquadramento nas páginas, marcado por agregação de amplas demandas secundárias alinhadas ao enquadramento.

Quadro 15 – Tipo de interações discursivas por evento.

JPA II		JPA III		JPA IV	
I.M.S	I.M.C	I.M.S	I.M.C	I.M.S	I.M.C
29	34	3	4	1	2

Fonte: Elaborado pelo autor.

No conjunto dos três eventos, observa-se que o debate sobre o *quadro mobilidade urbano* envolve o desafio de convencer parte do público a ir a uma manifestação no qual a principal bandeira é o *passage livre* e a redução da tarifa; no processo de contestação, a maioria dos envolvidos nas interações se propõe a referendar o enquadramento diagnóstico e prognóstico das manifestações a fim de motivar os participantes conectados aos eventos da internet naquele momento de ir à rua. Quando o debate envolve questões secundárias notamos, por exemplo, no caso da participação dos partidos políticos, que o debate é equilibrado no sentido de que não há a ampla maioria de opiniões contrárias ou favoráveis, porém uma ligeira maioria questiona de maneira veemente o tipo de participação dos partidos políticos, sempre alinhando a ideia de falha do sistema político e a necessidade de uma reforma política; no entanto, sem especificar uma diagnóstico mais conciso do problema e nem apontar soluções.

No conjunto de observações elencadas em relação aos três níveis distintos de observação das postagens, notou-se em primeiro plano que há um tipo de interação discursiva que tende a conservar o *quadro mobilidade urbana*. O *quadro mobilidade urbana* sofre maior resistência no JPA II. Quando se observa o critério das cinco maiores publicações diárias, as interações mútuas com contestação superam as interações mútuas sem contestação; à medida que se observa o desenvolvimento do JPA III e JPA IV, as interações discursivas diminuem e em sua maioria.

## Considerações Finais.

Um protesto tem como fundamento maior o desafio ao *status quo*, dando base para a construção de ações coletivas, que encontram, na interpretação sobre os fatos, a condição subjetiva para a estruturação do enfrentamento.

Um fator preponderante para uma mobilização é o grau de relação entre pessoas, grupos e o movimento a partir do contexto político e reivindicações. Partindo de uma oportunidade política pode-se criar uma ação de confronto que contesta não somente um demandado ou um opositor, mas todo um sistema de relações. No caso dos eventos analisados o principal alvo era a relação entre o poder público estadual e municipal e os empresários de ônibus, uma relação sedimentada em um sistema de poder relacionado ao controle da qualidade do transporte público urbano na cidade de João Pessoa.

A noção de enquadramento, utilizado a partir de Snow e Benford (1986 e 2000), dar ênfase em processos de construção simbólica de ideias coletiva que observam similaridade e coesão narrativa e de práticas de ação, porém também é utilizada para analisar uma oposição de ideias, que é denominada de *contested process* (processo de contestação) Na presente pesquisa, apontamos para o processo de contestação, observando a ação coletiva a partir da ação de confronto.

O grau de relação entre atores, denotando uma dimensão de proximidade, enquanto solidariedade, pode servir de base para questionarmos as redes sociais digitais como espaços de gestação de um novo ativismo. A dimensão relacional presente numa rede social digital afrouxa as demandas e os “constrangimentos” do compromisso, que um ator social assume na filiação a um movimento social estruturado ou em entidades da sociedade civil com algum grau de institucionalização.

O que as redes sociais podem estar fazendo é tornar “visíveis” afinidades que reforçam e estabelecem relações entre os atores sociais, conferindo maior rapidez e menor custo a todo tipo de mobilização. No entanto, o fortalecimento de relações ligadas a um quadro de ação coletiva é influenciado pela percepção dominante no contexto político em que se está inserido.

O fortalecimento das relações não significa estabelecer movimentos sociais, baseados na associação e organização de uma entidade com fundamento ideológico claro e com uma causa nitidamente definida. Surgiria assim o *ativista de situação*, que apoia causas

ou participa de mobilizações sem o compromisso de um vínculo mais duradouro. O custo que esse tipo atitude representa para um movimento ou a uma mobilização será dado por força do contexto social. Em um contexto onde uma demanda precise de ampla visibilidade, *o ativista de situação* poderia auxiliar para a ampliação da visibilidade à medida que ele atrai atenção, seja por força da agregação numérica ou por força de algum do tipo de inserção no meio social.

A estrutura de uma rede como Facebook, centrada na construção de perfis, que podem interagir diretamente ou por meio de comunidades (grupos de interesse) está baseada na individualidade centrada na apropriação dos sentidos e das narrativas dos sujeitos como narrativas dos outros, externa a sua vontade e dissociada das suas raízes históricas e sociais. Essa estrutura é baseada na ação humana e em relações não casuais, mas mediadas por um ambiente sociotécnico (criado artificialmente para facilitar e induzir o comportamento de compartilhamento, onde se cria um simulacro de livre - escolha). Em uma livre associação de ideias, o Facebook seria uma espécie de rota de troca/compartilhamento semântico para os seus viajantes que, ao longo da rota, vai se associando a grupos de interesses, possibilitando o fortalecimento dos laços e do perfil do usuário. A estrutura de compartilhamento age em realidade para reforçar a individualidade, agindo como um tipo particular de fluxo comunicativo que está em constante alinhamento de ideias e ações coletivas e individuais.

Assim, poderíamos especular que a ideia de colaboração seria uma dinâmica imposta por via da estrutura. Redes sociais digitais são ambientes sistêmicos baseados na adesão e na confiança. Ao aderirem a uma rede social digital, os atores passam a ser regidos por uma série de padrões explícitos (regras e políticas de uso) e por padrões implícitos (uma espécie de ordem programável). Um usuário para ter maior domínio de suas ações, em uma rede social digital, precisaria dominar o código específico da rede a qual estaria vinculado, a fim desvendar o modo como a estrutura técnica influencia no ambiente de fala.

Uma rede social digital, enquanto repertório de ação coletiva, tem como vantagem estratégica o registro do processo de contestação, funcionando como uma big data das relações entre movimentos sociais e participantes conectados.

No espaço online, é possível observar os processos de agenciamento de significados tanto em um nível mais amplo (movimento) como mais micro (individuais), levando sempre em conta o cenário sócio-histórico em que os sujeitos vivem. Assim, partindo dos registros dos usuários, se torna possível reconstruir o confronto político, a partir de um olhar sobre o fluxo de desenvolvimento da ação coletiva. A limitação é que os registros

podem ser alterados e podem ter uma dimensão tamanha de informações que a multiplicidade de ideias pode desnortear; por isso, que na presente pesquisa, criamos *zonas de agregação*, como mecanismos simbólicos que nos permitem observar a ação coletiva em uma rede social digital que tem como fundamento a relação egocentrada.

No caso aqui analisado, o cenário de confronto político nacional gerou a oportunidade política para a organização dos eventos em nível local, pois, em João Pessoa, o aumento da passagem já havia sido dado em janeiro de 2013 e a redução de 10 centavos havia sido dada no dia 18 de junho de 2013, dois dias antes da primeira manifestação em João Pessoa. Com o passar dos dias, posteriormente às Jornadas de Junho, nota-se que a partir do momento que o *quadro mobilidade urbana* perde importância no cenário nacional, os eventos nas redes sociais perdem importância enquanto repertório de mobilização social no cenário nacional.

No que se refere aos eventos em João Pessoa, a ampla variação do tipo identitário ao longo dos eventos não ajudou a sedimentar significados de contestação que auxiliassem os manifestantes a trabalhar o próprio alinhamento. Assim, o tipo identitário variou de acordo com o cenário e sua ressonância. No primeiro evento, houve ênfase nos tipos: estudante, desempregado e o povo. Como não há uma definição dos traços identitários, o processo de alinhamento da ação individual com a ação coletiva fica a cargo da capacidade subjetiva de cada um no cenário local em questão. Quando visto do cenário nacional, observamos que o processo de alinhamento por força da amplificação e pelo conjunto de disputas semânticas que se desenhavam na grande mídia nacional e na oposição de grupos sociais gerou uma intensa fragmentação dos eventos – havia eventos dentro dos eventos – e um intenso quadro de disputas de demandas e dos seus significados.

Na segunda manifestação a ênfase, foi dada ao tipo estudante focando no alinhamento do *quadro mobilidade urbana e consumo da produção cultural da cidade*. A terceira manifestação foca no tipo trabalhador observado enquanto classe social e política, firmando um alinhamento ideológico claro.

Os eventos JPA III e JPA IV restringem os seus tipos identitários a fim de construir uma aproximação com um tipo de manifestante específico e desmobilizar sujeitos dispostos a construir contra-enquadramento. Por outro lado, a amplificação das demandas feitas nas chamadas dos eventos busca estabelecer um alargamento do enquadramento feito pelo movimento com o objetivo estratégico de ganhar participantes, porém, no espaço online,

há uma queda da participação, mas há uma variação na participação de rua. Sendo o JPA III o evento com o menor número de participantes na rua e o único onde o *tipo estudante* é amplamente ressaltado. O evento JPA IV há uma queda dos participantes conectados, porém há um maior número de pessoas no dia da realização na rua, 11 de julho de 2013, dia da mobilização chamada pelas centrais sindicais e encampada por movimentos como MST. Desse modo, a credibilidade desses movimentos sociais no cenário do JPA IV foi um dos fatores articuladores de mobilização com maior força que as redes sociais digitais.

Por fim, colocamos que, no conjunto da teoria dos quadros de ação coletiva, torna-se necessário o desenvolvimento de mecanismos de análise para dar conta de uma fragmentação das demandas. No presente caso, as tipologias *zona de agregação* e a classificação do processo discursivo por meio das interações sociais separadas em *interações mútuas sem contestação* e *interações mútuas com contestação*, permitiram analisar de que modo uma rede social digital atua no comportamento do enquadramento de ação coletiva em especial no caso do quadro *mobilidade urbana*.

O cenário social é a base para amplificação de um quadro de ação coletiva, a partir do momento que uma interpretação dos fatos (diagnóstico e prognóstico) se mostre capaz de sobreviver a um processo de contestação. Em relação ao enquadramento proposto nas mobilizações, apesar de haver um processo de contestação nas redes sociais digitais, não houve a formação de um *contra-quadro* consistente por parte dos participantes conectados.

Redes sociais digitais, enquanto repertórios de ação coletiva podem servir para os movimentos sociais, sindicatos e outros tipos de organizações sociais estudarem estratégias de confronto político, tendo em vista uma política simbólica relacional que permita tomar uma posição ativa no processo de contestação dos *contra-quadros* em um cenário social e político.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, S. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. In: *XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. 2007. Anais. Santos: Intercom, 2007. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1977-1.pdf>. Acessado 9 de julho de 2016.

ALMEIDA, I.; URPIA, A.; IZERROUGENE, B. A lógica da acumulação capitalista na economia informacional. Liinc em Revista, v.6, n.1, p. 72-88, 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/339/228>, acessado em 25 de junho de 2016.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova. São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009

\_\_\_\_\_. Repertório, segundo Charles Tilly. História de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, vol. 2, 2012.

ALVAREZ, Sônia, DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: Alvarez, Sônia, Dagnino, Evelina, Escobar, Arturo (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova, São Paulo, v. 80, n. 71-96, p. 71, 2010.

ALVES FILHO, Mário Helder de Sousa. Passe Livre, jornadas de junho e comunicação no contexto dos movimentos sociais. In: XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2015, Natal. DT07. Comunicação, Espaço e Cidadania, 2015. p. 1-15.

ALVES DA SILVA, Regina helena, et al. Vandalismo e política nas redes sociais. In: ALVES DA SILVA, Regina helena (org.). *Ruas e Redes: Dinâmicas dos protestos BR*. 1ºed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

ARAÚJO, R. P. A. PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P. Metodologia de pesquisa de blogs: análise das eleições presidenciais de 2006 e o movimento "Cansei". *Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)*, v. 17, p. 159-181, 2009.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; SILVEIRA FILHO, Claudionor Gomes; SILVA, Flávio Santos. *MÍDIAS SOCIAIS E CIDADANIA: DO APOIO À MOBILIZAÇÃO DO CIBERATIVISMO EM TORNO DO #25JAN #EGYPT*. Texto apresentado no XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, Recife, 2011.

AUTOUN, Henrique e MALINI, Fábio. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*: Porto Alegre: Sulina, 2013.

BARBA, Haro, C. e BLANCO, SAMPEDRO, V. Activismo político en Red: del Movimiento por la Vivienda Digna al 15M. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, Norte américa, 8, dic. 2011. Disponível em: <<http://teknokultura.net/index.php/tk/article/view/14>>. Acessado em dezembro de 2013.

BOYD, D.M.; ELLISON, N.B. Social network sites: definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 13, n. 1, p. 210-230, 2007. Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>. Acesso em: 07 em julho de 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília : Secom, 2014. 151 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília : Secom, 2015. 153 p.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: Mudanças teóricas no estudo das ações Coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia & Antropologia*, vol. 2, 2012.

CABRAL, Enver José Lopes. Transporte coletivo e espaço urbano: contradições, conflitos e mobilização social em João Pessoa-PB. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. 196f.

CAMPOS, João. PDC 234/2011- Projeto de Decreto Legislativo. Câmara dos Deputados. Brasília, 2011. Disponível em

CARLOS, Eliana Natividade. A mídia e as manifestações de junho de 2013: uma análise de produtos midiáticos. Dissertação de mestrado, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2015. 96 f.

CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes de. A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

CASTELLS, Manuel. *La Galaxia Internet*. Barcelona: Areté, 2001. 316 p.

\_\_\_\_\_. *A Sociedade em Rede*. Vol.1 Trad. Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Poder da identidade: A era da Informação, Economia e Cultura*, vol. 2. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CESAR, Daniel Jorge Teixeira. A cultura da cópia: estudo sobre o compartilhamento de arquivos e a prática da pirataria virtual. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de Brasília, Brasília, 107 f, 2013. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/13724>, acessado em 4 de julho de 2016.

CNI & IBOPE. Pesquisa CNI-IBOPE *Edição especial*. jul. 2013. Disponível em [http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/CNI\\_IBOPE\\_edicao%20especial\\_jul2013\\_web.pdf](http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/CNI_IBOPE_edicao%20especial_jul2013_web.pdf). Acessado em 13 de julho de 2016.

CNT-IBOPE. Pesquisa de Opinião pública sobre as manifestações. JOB0948. Jun. 2013. Disponível em: [http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/JOB\\_0948\\_BRASIL%20-%20Relatorio%20de%20tabelas.pdf](http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/JOB_0948_BRASIL%20-%20Relatorio%20de%20tabelas.pdf). Acessado em 15 de julho de 2016.

COELHO, M.G.P. e LEMOS, Daniel D. "Relatos de experiências em redes digitais sobre o movimento #ForaMicarla: agenciamento, reflexividade e desdobramentos políticos em Natal/RN" in, Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs, de 23 a 27 de setembro de 2013, em Águas de Lindóia - SP. São Paulo: ANPOCS, 2013.

COSTA-MOURA, F. Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos. *Ágora (PPGTP/UFRJ)*, v. XVII, p. 141-158, 2014.

DATAFOLHA. Avaliação sobre protestos por tarifa de ônibus em São Paulo. PO813687. 13/06/2013. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/14/tarifa-deonibus.pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2016.

DATAFOLHA. Protestos sobre aumento na tarifa dos transportes II. PO813688. 18/06/2013. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/19/protestos-aumento-tarifa-ii.pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2016.

DATAFOLHA. Opinião sobre as manifestações. PO813693. 21/06/2013. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/24/opinio-sobre-as-manifestacoes.pdf>. Acesso em 11 de agosto de 2016.

DELLA PORTA, Donatella, DIANI, Mário. ACTION FORMS, REPERTOIRES, AND CYCLES OF PROTEST. In *Social movements : an introduction*. 2ª edição. Malden: Blackwell Publishing, 2006, p. 163 -192.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1 / Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 94 p. Disponível em <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-guattari-mil-platos-voll.pdf>. Acessado em 12 de dezembro de 2016.

DI GIOVANNI, Julia Ruiz. *Seattle, Praga, Gênova: política anti-globalização pela experiência de ação de rua*. São Paulo, 2007. 149 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, 2007.

EVANGELISTA, Rafael. O movimento software livre do Brasil: política, trabalho e hacking. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 173-200, jan./jun. 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000100007>. Acessado em 4 de julho de 2016.

FERREIRA, J.; FONTES, B. S. M.. Ágora eletrônica: algumas reflexões teórico-metodológicas. Estudos de Sociologia (Recife), v. 19, p. 1, 2015.

F/Nazca Saatchi & Saatchi. Internet móvel, cidadania e consumo no Brasil [online].14ª edição, abril de 2014. Disponível em: <[http://www.fnazca.com.br/wp-content/uploads/2014/12/fradar-14\\_publica-site.pdf](http://www.fnazca.com.br/wp-content/uploads/2014/12/fradar-14_publica-site.pdf)>. Acesso em 5 de julho de 2016.

F/Nazca Saatchi & Saatchi. Democracia e consumo [online].15ª edição, maio de 2015. Disponível em: <[http://www.fnazca.com.br/wp-content/uploads/2015/10/f\\_radar-2015-revisado.pdf](http://www.fnazca.com.br/wp-content/uploads/2015/10/f_radar-2015-revisado.pdf)>. Acesso em 5 de julho de 2016.

FOWERAKER, JOE. Theories of Social Moviments. In Theorizing Social Movements. Pluto Press. 1995, p. 9-35.

FURINI, Liana G.. Cultura de compartilhamento: as transformações da comunicação através das novas tecnologias. Revista Mediação, v. 17, p. 77-86, 2015. Disponível em <http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/2939>, acessado em 4 de julho de 2016.

GOFFMAN, E. 2012. Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Petrópolis, Editora Vozes, 720 p.

GONÇALVES-DIAS, S.; MENDONÇA, P.; TEODÓSIO, A.; SANTOS, M. *Frames* de ação coletiva: uma análise da organização do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Brasil – MNCR. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 3., Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2010.

GOHN, Maria da Gloria. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. Educação Não Formal e Cultura Política- 6a edição. 6a. ed. Sao Paulo: Cortez Editora, v. 1. 128p. 2014.

\_\_\_\_\_. A SOCIEDADE BRASILEIRA EM MOVIMENTO: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. CADERNO CRH, Salvador, v . 27, n. 71, p. 431-441, Maio/Ago. 2014.

GLOBO. Facebook passa Orkut e vira maior rede social do Brasil, diz pesquisa. Disponível em <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/01/Facebook-passa-orkut-e-vira-maior-rede-social-do-brasil-diz-pesquisa.html>. Acessado em 26 de janeiro de 2017.

INTERVOZES – Coletivo Brasil de Comunicação Social. Vozes Silenciadas: mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo. Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social – São Paulo, 2014.

INTERAGENTES. Cartografia dos espaços híbridos: As manifestações de junho de 2013. Interagentes. São Paulo, 2013. Disponível em <http://interagentes.net/2013/07/11/cartografia-de-espacos-hibridos-as-manifestacoes-de-junho-de-2013/>. Acessado em 14 de julho de 2015.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Duas décadas de desigualdades e pobreza no Brasil medidas pela PNAD/IBGE*. Brasília, 2014. (Comunicado IPEA, n. 159). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/131001\\_comunicado159.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicado159.pdf)>. Acessado em 25 de janeiro de 2017.

LAGO, Silvia, MAROTIAS, Ana. Los movimientos sociales en la era de la internet. Atizapán de Zaragoza, ano 11, n. 54, dec. 2006. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n54/lagomarotias.html>, acesso em: 25 de Fevereiro 2014.

LEMONS, André. Ciber-cultura-remix. 2005. In: Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra). Mostra Cinético Digital. Centro Itaú Cultural. São Paulo, Itaú Cultural. 2005. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/remix.pdf>, acesso em: 20 de Janeiro de 2015.

LEMONS, André, LÉVY, Pierre. O futuro da Internet: Em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. Inteligencia Colectiva, por una antropología del ciberespacio. traducción por Felino Martínez Álvarez, OPS edics, Washington, D.C., 2004.146p.

LIMA, Ismar Borges de & SILVA, Noêmia Félix da. Segmentação, esfera pública virtual e horizontalidade dialógica da comunicação na era das redes sociais. In: Fragmentos de Cultura, Goiânia, vol. 20, n. 3/4, p. 191-206, mar./abr. 2010.

MARENCO, André. *As duas caudas de Gauss: minorias, protestos e representação política*. In: CATTANI, Antonio David (Org.). #protestos: análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo, 2014. p. 31-40.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: Cidades Rebeldes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCADAM, D.; TARROW, S. & TILLY, C. Para mapear o confronto político. Lua Nova, São Paulo, n.76, 2009.

MCCARTHY, Joseph. Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus. Youtube. 13 de junho de 2013. Disponível em <https://www.Youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>. Acessado em 5 de julho de 2016.

MEDEIROS, R. (2009). Social movements and civil society: Towards a deeper theoretical dialogue between two fields of study. Disponível em [http://www.academia.edu/1490781/Social\\_Movements\\_and\\_Civil\\_Society\\_Towards\\_a\\_deeper\\_theoretical\\_dialogue\\_between\\_two\\_fields\\_of\\_study](http://www.academia.edu/1490781/Social_Movements_and_Civil_Society_Towards_a_deeper_theoretical_dialogue_between_two_fields_of_study), Google Scholar. Acessado em 8 de janeiro de 2017.

MELUCCI, Alberto. Challenging Codes: Collective action in the information age. Cambridge/New York: Cambridge University Press. 1996.

MENDES, Lourival. PEC 37/2011- Projeto de Emenda Constitucional. Câmara dos deputados. Brasília, 2011. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507965>. Acessado em 10 de janeiro de 2017.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Carta de Princípios. Brasil, 2005. Disponível em <http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/carta-de-princ--pios-do-movimento-passe-livre.pdf>. Acessado em 8 de agosto de 2016.

MIZUKAMI, Pedro Nicoletti. Função Social da Propriedade Intelectual: compartilhamento de arquivos e direitos autorais na CF/88. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 2007. Disponível em [http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5101](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5101). Acessado em 07 de julho de 2016.

NERI, Marcelo (Coord.). Mapa da Inclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, 2012. 45p. Disponível em: [http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID\\_sumario.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_sumario.pdf). Acesso em: 10 de julho de 2016.

NORRIS, Pippa. New Social Movements, Protest Politics, and the Internet. In: Democratic Phoenix: *Reinventing Political Activism*. New York: Cambridge University Press, 2002.

NUNES, J. H. A TEORIA DO FRAME E A ANÁLISE DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS. In: 35º Encontro da Anpocs, 2011, Caxambu. 35º Encontro Anual da Anpocs, 2011. v. 1. p. 1-30.

\_\_\_\_\_. Frame e identidade coletiva: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais. Contemporânea, Rio de Janeiro-RJ v. 3, n. 1 p. 143-172. Jan.–Jun. 2013.

OLIVEIRA, Kristofer. Agosto de 1988. Disponível em <https://onibusparaibanos.com/2012/12/14/agosto-de-1988/>. Acessado em 25 de Janeiro de 2017.

ORTELLADO, P.;PARRA, H. Z. M. ;RHATTO, S. (Orgs.) . Movimentos em Marcha: ativismo, cultura e tecnologia. 1. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2013. 312p

PASSO A PALAVRA. Goiânia: Protesto contra aumento da passagem fecha a rua e abre caminhos. Disponível em <http://passapalavra.info/2013/05/77238>. Acessado em 10 de Janeiro de 2017.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In: Encontro da compolítica, 4, 2011, Rio de Janeiro. Anais do Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2011.

RAMOS, Nerize Laurentino. Uma abordagem teórico-metodológica das redes sociais. Texto apresentado no XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, Recife, 2011.

- RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. 1. ed. Porto Alegre: Sulina. 191p. 2009.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *POLÍTICA CIBERCULTURAL: Ativismo Político á distância na comunidade transnacional imaginada - virtual* In: Alvarez, Sônia, Dagnino, Evelina, Escobar, Arturo (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- SILVA, Raquel Souza. *Movimento Social e Ciberativismo no Twitter: O caso #ForaMicarla em Natal, Rio Grande do Norte*. Texto apresentado no XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, Recife, 2011.
- SILVA, R. P. Definindo o paradigma das TICs e seu diálogo com a divisão global digital. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 68-85, jan./jul. 2013.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Fóruns e redes da sociedade civil: percepção sobre exclusão social e cidadania*. *Politica & Sociedade*, v. 06, p. 19-40, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Redes de movimentos sociais*. 4ª. ed. São Paulo: Loyola, 2009. 143 p.
- \_\_\_\_\_. ; LUCHMAN, Lígia Helena Hann. *Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil*. *Politica & Sociedade*, Florianópolis-SC, v. 1, n. 5, p. 11-24, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.
- SINGER, A. V. *Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas*. *Novos Estudos CEBRAP (Impresso)*, v. 97, p. 23-40, 2013.
- SNOW, D e BENFORD, Robert D. *Framing processes and social movements: an overview and assessment*. *Annual Review of Sociology*, n.26, p.611-639, 2000.
- SNOW, D. BENFORD, R.D. et al. "Frame Alignment process, micromobilization, and movement participation." *American Sociological Review*, 51:p. 464-481. 1986.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TAVARES, Wellington. *Redes sociais virtuais como espaços para ações coletivas: possibilidades de interação e organização em movimentos sociais*. Tese de Doutorado, UFMG, Minas Gerais, 2015. 402 f. Disponível em [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9XSGRW/tese\\_wellington\\_tavares.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9XSGRW/tese_wellington_tavares.pdf?sequence=1). Acessado em 10 de maio de 2016.
- TILLY, Charles, WOOD, Lesley J. Capítulo 5: *LOS MOVIMIENTOS SOCIALES ENTRAN EN EL SIGLO XXI*. In: *LOS*

MOVIMIENTOS SOCIALES, 1768-2008: DESDE SUS ORÍGENES A FACEBOOK. Traducción castellana de Ferran Esteve. Barcelona : Crítica, D.L, p.189-238. 2009.

TILLY, Charles. Os movimentos sociais como política In; Revista Brasileira de Ciência Política, nº.3, Brasília, janeiro-julho, pp.133-160, 2010.

\_\_\_\_\_. *From Mobilization to Revolution*. Newberry Award Records. 1978

UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (UIT). ICT – Facts and Figures 2015. Geneva: ITU, 2015, Disponível em: <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2015.pdf>, acessado em: 27 de junho de 2016.

Universidade Federal do Paraná. Cartilha Redes. [http://www.inf.ufpr.br/elias/sisdis/redes\\_p2p.pdf](http://www.inf.ufpr.br/elias/sisdis/redes_p2p.pdf), acessado em 23 de junho de 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2016: Homicídios por arma de fogo no Brasil*. Brasília: Flasco Brasil, 2016.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>, acessado em 26 de junho de 2016.

ZERO HORA. Inspirados em Porto Alegre, protestos em série contra reajustes na tarifa de ônibus se espalham pelo país. Disponível em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/inspirados-em-porto-alegre-protestos-em-serie-contra-reajustes-na-tarifa-de-onibus-se-espalham-pelo-pais-4171189.html?impressao=sim>. Acessado em 10 de janeiro de 2017.